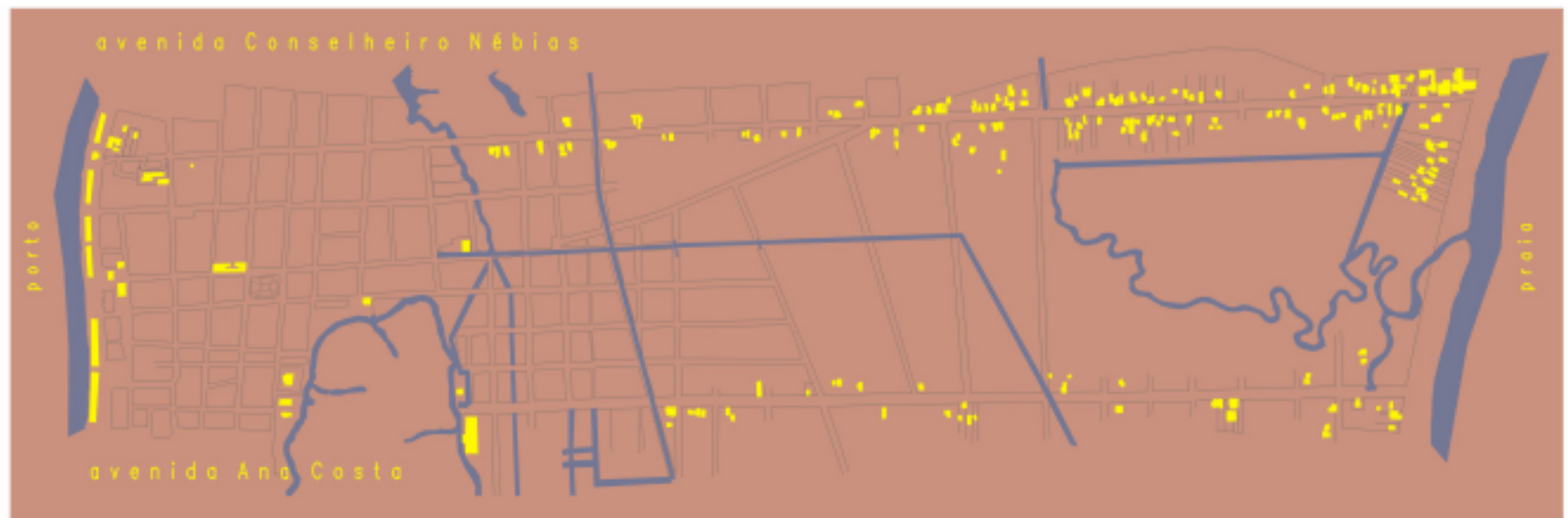


SANTOS DAS AVENIDAS

a moradia burguesa no início do século XX



CYNTHIA REGINA DE ARAÚJO EVANGELISTA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO - PROFESSOR ORIENTADOR DR. CARLOS ALBERTO CERQUEIRA LEMOS - SÃO PAULO 2007

SANTOS DAS AVENIDAS

a moradia burguesa no início do século XX

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

CYNTHIA REGINA DE ARAÚJO EVANGELISTA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO - PROFESSOR ORIENTADOR DR. CARLOS ALBERTO CERQUEIRA LEMOS

SÃO PAULO 2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA:

E-MAIL: cyevangelista@gmail.com

Santos, Cynthia Regina de Araújo Evangelista dos
S237s Santos das avenidas: a moradia burguesa no início do século XX / Cynthia
Regina de Araújo Evangelista dos Santos. –São Paulo, 2007.
250 p. + 1 CD-ROM : il.

Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da
Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.

Orientador: Carlos Alberto Cerqueira Lemos

1.Casas – Santos(SP) 2. História da arquitetura – Santos (SP) 3. Avenida Ana
Costa – Santos (SP) 4.Avenida Conselheiro Nébias – Santos (SP)

CDU 728(816.12)S237

Agradecimentos

Este trabalho, além do aprendizado esperado, foi de grande importância para um amadurecimento pessoal, auxiliando na percepção do outro lado das coisas. Uma pesquisa dessa natureza exige não somente dedicação, mas um projeto muito claro e definido do seu objetivo. É no mínimo um belo treino de disciplina, perseverança e de administração de tarefas, prazos, nervosismo e ansiedade.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais e irmãos que estiveram sempre presentes com palavras de apoio e de incentivo e ao meu orientador, professor Carlos Lemos que me deu a possibilidade de um olhar mais crítico da arquitetura.

Foram importantes os questionamentos e sugestões dadas na banca do exame de qualificação pelos professores Gustavo Neves da Rocha e Cássia Magaldi. E esta, juntamente com a professora Leila Diégoli, muito contribuíram para a minha formação e sobretudo acreditaram em mim desde os tempos da graduação.

Ao professor José Cláudio Gomes pelas lições nas entrelinhas das nossas conversas.

Aos amigos que de alguma forma estão presentes no trabalho, em especial à Clarissa com as conversas de bastidores e à Mariângela e o José Luís que cuidaram do apoio moral. À estudante e praticamente arquiteta Evelyne Masaro, a Vivi, que se mostrou muito cuidadosa e dedicada à elaboração de alguns desenhos e ainda à Juliana Davi, que contribuiu com a tradução do resumo para o inglês.

Ao pessoal dos arquivos: Rita, Nelsinho, Dionísio e Regina da Fundação Arquivo e Memória de Santos, ao Edson do CONDEPASA, à historiadora Wilma Therezinha de Andrade do Centro de Documentação da Baixada Santista, à Lúcia Maldonado da SABESP e aos responsáveis pela Secretaria

Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura, Instituto Histórico e Geográfico de Santos, Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio, Museu do Porto e Companhia Docas de Santos, Hemeroteca Municipal e bibliotecas, que atenciosos, foram indispensáveis no contato com os documentos.

Aos moradores que gentilmente me receberam e com suas histórias e experiência de vida mostraram as minúcias e dados essenciais da arquitetura. Especialmente o sr. Nelson Zorovich, meu primeiro e apaixonante contato, a sra. Maria de Lourdes e Felipe Ozores e o sr. Hugo Carrarese, que muito se empenharam. E também aos que permitiram o acesso às instituições com destaque da sra. Ana Maria Gonçalves, do Colégio Stella Maris que permitiu a reprodução de preciosas fotografias, da sra. Darcy de Souza, coordenadora do Educandário Santista e do sr. José Américo Borges do Colégio Positivus.

Especialmente ao Zico, que com amor me deu segurança e força para continuar, sempre confiante no bom resultado do trabalho.

A todos que de alguma forma ajudaram na elaboração desta dissertação.

Dedico este trabalho aos meus pais.

Palavras-chave: Santos na passagem do século XIX para o XX - patrimônio histórico - arquitetura do café - moradia burguesa - avenida Ana Costa - avenida Conselheiro Nébias

Key-words: Santos in the end of the century XIX and beginning of the XX – historical heritage – coffee architecture - bourgeoisie dwelling – Avenida Ana Costa – Avenida Conselheiro Nébias

Resumo

Santos das avenidas: a moradia burguesa no início do século XX

Estudo da arquitetura das moradias da burguesia santista no período do auge da exportação do café - passagem do século XIX para o XX - até 1929. São analisadas em especial as residências localizadas nas avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias, novos eixos que partiram do núcleo colonial antigo e seguiram em direção às praias organizando a ocupação das novas áreas da cidade. Reconhecimento desse período como o momento em que a cidade passou por profundas transformações - econômicas, sociais e culturais - recebeu as ferrovias, foi urbanizada e saneada com sistema de canais e viu seu porto se transformar no maior exportador de café do país.

Abstract

Santos, the city of avenues: the bourgeoisie dwelling in the beginning of the century XX

Architectural study of santistas bourgeoisie dwelling during the coffee exportation peak – in the end of the century XIX and beginning of the XX – until 1929.

A special focus is given to the houses located at avenida Ana Costa and avenida Conselheiro Nébias, the new areas that originated from the old colonial center and continued developing towards the beach direction resulting in the organization of new living areas in the city. Acknowledgment of this period as the moment through which the city went through deep changes – economic, social and cultural – as well as when railways were constructed, urbanization and sanitation with drainage channels took place, and when its port became the biggest coffee exporter.

Índice

INTRODUÇÃO

09 O objeto de estudo

10 Metodologia adotada

11 **1 A TRANSIÇÃO PARA O CAFÉ**

13 O contexto do país

14 A cidade de Santos

24 A ferrovia

28 A casa colonial

30 A rua

33 **2 A NOVA CIDADE**

35 Os fluxos e os transportes públicos

38 Avenida Conselheiro Nébias

Atividades. Parque Indígena
Recreio Miramar - Teatro e Cassino
Vila dos Pássaros

44 Avenida Ana Costa

Atividades. Hotel Parque Balneário
Belezinha do Gonzaga

50	As novas formas de morar	
54	A legislação urbanística e a relação com os novos espaços	
57	O urbanismo sanitaria	
		Influências
		Santos antes do Plano
		O Plano Geral e a proposta urbanística
75	3 OS ARQUITETOS, OS ENGENHEIROS E AS COMPANHIAS CONSTRUTORAS	
82	Companhia Docas de Santos	
90	Companhia Santista de Habitações Econômicas	
91	Companhia Constructora de Santos	
		As construções
		Agenor Guerra Correa
100	Victor Dubugras	
107	4 O PATRIMÔNIO REMANESCENTE	
110	Avenidas - ocupação urbana	
116	Localização e identificação dos remanescentes	
		Avenida Conselheiro Nébias
132		Avenida Ana Costa
144	Remanescentes significativos	
224	O novo programa	

231 **5** CONSIDERAÇÕES FINAIS

233 **6** BIBLIOGRAFIA

Introdução

Objeto de estudo

A pesquisa trata da arquitetura residencial burguesa da época do café - passagem do século XIX para o XX - vigente na cidade de Santos. Foram estudadas as construções que se implantaram nas áreas novas da cidade com uma arquitetura que anuncia o início do século e é praticada até 1929, data em que o tumulto sócio-econômico, advindo da crise do café, implicará em novas propostas.

A escolha do tema deve-se à importância desse período para o desenvolvimento da cidade, época de grandes transformações político-econômicas, culturais e ideológicas.

Serão analisadas as moradias da nova área urbanizada, principalmente as avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias, recém abertas para abrigar as famílias ricas.

Tem como objetivo entender as especificidades dessa arquitetura, investigar suas principais características, programas e atividades, observando também o cotidiano das classes sociais envolvidas.

Pretende documentar o importante acervo arquitetônico da cidade de Santos remanescente da época do café, que se encontra, hoje, em iminente risco de perda. Tem por finalidade reconhecer, preservar e divulgar a história, a arquitetura e a relação ambiental desses bens, ressaltando a contribuição do patrimônio como elemento fundamental da formação e da manutenção de uma memória social.

Metodologia adotada

Partiu-se inicialmente da pesquisa do contexto histórico, social e econômico da cidade de Santos até o período que antecede a chegada do café, com ênfase nos aspectos de sua arquitetura e de suas características urbanas. Esse panorama antigo é o resultado da leitura, confrontamento e síntese de bibliografia existente sobre o assunto e de informações oriundas de fonte primária, verificadas em órgãos municipais tais como o centro de documentação da Prefeitura, o Instituto Histórico e Geográfico de Santos, acervos da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, entre outras instituições. As imagens antigas – fotografias, desenhos e pinturas – foram examinadas e confrontadas.

Foi analisada a situação urbana e as significativas transformações da cidade no período da abertura e ocupação das avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa e da implantação dos canais de saneamento em fins do século XIX e início do XX. Para tanto, utilizou-se de bibliografia pertinente a essas questões além de imagens, plantas antigas e propostas para a cidade, principalmente o plano original de Saturnino de Brito.

Atenção especial foi dedicada ao conhecimento da prática arquitetônica e da construção de imóveis para o esclarecimento de como essas atividades ocorreram em Santos - as empresas construtoras e os profissionais que se destacaram.

O projeto inicial da pesquisa previa ainda o levantamento de material iconográfico localizado na Fundação Arquivo e Memória de Santos. Desse extenso acervo seria feito o sorteio de determinada porcentagem para o aprofundamento do estudo. Entretanto, essa instituição ficou fechada durante um ano, época da fase final do trabalho, impossibilitando o acesso à esses documentos. Dessa maneira, a pesquisa se reorientou fundamentalmente para o conjunto dos edifícios antigos remanescentes. Foi feito o levantamento métrico e fotográfico dos imóveis selecionados e análise do programa original e das características construtivas. Cruzou-se as informações desses levantamentos com a documentação primária e editada sobre o assunto e depoimentos de antigos moradores.

1 A transição para o café



"Santos vista do Monte Serrat" 1865 - Militão Augusto de Azevedo

PRACA
DE
SANTOS



Nestor Reis Filho, 2000

"Praça de Santos" 1865 - 1765-1775

1 A transição para o café

O contexto do país

O crescimento das cidades brasileiras no final século XIX estava associado às transformações do país recém independente que procurava inserir-se nos marcos internacionais de desenvolvimento do capitalismo tanto do ponto de vista das relações econômicas - modelos de organização da produção - quanto pela incorporação de novos valores e modos de vida.

Nesse quadro de mudanças incluí-se primordialmente a construção e expansão de uma malha ferroviária que tornará possível a interiorização do território e a decorrente intensificação das relações comerciais. Acontecimento também importante é a transição do trabalho escravo em livre e ainda a fixação da elite em residências urbanas e o crescimento desses núcleos que terão como consequência a montagem de uma diversificada rede de serviços e melhoramentos urbanos, implementados pelo capital estrangeiro.

Dessa maneira, as cidades passam a funcionar como pólos de atração de mão-de-obra, das elites e de investimentos.

Santos era a partir de fins do século XIX, o maior porto do país e escoadouro da maior riqueza nacional, o café. A dinâmica de Santos permanece intimamente ligada aos processos de desenvolvimento do planalto e de São Paulo em particular.

O passado colonial é negado e as formas de vida nele estabelecidas são substituídas pela construção de palacetes, de novos espaços e formas de lazer e pelo aparecimento de lojas, cafés, restaurantes, teatros e parques. Juntamente com o surgimento desses lugares e grupos sociais nasceram

as noções de cidadania e liberdade. Contudo, ao mesmo tempo esse crescimento também foi caracterizado pelo aparecimento de cortiços e de bairros populares. As diferenças sociais visíveis e expressas marcaram as novas cidades e traduziram-se de acordo com os ideais burgueses em uma necessária reordenação dos espaços, separando as funções de trabalho, moradia e lazer e também promovendo uma intensa segregação social. Do mesmo modo, também foram redefinidos os espaços públicos e privados.

Com o rompimento das antigas tradições, as cidades deixam de ser locais de encontros marcados essencialmente pela vida administrativa e religiosa. Desenvolve-se uma vida urbana regular cada vez mais apontada pela diversidade de pessoas, serviços e mercadorias. É a conquista de uma vida mais dinâmica, de uma vida burguesa.

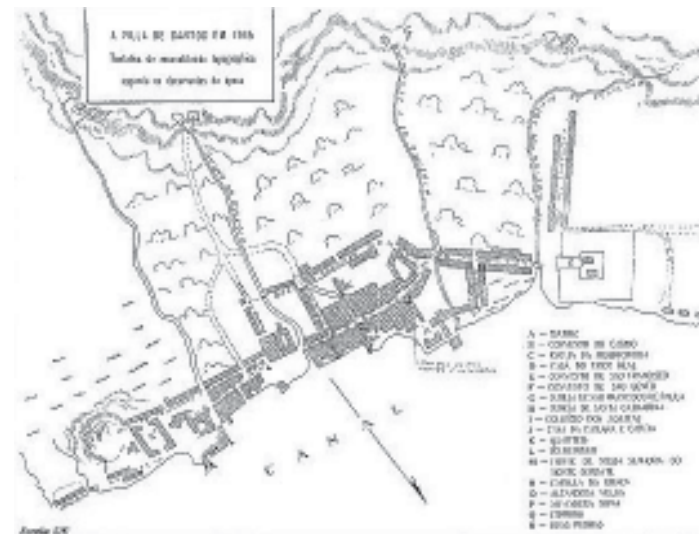
A cidade de Santos

O vilarejo de Santos se constituiu sobretudo de acordo com as condições geográficas privilegiadas tanto em relação ao mar quanto em relação à serra.

O início do povoamento se deu na porção norte da ilha de São Vicente, por ser um local privilegiado que conciliava as melhores condições naturais: abundância de água das fontes e riachos, além das águas calmas do lagamar interior e pedra proveniente dos morros, necessária às construções. Soma-se a isso, as possibilidades de defesa que o canal estreito proporcionava, fazendo desse local o

“Rua Direita de Santos” 1826 - William Burchell.

Em primeiro plano, o encaminhamento de águas superficiais cruzando a rua Direita. A construção da esquina apresenta numa face guarda-corpo de treliças de madeira e na outra balcão com grade de ferro. Sinal dos tempos, de transição das técnicas, materiais construtivos e costumes.



“Planta da Vila de Santos em 1765” - Benedito Calixto

Fundação Arquivo e Memória de Santos



Cilberto Ferrez, 1981



"Planta de Santos em 1822" - Benedito Calixto

Fundação Arquivo e Memória de Santos

melhor porto natural da região, no lagamar do Enguaguaçu, junto a um pequeno morro que denominaram Santa Catarina. A conformação da paisagem ofereceu a proteção necessária. Do alto dos morros foram posicionados pontos de observação, da onde se vislumbrava uma grande porção do território, possibilitando a defesa do vilarejo contra invasões.

A cidade surgiu portuária e será essa a característica definidora da sua história.

No início do século XVI, naquelas terras ainda pouco habitadas já existiam seis engenhos de açúcar, o da Madre de Deus, em 1532, no Sítio das Neves, em Santos Continental e os de São João, em 1533 e São Jorge em 1534, nos sopés dos morros Monte Serrat e Marapé, respectivamente.

As áreas livres e a grande extensão de terrenos planos abastecidos por rios que cortam a região favoreceram a produção de cana-de-açúcar. Completando esse processo, o porto cumpria o seu papel de escoadouro dessa mercadoria.

Em 1545, o governo de Brás Cubas elevou o povoado à categoria de Vila. O núcleo urbano não era extenso e possuía sobretudo um caráter rural. Os espaços vazios também eram utilizados em atividades de subsistência: plantações e criação de animais. Construções de pedra e cal, ligadas a grandes quintais encontravam-se dispersas e muitas vezes as divisas de propriedades eram marcadas com cruzeiros ou sinais gravados em rochas.

Pouco tempo depois, a economia açucareira entra em crise com a concorrência do açúcar do Nordeste, com produção a custos menores. Apesar de tentativas para reverter essa situação, o surto canavieiro rapidamente se extinguiu, pondo fim à riqueza gerada.

Somente a partir da fundação de São Paulo dos Campos de Piratininga, em 1554, é que se teve uma retomada do crescimento econômico. Essa ligação, que Caio Prado denominou de cidades casadas, cindindo a função de porto e centro distribuidor, constitui-se em fenômeno único na malha urbana brasileira. O porto tornou-se um elo vital de ligação entre o litoral e o planalto, estabelecendo então, o binômio Santos - São Paulo, que irá se intensificar com o passar do tempo, principalmente a partir da estrada de ferro São Paulo Railway, importante para explicar a dinâmica e as formas de crescimento ou estagnação da cidade litorânea.



"Porto da Alfândega" 1865 - Militão Augusto de Azevedo

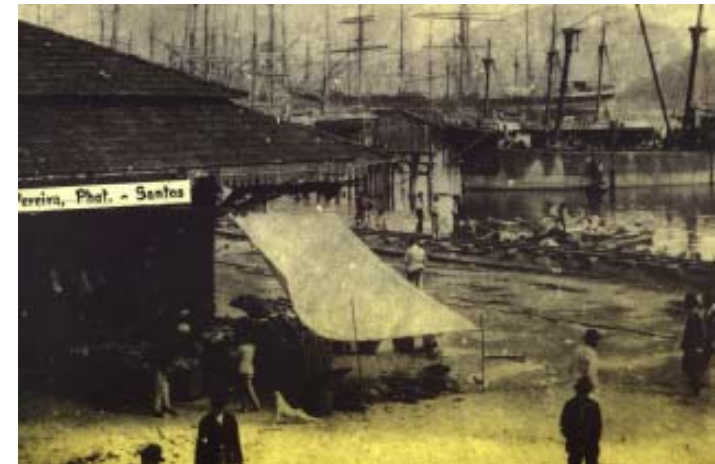
Caio Barbosa: 2004

Como decorrência dessa nova relação, surgiu em Santos, outro núcleo, mais a oeste como extensão do vilarejo, que deu origem a um novo bairro: o Valongo, que será o fechamento da área urbanizada. Esse, mais próximo do caminho para Cubatão, ofereceu estadia àqueles que chegavam ao litoral vindos do planalto em busca de gêneros necessários. Como consequência desse processo, o núcleo inicial da Vila, localizado no outro extremo, conservou-se com poucos moradores e atividade urbana menos intensa. Somente com a construção dos quartéis dos soldados atrás da Igreja Matriz é que se retoma o adensamento nessa área.

Com relação ao crescimento urbano, apesar de não haver um plano pré-determinado para Santos, havia uma conceituação de urbanismo expressa na organização espacial. O traçado caracteriza-se de forma linear devido ao estrangulamento provocado pelos morros e pela água, não ultrapassando os limites do século anterior. A Vila, para abrigar uma população de 1625 habitantes, se estruturou no sentido leste-oeste ao longo de uma via principal, a rua Direita, que articulava o núcleo inicial do Outeiro de Santa Catarina, com função militar, administrativa e religiosa, ao Valongo, de cunho comercial. No primeiro recenseamento, em 1765, percebe-se que esse eixo estruturador, da mesma forma dividia a Vila em duas partes: a que abria para o porto, recepcionando os que chegavam à cidade por mar e o lado do campo, que se aproximava dos morros.

A malha urbana apresenta certa regularidade do Outeiro até a rua Direita, no chamado “Quatro Cantos”, no cruzamento com a travessa da Alfândega. A partir desse trecho no sentido do Valongo, a via principal desvia-se bruscamente em função do antigo caminho indígena rumo aos morros. Essa mudança na direção do eixo foi provocada pelo avanço de uma área de mangue. Mais a oeste, outros fatores geográficos, tais como os ribeiros do Iitororó e posteriormente do Carmo, de São Jerônimo e de São Bento ou do Desterro, também apresentaram obstáculos à ocupação. Tratam-se de três cursos d’água paralelos com nascente nas encostas dos morros do maciço de São Vicente que atravessavam a planície e desaguavam no porto. Dessa maneira, a comunicação na área urbanizada era dificultada, existindo algumas pontes para transpor essa barreira.

A partir de 1789 com o governo de Bernardo José Lorena, consolidou-se uma política de transformar o porto de Santos em monopolizador do comércio de exportação da capitania. Essa medida



Gino Barbosa: 2004

“Construção do cais e antigo Mercado em 1890 - José Marques Pereira



Gino Barbosa: 2004

"Porto do Consulado" 1865 - Militão Augusto de Azevedo



Gino Barbosa: 2004

"Porto do Bispo" 1865 - Militão Augusto de Azevedo

tanto afetou o desenvolvimento de outras regiões portuárias paulistas quanto reforçou as vinculações com o planalto.

Cinquenta e sete anos após o primeiro recenseamento, em 1822, Santos ainda mantinha a mesma situação urbana antiga. Nessa época, o povoamento continuava mais denso próximo ao porto e a área urbanizada começava a avançar na direção norte-sul, para a encosta dos morros. Esse novo traçado somente é bem definido próximo a via principal, que para além dela era constituído apenas de caminhos rumo aos maciços.

A população era de 4.781 habitantes, aproximadamente três vezes maior que a de 1765. Esse crescimento se deve à prosperidade econômica de Santos em função da exportação do açúcar, na época da Independência, que refletia o desenvolvimento da província de São Paulo. Esse processo foi potencializado pela abertura da calçada de Lorena em 1791 e pelo aterro da ligação Santos-Cubatão, em 1827.

O arroz e o café também eram produtos que movimentavam o comércio e contribuíam para esse aumento populacional. Assim, Santos começa a superar a atividade econômica pouco representativa do período anterior ao governo do Morgado de Mateus.

Contudo, os espaços públicos não sofreram alterações, nem na forma, nem na função. Continuaram a existir os largos e adros em frente aos edifícios civis e religiosos com a finalidade de oferecer espaços de convivência, valorizando essas construções e mostrando suas perspectivas, além de acolher as procissões quando necessário.

Mudanças mais importantes somente iriam acontecer a partir de 1850, época em que o movimento do café ultrapassa o do açúcar na pauta do comércio de exportação.

Um conjunto de fotografias e desenhos de Santos realizados no século XIX mostra de forma clara a cidade colonial na sua conformação antes das mudanças.

A VILA DE SANTOS EM 1822

Principais elementos urbanos



Planta refeita a partir da imagem "A Vila de Santos em 1822" - Benedito Calixto

Planta de Santos - 1822

Espaços públicos

- A- Largo da Matriz
- B- Pátio do Carmo
- C- Largo da Igreja de Santo Antônio do Valongo
- D- Campo da Misericórdia
- E- Largo da Nova Casa de Câmara e Cadeia

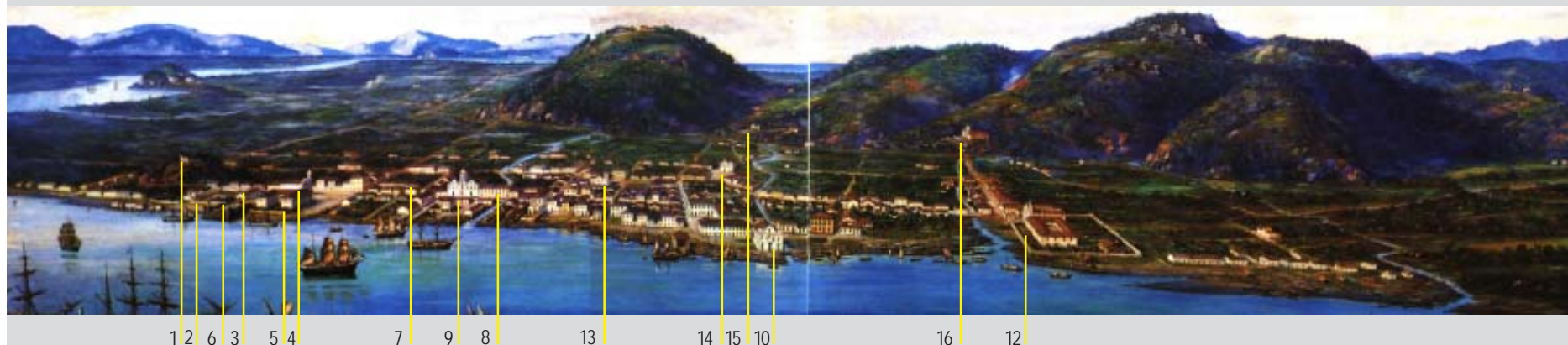
Usos

- Edifícios Cíveis Administrativos
- Edifícios Militares
- Edifícios Religiosos

Edifícios

- 1 - Igreja de Santa Catarina
- 2 - Casa do Trem Bélico
- 3 - Quartel
- 4 - Igreja Matriz
- 5 - Alfândega (antigo Colégio Jesuíta)
- 6 - Forte da Vila
- 7 - Casa de Câmara e Cadeia
- 8 - Igreja e Convento do Carmo
- 9 - Arsenal da Marinha
- 10 - Igreja de Jesus, Maria e José
- 11 - Capela da Graça
- 12 - Igreja e Convento de Santo Antônio
- 13 - Igreja da Misericórdia
- 14 - Igreja do Rosário
- 15 - Igreja de São Francisco de Paula e Hospital da Santa Casa
- 16 - Igreja e Convento de São Bento

"Porto de Santos em 1822" - Benedito Calixto



São quatro os principais espaços públicos

1 - Largo da Matriz.

Talvez seja o espaço mais importante do urbanismo colonial de Santos. É configurado pela Igreja Matriz, Igreja e Convento dos Jesuítas e a pelo Quartel ao fundo. Essa organização evidencia as arquiteturas sacra, oficial e militar. Vale ressaltar que o prolongamento desse largo, paralelamente ao canal integrava de forma interessante a Casa de Câmara e Cadeia, obedecendo a trilogia Matriz, Casa de Câmara e Cadeia e Pelourinho.

2 - Pátio do Carmo.

Delimitam o espaço a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja e Convento do Carmo e o Arsenal da Marinha (construído posteriormente). Novamente o programa oficial civil, militar e religioso. Originalmente a Igreja e Convento do Carmo se relacionavam com o canal, criando um espaço que atravessava e incluía o eixo principal.

3 - Largo da Igreja de Santo Antônio.

O largo é composto pela Igreja e Convento de Santo Antônio e posteriormente em 1867, por um edifício que mais tarde abrigaria a Câmara Municipal. Sua implantação é diferenciada sendo o único que avança para a água, tendo contato direto com o porto. Nessa área já não fazia parte do programa os edifícios militares, restringindo-se aos espaços oficial e religioso. No extensão da rua, no sopé do morro está a Igreja de Nossa Senhora do Desterro e o Convento de São Bento.

4 - Largo da Nova Casa de Câmara e Cadeia.

Conformam esse largo a Nova Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja de São Francisco de Paula e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, destacando as arquiteturas civil, oficial e religiosa. Curiosamente, a Nova Casa de Câmara e Cadeia se implanta de costas para o complexo igreja-hospital. Trata-se de uma configuração de espaço menos elaborada que diferentemente das situações anteriores não considera os programas existentes.



"Largo da Cadeia Nova" 1865 - Militão Augusto de Azevedo

Gino Barbosa: 2004



"Campo da Misericórdia e Chafariz da Coroação" 1865 - Militão Augusto de Azevedo

Gino Barbosa: 2004

“Conjunto do Carmo” - Benedito Calixto.

Pátio do Carmo e Pelourinho vistos da Casa de Câmara e Cadeia. Este percurso paralelo ao mar, rua Direita, cruzava toda a cidade, articulando os principais espaços e edificações públicas.

O Arsenal da Marinha (área murada, à direita), interrompeu a antiga relação direta entre a igreja e o mar.



Maria Barbosa: 2000



Maria Barbosa: 2000

“Matriz Colonial de Santos” - Benedito Calixto

Largo da Matriz - À esquerda o Colégio dos Jesuítas e ao fundo o Quartel. Atualmente esse espaço abriga a Praça da República.



Maria Barbosa: 2000

“Igreja e Convento de Santo Antônio do Valongo” - Benedito Calixto

Largo da Igreja de Santo Antônio. Relação com o lagamar



Cino Barbosa: 2004

“Panorama de Santos - 1865” - Militão Augusto de Azevedo



Nestor Reis Filho: 2000

“Villa e Praça de Santos” 1765/ 1775

Do lagamar, a visão de Santos é de uma extensa linha horizontal, uma faixa constituída por inúmeras construções, onde se destacam as torres das igrejas. Como pano de fundo, o Monte Serrat e o Morro de São Bento, onde se percebe no sopé a Igreja de São Francisco de Paula e a Igreja de Nossa Senhora do Desterro junto ao Mosteiro de São Bento, respectivamente.

No nível do mar, apesar da singeleza, a Igreja de Jesus, Maria e José, destaca-se pela situação urbana. Com implantação privilegiada é a única que de frente para a água, avança sobre o porto, recebendo os viajantes.

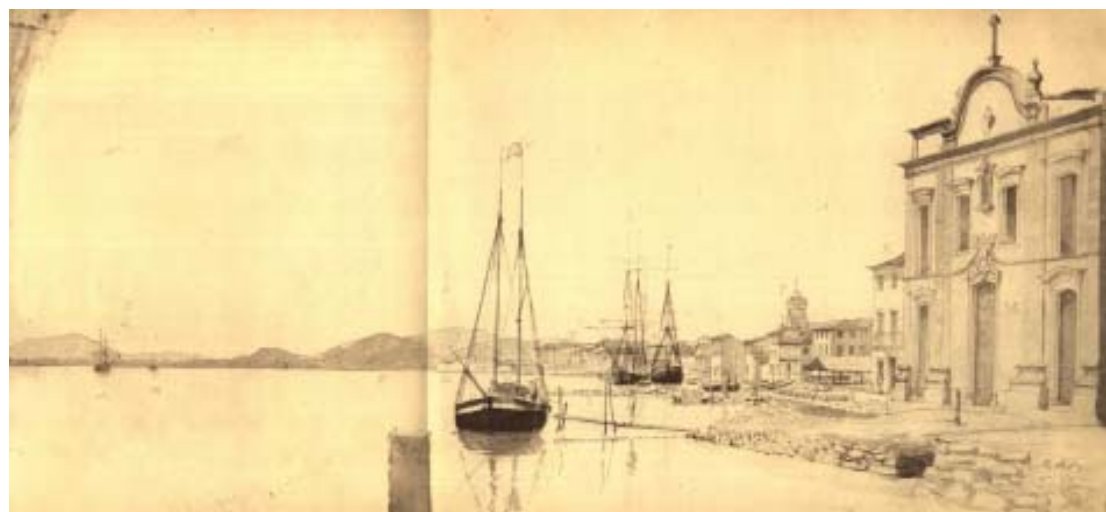
Das outras construções religiosas são evidenciados mais os seus contornos, uma silhueta que desenha a paisagem, já que estão localizadas na via posterior e assim se integram e referenciam ao eixo em que estão inseridas.

Também voltadas para o porto, como uma forma de melhor controle, estão as Alfândegas Velha e Nova.

Nesse cenário, vale ressaltar também a importância dos quartéis e edifícios militares, na área mais antiga da cidade, mais a leste, junto ao núcleo inicial.

“A marinha do porto de Santos” 1826 - William Burchell

Este desenho de Burchell mostra a pequena Igreja de Jesus, Maria e José se abrindo para o lagamar, diferentemente das demais construções religiosas da cidade, que apresentavam um largo em seus acessos principais.



Essa cidade era fundamentalmente definida pelo alinhamento de um logradouro que se estendia em paralelo ao lagamar e à murraria e que recebia diferentes denominações em seu percurso - rua Septentrional, rua Meridional, rua Direita e rua Santo Antônio.

Ao longo desse eixo, estão localizados os principais edifícios públicos e os espaços urbanos que vão da área do Largo da Matriz, próximo ao antigo Outeiro de Santa Catarina, limite leste, até a Igreja e o Convento dos franciscanos, no extremo oeste.

Por ser uma cidade voltada para a água, Santos tem a periferia marcada pela presença da arquitetura militar, junto ao lagamar para proteção do povoado, formando um perímetro ao redor da área urbanizada. À leste ficam os edifícios militares: o Quartel e o Forte do Monte Serrat ou da Vila, localizados na região portuária e o Arsenal da Marinha e a Casa do Trem Real, próximos ao eixo principal.

Os limites físicos da cidade somente foram alterados em fins do século XIX com as novas características que ela foi gradativamente assumindo e com o decorrente crescimento populacional. Foi então que se incorporaram novas áreas em direção às praias e ao oeste. A expansão em direção ao planalto cessou no momento de implantação da ferrovia. A solução para o comércio deixou de exigir a parada em Cubatão. De um modo geral, a implantação das ferrovias ao mesmo tempo em que incrementava o crescimento de algumas cidades e estimulava o aparecimento de outras, fazia desaparecer muitos daqueles núcleos e vilarejos que constituíam ponto de parada entre a produção e a sua exportação.

A ferrovia

Considerando como resultado as possibilidades de expansão econômica, regeneração regional e integração nacional, o Governo Imperial definiu uma política nacional sobre a implantação de uma rede ferroviária. Decorrente desse processo, a rapidez e a agilidade das ferrovias possibilitaram, sobretudo, um incremento das atividades econômicas e a expansão cafeeira. Em toda a região centro-

sul, os interesses do café orientados pela localização das lavouras e pelos roteiros ao porto de embarque definiram o traçado e a expansão do sistema ferroviário.

Estabeleceu-se assim, uma estreita vinculação entre o desenvolvimento da produção do café, o crescimento da população e as ferrovias.

A substituição das tropas de mules pelas ferrovias em uma rede cada vez mais intensa, interligando as áreas de produção cafeeira aos seus dois grandes portos, Rio de Janeiro e Santos, levou todo esse sistema de circulação que vinha da época colonial a entrar em colapso.

A construção dessa rede ferroviária que fez aparecer e desaparecer cidades e vilas, consolidou a crise dos demais portos da província de São Paulo já que o de Santos, de fato, tinha se transformado em monopolizador de toda a atividade do planalto e, a partir de meados do século XIX, principalmente de toda a atividade cafeeira. A vitalidade santista estava intimamente associada à ferrovia e ao porto que permitiram a consolidação e transformação de suas funções portuária e comercial.

A ferrovia São Paulo Railway inaugurada em 1868, explorada diretamente por firma inglesa, trouxe uma velocidade nova que permitiu a agilização no comércio do café e incrementou as relações com o planalto. Criou novas possibilidades de emprego, tornando a cidade foco de atração de mão-de-obra. Ao seu redor apareciam novos lugares de convivência. O tecido urbano se alterou e ao associar-se com o porto definiu esta área com sendo essencialmente comercial passando a abrigar os trabalhadores ligados ao porto e à ferrovia e os inúmeros armazéns e depósitos. É nesse momento que as elites abandonam gradativamente as antigas localidades e dirigem-se para as novas áreas em expansão.

Ao mesmo tempo a ferrovia facilitou o deslocamento das pessoas. Dessa forma as elites podiam cuidar de seus negócios em Santos e residir em São Paulo afastando-se assim dos riscos de morte que as epidemias do litoral traziam. Igualmente transportava os imigrantes e nacionais que se dirigiam rapidamente para diferentes pontos da província e do estado, fugindo muitas vezes das precárias condições locais. O porto com seu movimento incessante de navios contribuía para essa mobilidade. Assim, Santos reforçava a sua vocação comercial e portuária. Lugar de ganhar a vida e de passagem. Não um espaço para viver. Essa mobilidade potencializada pela ferrovia será um dos grandes problemas

que Santos irá enfrentar, principalmente na década de 1890, época em que a cidade pareceu para muitos uma local abandonado.

A reforma e ampliação do porto eram então desejadas e reivindicadas por representar uma solução para o desenvolvimento econômico da província, mediante a agilização da exportação do café e da distribuição dos imigrantes subvencionados rumo ao interior e das demais mercadorias importadas.

Com o intuito de controlar e compreender a nova ordem social, são elaboradas propostas sobre a cidade baseada sobretudo nos processos e modelos europeus. O Estado começou a reconhecer a importância da "questão urbana" e a cidade e seus habitantes passam a ser pontos relevantes, junto com a formulação de políticas específicas.

Esse movimento de formação iniciado nos anos de 1870 ganha impulso e definição em 1890, quando se estruturam as formas e poderes que irão interferir no porto e na questão sanitária, transformando a cidade em território da técnica e da razão.

Em 1892, o presidente do estado alertou para a necessidade de medidas saneadoras em Santos já que as epidemias ameaçavam a comunicação com o exterior e expunham o território paulista à invasão da febre amarela. Outra grande dificuldade era fixar os trabalhadores nessa cidade insalubre.

A proposta de remodelação nos serviços portuários significava uma interferência no espaço da cidade, incluindo a alteração do sistema de transportes, de redes de serviços, de moradia e de ocupação urbana. Também se esperava que as transformações interferissem na melhoria das condições da cidade. As áreas próximas ao cais eram ainda compostas por casas baixas, escuras, mal ventiladas, com ruas estreitas e sinuosas, misturando funções e atividades. Era um local de promiscuidade e de proliferação de doenças.

As alterações idealizadas incluíam uma política de saneamento da cidade e de desobstrução, de ampliação de espaços – largas avenidas, praças, lugares para a circulação. Nada de vielas tortuosas, não alinhadas, coloniais. Tratava-se da constituição de indivíduos saudáveis habilitados à nova ética do trabalho que o desenvolvimento do capital impunha.

O incremento das atividades de exportação e importação e as inúmeras epidemias exigiram um conjunto de reformas no porto e na cidade.

Santos com seus terrenos de antigos mangues e rodeada por áreas pantanosas, de clima quente e úmido e de verões prolongados criou condições favoráveis ao desenvolvimento das epidemias. Mesmo assim, nenhuma medida efetiva foi tomada até que através da ferrovia as moléstias começassem a subir a serra e ameaçar o desenvolvimento da província gerado pela cafeicultura. Foi somente então que o governo estadual começou a intervir através das Comissões Sanitária e de Saneamento.

A Comissão Sanitária vistoriava habitações, promovia desinfecções, fiscalizava a limpeza de quintais e de terrenos baldios. Era também responsável pelas obras de canalização de água e construção de redes de esgotos e foi através dela que o engenheiro Saturnino de Brito implementou seu pioneiro e precursor plano urbanístico para a cidade. Esse plano partia de uma concepção global da cidade, deveria servir para ordenar o tecido existente e prever seu crescimento. Isso porque se tratava de intervir em um organismo em expansão, eliminando o acaso e impedindo a atuação dos interesses dos proprietários fundiários e dos interesses locais. A proposta deveria conciliar as idéias sobre a cidade ideal com a sua localização e topografia, enfatizando a importância da técnica sempre associada aos princípios estéticos. Sem dúvida não se tem apenas a construção de uma cidade moderna, mas também a aplicação de princípios urbanísticos revolucionários para a época, onde o passado colonial da cidade desaparece em nome de um futuro marcado pela higiene e pelo progresso, que influenciará decisivamente o desenvolvimento do planejamento urbano no Brasil.

Caberia da mesma forma ao urbanismo, disciplinar os comportamentos sociais tanto da intimidade e da negação de toda e qualquer promiscuidade, sobretudo através das ações higienistas e reformadoras sociais. Essa perspectiva legitimava uma política repressiva e destruidora de formas de vida, costumes e modos de relacionamentos. Era a imposição dos valores burgueses que propagava a disseminação de salubridade física e social, do saneamento do solo e do indivíduo como formas de controlar e de manter a população estável.

Iniciam-se as demolições, os primeiros loteamentos e as novas configurações de bairros. A terra ganha preço e aparece a especulação imobiliária. As demolições e reconstruções vão instituindo novas memórias e marcos de referência, apagando assim parte das lembranças do período colonial referentes à escravidão e elencando em seu lugar um passado simbólico segundo os interesses da elite.



Instituto Histórico e Geográfico de Santos

"Praias de Santos em 1901"

As mudanças indicavam a tentativa de construção de habitantes, expectadores da modernidade. A rua tornava-se cada vez mais um local de tráfego disciplinado de pessoas e mercadorias e a constituição de uma sociedade em que predomina a esfera da vida privada vão transformar a rua em espetáculo, lugar de admiradores e multidões organizadas.

A região das praias era tradicionalmente ocupada pelas famílias de posse da região, onde moravam ou passavam temporadas de veraneio em chácaras. A ocupação da cidade foi intensificada em virtude dos remodelamentos que se iniciaram com a expansão das linhas de bonde, construção das importantes avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa, solução da questão sanitária, construção dos canais e fixação da população nas primeiras décadas do século XX.

A construção do terminal ferroviário garantindo a proximidade comercial com São Paulo, associado à descoberta da praia, foram elementos importantes para reorientar o sentido de expansão da cidade.

A casa colonial

No Brasil, a casa portuguesa se manifestou através da aparência decorrente das técnicas, dos materiais de construção e da tentativa de repetir modismos estilísticos, já que as condições sócio-econômicas aliadas ao clima determinaram a organização dos espaços, dos partidos e dos programas. Somente as casas rurais apresentaram diferenciações como a falta de uniformidade, devido às grandes distâncias territoriais.

Fica claro portanto, a importância do modelo que passou a ser seguido tanto na intenção plástica como no campo das técnicas, com os sistemas construtivos da península. É importante ressaltar que essa arquitetura adaptou-se às condições locais do território recém descoberto por meio de influências indígenas utilizando materiais locais e mão-de-obra disponível.

As casas urbanas do tempo colonial também se ressentem da falta de documentação que interem suas particularidades, especialmente as casas populares, raros testemunhos da vida naquele



Gino Barbosa: 2004

"Rua Antonina" 1865 - Militão Augusto de Azevedo



Gino Barbosa: 2004

"Rua do Campo" 1865 - Militão Augusto de Azevedo



Gino Barbosa, 2004

"Rua Meridional" 1865 - Militão Augusto de Azevedo

tempo. Infelizmente, hoje não se conhece com precisão o funcionamento dessas casas, principalmente as de gente remediada ou rica, devido ao desaparecimento de indícios esclarecedores, em virtude das sucessivas reformas.

Somente depois que se definiram com precisão as classes sociais é que os programas também foram definidos. As casas das classes mais abastadas tocadas por escravos tiveram a cozinha desligada do núcleo residencial (influência indígena) enquanto as de classe dominada, com o fogão ao lado do dormitório, reforçava a multiplicidade de funções num mesmo ambiente. Vivia-se em intimidade com o negro. Não faltava promiscuidade no espaço doméstico, prejudicando de certa maneira a formalidade e a privacidade.

Esse esquema de circulação estava inserido no programa de necessidades que exigia o resguardo da família, reforçado pelas alcovas (cômodos sem iluminação). A preocupação principalmente com as mulheres supõe-se que tenha sido de origem árabe, permanecendo até meados do século XIX.

Outro espaço importante de articulação na residência é a varanda; varanda como local de estar da família, seja ela alpendrada ou não e que a partir de meados do século XIX, passou a designar a sala de jantar. Isso porque, no tempo colonial, quase sempre a cozinha e o local de refeições era situado em um alpendre voltado para o quintal, que com o tempo recebeu vedações, transformando-se na sala de jantar.

A casa popular urbana praticamente teve a mesma planta pelo Brasil em geral, embora as técnicas construtivas tivessem sido diversificadas. Empregava-se as taipas de pilão e de mão e o adobe nas residências mais simples e nas mais importantes a pedra entaipada e raramente os tijolos e a pedra e cal. O sistema de cobertura era constituído por telhado de duas águas, que procurava lançar uma parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal.

Santos, tal qual as vilas e cidades coloniais, apresentava ruas de aspecto uniforme, com edificações quase que na totalidade térreas e poucos sobrados construídos no alinhamento das vias públicas, sobre os limites dos terrenos estreitos e de grande profundidade. Dessa forma,



Gino Barbosa, 2004

"Rua Áurea na esquina com o Caminho da Barra" 1865 - Militão Augusto de Azevedo

todas as moradias possuíam cômodos encarreirados. Eram edificadas no alinhamento da rua com a janela para a frente, que geralmente era da sala de recepção. Os cômodos intermediários, os quais tinham acesso pelo corredor lateral, eram os dormitórios, naquele tempo chamados de camarinhas, alcovas ou casas de dormir. Nos fundos estava a cozinha e a varanda que se abriam para o quintal; às vezes tinha uma tentativa de instalação sanitária. Nos locais onde o lençol freático era profundo, havia a possibilidade de “sumidouros”, buracos em cima dos quais era instalada a “casinha”. Essas construções poderiam apresentar janelas e portas de acordo com as suas dimensões e posses do proprietário.

As casas ricas do tempo da Colônia, na sua maioria, de comerciantes abastados eram geralmente assobradadas, possuindo no térreo, lojas, armazéns, depósitos ou então escritórios e no pavimento superior, a moradia. É importante ressaltar que a diferença entre esses sobrados e as construções da classe dominada era quantitativa e não qualitativa.

A rua

Nas cidades coloniais a vida restringia-se quase que somente aos acontecimentos festivos e nessas ocasiões eram abertas e enfeitadas.

Em Santos, apesar do porto, a vida não diferia do ritmo pacato das demais cidades. Para indicar as mudanças na vida urbana e a ruptura com o passado colonial, diversos memorialistas e viajantes destacavam o surgimento de uma vida noturna, de teatros, restaurantes, hotéis. As lojas com vitrines que exibiam uma multiplicidade de produtos e as ruas com calçadas que permitiam à população passear e usufruir das novidades eram também indicadores importantes das transformações. Por fim, as estações da estrada de ferro e os novos prédios e monumentos compuseram o cenário da modernidade desejada.



João Emilio Gerodetti, Carlos Cornejo: 2001

Praça da República com seu intenso tráfego de pessoas e mercadorias nos primeiros anos do século XX

Mesmo que possa parecer paradoxal estava acontecendo uma morte da rua e da praça ainda que a preocupação com sua ampliação, remodelação e construção fosse um dos traços marcantes das intervenções urbanas a partir de fins do século XIX. A rua era mais ativa, com maior trânsito de pessoas, veículos, mercadorias... Mas era cada vez menos ali onde a vida da cidade acontecia. Ao mesmo tempo que símbolo de modernidade, a rua é também um espaço de sociabilidade esvaziado; deixa de ser lugar de encontro e começa a ser de passagem. O alinhamento das construções, onde cada edifício era contíguo aos demais e com suas paredes enfeitadas e decoradas, definia os espaços público e privado mas ao mesmo tempo transformava o espaço da rua em sala. Os avanços da privacidade se traduziram no afastamento de jardins e varandas, assim como no recuo lateral dos lotes.

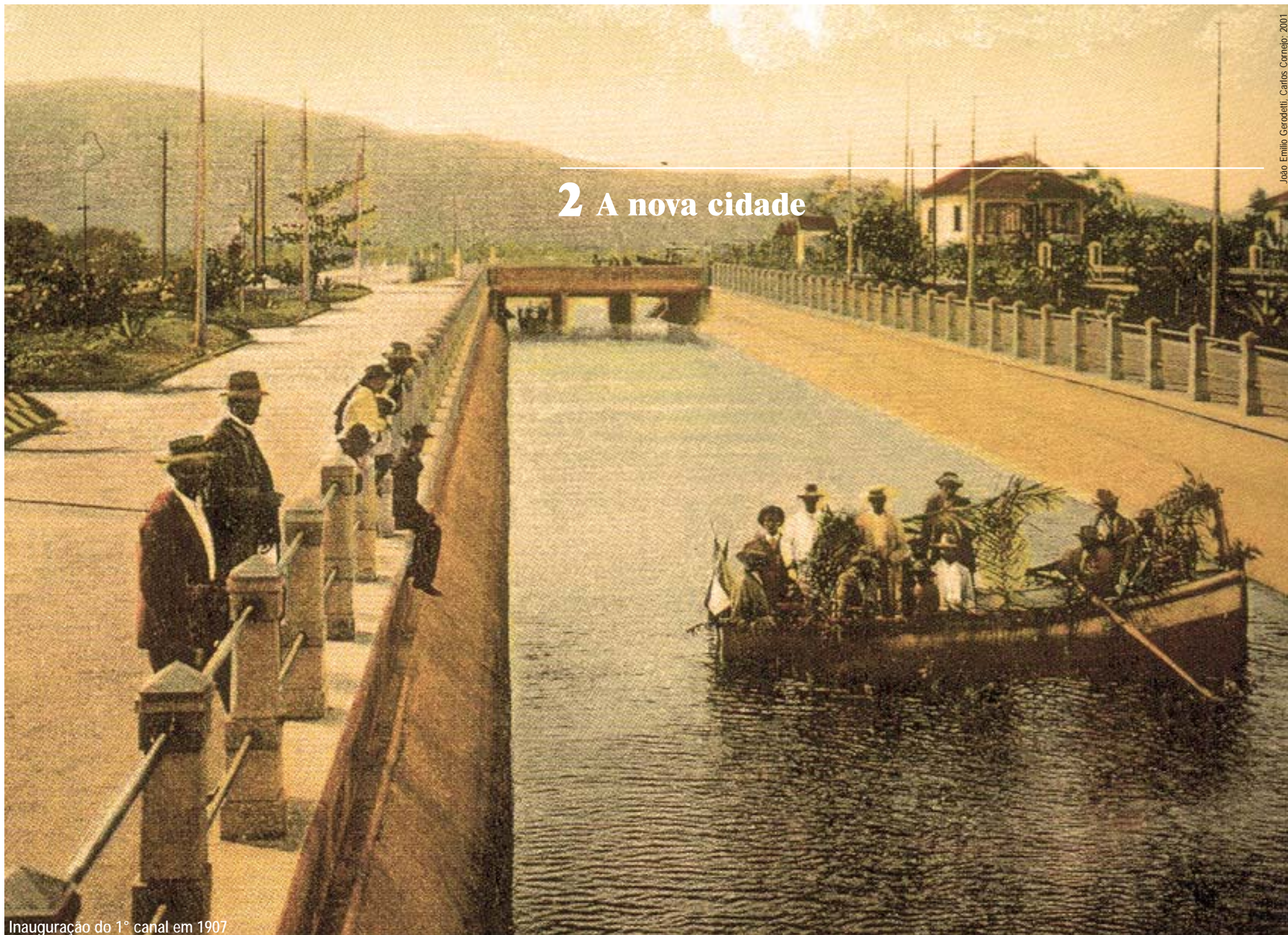
Santos estava se transformando, crescendo continuamente, intensificando a vida urbana, vendo surgir novos usos e costumes, resultantes naturais do desaparecimento das epidemias desde 1901. Confiava-se no futuro da cidade, onde casas e terrenos valorizavam-se, diminuindo cada vez mais o número de "diários" que viajavam para São Paulo, ouvindo por toda a parte afirmações de residência definitiva na cidade.

As construções tomavam novo feitiço dada a associação entre a Comissão Sanitária e o Município que passaram a exigir plantas e a adequação da edificação aos novos padrões de higiene. A eletricidade, em 1909, substituiu o gás e a tração animal começou a desaparecer, eliminando o grave problema da coexistência de pessoas e cocheiras.

Santos era uma cidade que surgia cheia de viço, chegando esse surto de progresso ao seu apogeu em fins de 1913, quando foram construídas centenas de edificações novas e concluídas as obras de saneamento.

As rendas municipais cresceram e a cidade se adequa então ao novo papel, de porto monopolizador do comércio do café, através de transformações na infra-estrutura – crescimento e desenvolvimento do porto e dos transportes, atividades econômicas e urbanas e do sanitarismo que permitiu a fixação da população e a materialização de novos conceitos, de visões de civilização, modernidade e progresso.

2 A nova cidade



Inauguração do 1º canal em 1907



Ponte Pênsil no início do século XX

2 A nova cidade

Os fluxos e os transportes públicos

Nesse contexto de profundas mudanças é idealizado uma nova imagem de cidade. Uma cidade moderna que se baseasse nos modelos europeus: limpa, saneada, com largas avenidas e transporte público.

Como o centro, todo ocupado era insuficiente para abrigar o crescente contingente populacional, as áreas de expansão através de novos caminhos seguem para o sul atravessando pântanos e capinzais, em direção às praias.

Dessa forma, se configurou uma cidade com outro desenho, que inova – tanto no que diz respeito ao urbano, quanto à arquitetura dos edifícios. Vias com nova concepção e traçado para abrigar construções inspiradas em modelos europeus, destinadas a uma classe que surgia com novos hábitos, valores e expectativas.

São abertas as avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa, marcos na cidade de afirmação da elite santista, como as primeiras ligações entre o centro (núcleo urbano original) e a orla, até então pouco habitada. Servidas de bonde à tração animal, foram ocupadas por palacetes da burguesia, alguns dos quais permanecem até hoje, reverenciando a época do café, do desenvolvimento e da urbanização da cidade.

Foram as primeiras a possuírem iluminação elétrica, em 1903, por meio de lâmpadas incandescentes de 50 velas, colocadas em postes distanciados 35 metros uns dos outros. De acordo com a concessão dada a Companhia Ferro-Carril, responsável por esses melhoramentos urbanos, como contra partida, a empresa também deveria iluminar gratuitamente os dois jardins públicos (Praça

dos Andradas e José Bonifácio) durante as noites de domingo, feriados e festas nacionais e estaduais, das 17 às 23 horas.

O transporte coletivo em Santos teve início com o uso de carro de bois que perdurou até 1864 quando o italiano Luís Massoja organizou a sociedade "Serviço Regular de Gôndolas", serviço de transporte coletivo servido por cavalos e muares que fazia o percurso do centro à praia, pelo caminho da Barra Grande. Apesar da grande repercussão na cidade, o negócio não gerou o lucro esperado causando prejuízos ao imigrante que falido, fugiu de Santos.

Em 1872, o empresário Domingos Moutinho fundou uma empresa de bondes movidos a tração animal que circulavam no centro e que tiveram suas linhas estendidas em 1874 até a Praia da Barra, no Boqueirão, tráfegando pela avenida Conselheiro Nébias.

Posteriormente, em 1887, por iniciativa de Matias Costa foi inaugurada entre festas populares, a linha Vila Matias-Praia da Barra, da Empresa de Bondes da Vila Matias. Ao fim do trajeto, após percorrer a avenida Ana Costa em toda a sua extensão, o bonde chegava à praia, onde atravessava a chácara de George Holden e tinha parada obrigatória no botequim do Gonzaga, denominação que se estendeu ao bairro.

Somente em 1909, o serviço de bondes elétricos foi instalado na cidade pela Companhia City. As avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa foram asfaltadas em 1914 e 1921, respectivamente.

"... até princípios deste século dominava a paisagem de chácaras de veraneio, pertencentes em geral aos abastados negociantes da cidade, cujas residências estavam nos bairros do Paquetá e Vila Nova. (...) Estas chácaras, à medida que se dava a expansão urbana, foram sendo retalhadas e vendidas para aqueles que desejavam construir seus palacetes com vistas voltadas para o mar. Em poucos anos foi ocupada quase toda a extensão da costa, desde o José Menino às proximidades da Ponta da Praia, formando um conjunto residencial dos mais elegantes de Santos. Mas, trechos desta área, como os do Gonzaga (fim da Avenida Ana Costa), do Boqueirão (fim da Avenida Conselheiro Nébias) e do José Menino (proximidades do Canal Um), apresentavam aspectos diversos, pois neles se construíram os chamados Grandes Hotéis da praia, cassinos, cinemas, clubes, etc.". (Araújo Filho 1965, p. 38, 39)



Avenida Presidente Wilson, beira-mar, no Gonzaga - por volta de 1915

João Emílio Gerodetti, Carlos Cornejo: 2001



Avenida beira-mar ocupada por palacetes, hotéis e pensões.

L. Giraud, H. Gomes, V. Pereira: 1996



Vista aérea da praia do José Menino por volta de 1920. Notar as então chácaras em seus grandes lotes perpendiculares à avenida que margeia o mar. No fundo uma série de construções alinhadas - a avenida Ana Costa - mostra uma forma diferenciada de ocupação da área.

Avenida Conselheiro Nébias



Próxima ao Centro, no início de seu alargamento - por volta de 1915

João Emilio Gerodetti, Carlos Comejo: 2001



Também por volta de 1915, mostrando a implantação dos palacetes- sentido praia

João Emilio Gerodetti, Carlos Comejo: 2001

Em 1872, na gestão de Inácio Cócrane, a fim de atender o crescimento extraordinário que Santos atravessava naquele período, a Câmara mandou abrir uma rua que ligasse o centro da cidade à barra, com a denominação de Otaviana, homenageando o Conselheiro Otávio Nébias, Presidente da Província de São Paulo, Senador do Império e Ministro da Justiça, falecido no mesmo ano. Com isso, pretendia-se além de estabelecer uma comunicação em linha reta da cidade com a praia, em um trecho de 4.4 km, aumentar futuramente as rendas municipais.

A avenida teve sua nomenclatura alterada para rua Independência entre 1873 e 1876, voltou a ser rua Otaviana em 1878, para somente em 1887 passar a ser denominada Conselheiro Nébias. Em localização privilegiada, a avenida corta toda a cidade no sentido norte-sul desde o cais no bairro do Paquetá até a Praia do Boqueirão. Apresenta duas situações arquitetônicas diferentes que retratam épocas, necessidades e contrastes sócio-econômicos. No centro, junto ao traçado colonial, as edificações eram construídas no alinhamento, sem recuos e com poucos ornamentos - tipologia de porão mais um pavimento e distribuição dos ambientes através de circulação lateral descoberta, servindo uma classe menos abastada. No setor intermediário, entre o centro e a praia, há um considerável número de exemplares da burguesia. São construções de grandes dimensões, palacetes isolados no lote, seguindo os preceitos higienistas e com profusa ornamentação.



Fundação Arquivo e Memória de Santos

Trecho final da avenida em 1904 com o bonde circulando rumo ao centro da cidade



Colégio "Stella Maris"

Manifestação em frente ao Palacete Carrarese. Ao fundo os casarões da avenida



Arquivo e Memória de Santos

Avenida nas proximidades do Boqueirão - cartão postal de 1907



Colégio "Stella Maris"

Vista aérea. Notar em primeiro plano o já então "Colégio Stella Maris" e a implantação das construções nos grandes lotes da avenida. Verificar também os terrenos ainda desocupados e a intensa arborização.



Colégio "Stella Maris"



Colégio "Stella Maris"

Vista aérea mostrando a implantação das construções. Em primeiro plano os fundos dos palacetes da imagem ao lado - Pedro Peressin



Colégio "Stella Maris"

Palacetes na região próxima à praia



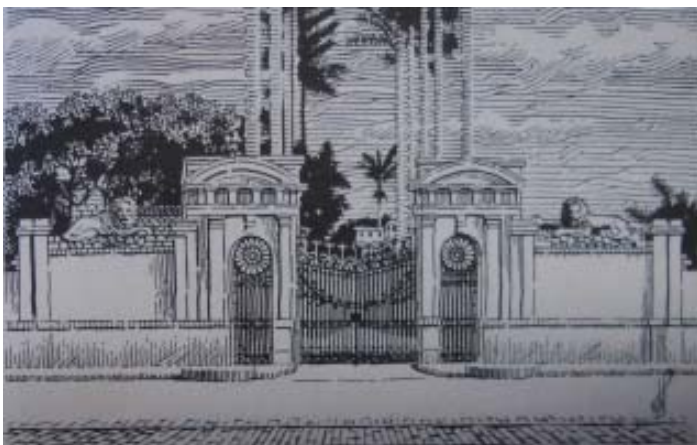
Site novomilênio

Avenida na área do Paquetá com vista do Palacete Aranha, edificado em 1899 - o primeiro de Santos



Colégio "Stella Maris"

Ao fundo o Parque indígena com as citadas palmeiras imperiais



Almanaque de Santos: 1969

"A entrada pela avenida Conselheiro Nébias, especialmente preparada, apresentava-se imponente e majestosa. Dois leões em tijolo e cimento guardavam um portão bonito, de ferro, sentados no pórtico, dando passagem à avenida de palmeiras imperiais, que impressionavam pelo porte e grandiosidade. Aliás, ali, podiam ser vistas várias qualidades das grandes palmeiras do Brasil, numa demonstração da exuberância dos trópicos". (Almanaque de Santos 1969, p. 56)

Atividades

Parque Indígena

O Parque indígena foi um local de grande significado cultural na cidade de Santos. Conhecido também por Chácara Júlio Conceição, adquirida em 1895 pelo proprietário de mesmo nome, o parque se constituía de uma área de lazer que comportava uma grande variedade de espécies vegetais nacionais e estrangeiras. Com uma área de 22000 metros quadrados, a antiga Chácara Carneiro Bastos, localizava-se entre as avenidas beira-mar (Vicente de Carvalho) e Embaixador Pedro de Toledo (rua paralela à praia, distante dela aproximadamente 100 metros), com uma das laterais para a avenida Conselheiro Nébias.

Era composto por residência de construção requintada, com frente para a Pedro de Toledo em meio a jardins e amplo gramado, vários ripados de madeira, três pomares e ao fundo, próximo à praia, cabanas de banho. Segundo Joaquim Ribeiro de Moraes, havia a exposição de ossos de baleia, costelas e um maxilar inferior que eram utilizados, surpreendentemente como bancos. Possuía ainda um pavilhão chamado Mira-Flôres que representava o centro da instituição, destinando-se à exposição de flores e plantas ornamentais. Em frequentes ocasiões era também utilizado para as recepções ou festas públicas oferecidas pelo anfitrião.

Como curiosidade, era criado no parque o peixe ornamental Lebiste originário da América Central, que em comum acordo com os técnicos do Serviço de Malária, eram introduzidos nos rios e canais de Santos e da Baixada com a finalidade de combater as larvas dos mosquitos.

Recreio Miramar - Teatro e Cassino

Foi criado em 1896 pelo Major Jonacopolus, gerente da Companhia Viação Paulista, empresa que explorava o serviço de bondes, com a finalidade de aumentar o fluxo na avenida, otimizando e fazendo desse serviço uma atividade mais rentável.

Com uma área de mais de 1500 metros quadrados situava-se entre as avenidas da praia (Bartolomeu de Gusmão) e Oswaldo Cruz, com face para a avenida Conselheiro Nébias. A implantação desse estabelecimento era muito interessante, já que dele se via o mar, ao contrário do usual, onde as residências se abriam para a rua paralela à praia. Em virtude do panorama oferecido pela localização, a casa foi batizada de "Miramar".

No início, o estabelecimento montado no ponto final e estação dos bondes, em cima dos escritórios da Companhia era apenas um bar com música aos domingos e feriados. Com o tempo, o local se tornou um ponto de reunião e suas dependências começaram a ficar sempre lotadas. Passou para a administração de Adriano Moura & Ricardo Arruda, autores do famoso slogan "Venha ao Miramar, ainda mesmo que chova". Em 1923, foi reconstruído e ampliado e em 1924, ficou sob a direção de V. Fernandes & Cia, que inseriram jogos e salões apropriados a outros espetáculos. Mais tarde, em 1930, o complexo ganhou um ringue de patinação.

"A entrada do Cassino era impressionante, com seu enorme globo de vidro, espelhos de cerca de metro e meio de diâmetro, que, girando, dava a nítida idéia de escama de peixe.

A sala de danças e espetáculos, bem montada e espaçosa, permitia "shows" excelentes, com artistas nacionais e estrangeiros, de bom gabarito e nível internacional. A sala de jogos possuía mesas de roletas e carteadas.

Ao lado, no mesmo conjunto, estava o cinema ao ar livre e o barracão do ringue de patins. O bar que dava frente para a Avenida Conselheiro Nébias tinha uma grande pianola, de cerca de três metros, com bonecos, em cima, que dançavam e tocavam pratos de metal. Pouco atrás, os papa-níqueis e a maquininha de chocolate, movimentada por um tostão pequeno. Alguns metros mais adiante tínhamos as mesas de bilhar". (Almanaque de Santos 1970, p. 40)



Teatro e Cassino Miramar em postal de 1928

João Emílio Cerodetti, Carlos Cornejo, 2001



Anúncio de 1924 de revista da época

Revista Flamma, n° 67, 1924



Revista Flamma, n° 05, 1927

Anúncio de revista mostrando os vários entretenimentos do Recreio Miramar

"É o maior estabelecimento, no genero, da America do Sul. É um centro de diversões onde tudo é grandioso, luxuoso, confortavel.

O MIRAMAR gosa de uma justificada fama que já ultrapassou fronteiras, motivo pelo qual nenhumm forasteiro que aqui aporta, quer do paiz, quer do estrangeiro, deixa de frequental-o a fim de satisfazer a sua curiosidade.

Tudo que o MIRAMAR oferece é excellente. O serviço de restaurante é feito com a maior perfeição, possuindo um vasto salão decorado com apurado gosto artistico que apresenta um aspecto encantador.

O "dancing" é comparado aos principaes europeus, passando por elle, continuamente, as "estrellas" de renome, onde predomina a graça e a alegria.

O seu grande salão de projecções cinematographicas, installado com o maior conforto onde amplas poltronas são intelligentemente distribuidas, oferece a maior commodidade, o que lhe permite receber, diariamente, a nossa fina sociedade que allí vae apreciar os films cuja primeira exhibição nesta cidade pertence áquella empreza, concessionaria das mais importantes fabricas cinematographicas.

O MIRAMAR é, portanto, o ponto de reunião obrigatoria de todos quantos se encontram em Santos a passeio". (Revista Flamma, 11.12.1927).

Vila dos Pássaros

Localizada na avenida Conselheiro Nébias (n° 648, na altura da rua Alberto Bacarat) com 1750 metros quadrados (25 x 70 m), a Vila do Pássaros, idealizada pelo Dr. Raul Jordão Magalhães, reunia uma coleção de aproximadamente 4000 pássaros e aves diversas, nacionais e estrangeiras. Contudo, as dificuldades de aclimação e de procura do alimento apropriado, resultou em uma perda de espécies preciosas.

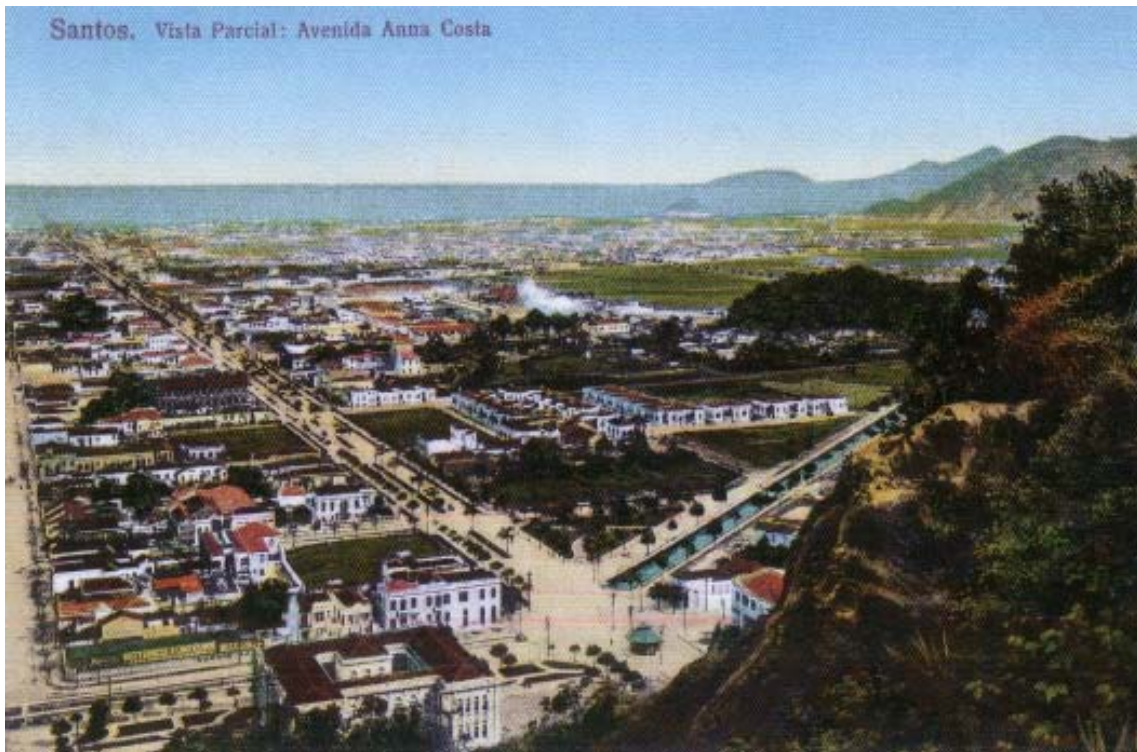
A organização espacial no lote se dava com a residência, na frente, voltada para a Conselheiro Nébias. O grande quintal absorvia o aviário. Nos lados estavam os viveiros com as gaiolas próximas à cozinha e nos fundos ficava um grande cercado com as aves aquáticas. Todas as acomodações eram executadas de modo a reproduzir um local, o mais próximo possível do ambiente natural.

Avenida Ana Costa



Na altura da Praça da Independência em direção ao morro

João Emilio Gerodetti, Carlos Carnejo: 2001



Avenida vista em toda a sua extensão, desde o seu início no cruzamento com o canal 1 até a praia. Fotografia tirada do Monte Serrat em 1925

João Emilio Gerodetti, Carlos Carnejo: 2001

A avenida Ana Costa, também no sentido norte-sul, estende-se desde a praia do Gonzaga até o Monte Serrat. Esse maciço não permite a ligação da avenida com o centro antigo, diferentemente da avenida Conselheiro Nébias. O eixo foi aberto por Matias Costa que doou grandes áreas de terreno ao município. Em 1887, por ato da Câmara Municipal, a via recebeu a denominação de Ana Costa, em homenagem à sua esposa.



João Emílio Gerodetti, Carlos Cornejo: 2001

Bonde da linha que fazia a ligação do centro ao José Menino, passando pela avenida Ana Costa



João Emílio Gerodetti, Carlos Cornejo: 2001

Postal da década de 20 mostrando a porção final da avenida próxima à praia. À esquerda, ao fundo, os jardins do Parque Balneário e à direita, o Cassino e Teatro



João Emílio Gerodetti, Carlos Cornejo: 2001

Palacetes do entorno da Praça da Independência

Avenida, no sentido Centro, a partir da Praça da Independência



SABESP



Fundação Arquivo e Memória de Santos

"Av. Anna Costa" - Vista da avenida, próxima a Praça da Independência, no bairro do Gonzaga na década de 1930

Atividades

Hotel Parque Balneário

O primeiro Hotel Parque Balneário, de frente para a praia do Gonzaga, foi construído em 1900. Reunia o pequeno hotel e uma área de recreio; um parque de diversões. Na sua origem, com construção acanhada, pertenceu a Alberto Fomm e ainda a Elisa Poli. Em 1912, sob a direção de Júlio



João Emilio Gerodetti, Carlos Comejor, 2001



João Emilio Gerodetti, Carlos Comejor, 2001

Hotel visto da avenida Ana Costa - postal de 1907



João Emilio Gerodetti, Carlos Comejor, 2001

Hóspedes no coreto implantado nos jardins do hotel por volta de 1910

Postal de 1906 mostrando o primitivo Hotel Parque Balneário



João Emílio Gerodetti, Carlos Comejo: 2001



João Emílio Gerodetti, Carlos Comejo: 2001

Vistas do novo prédio do hotel, na gestão de João Fracarolli - postais da década de 20



João Emílio Gerodetti, Carlos Comejo: 2001

Hotel na década de 40, após reforma

Conceição, a edificação foi adquirida pela Companhia Economizadora Paulista. Posteriormente em 1914 administrado por Henrique Fracarolli, iniciou-se a construção do novo e imponente prédio. Nessa época o complexo ganhou renome, tornando-se famoso no país e até no exterior.

"Elegantemente construído, conta com noventa habitações, extremamente asseadas e elegantemente mobiliadas, suntuosos refeitórios e salões de dança, salas de conversação e sala de concertos. O Parque Balneário é o verdadeiro ponto de encontro das famílias que vêm fazer uma estadia elegante e confortável de banhos". (GERODETTI; CORNEJO 2001, p. 89)

Teatro e Cassino Parque Balneário

Edificado pela Companhia Constructora de Santos, o estabelecimento teve duas inaugurações. A primeira, em 1922 compreendeu os salões de jogos de luxo e popular, o salão de leitura e os escritórios entre outras dependências. A segunda, constou da abertura do teatro, em 1923, com a apresentação da Companhia Francesa de Revistas do Teatro Ba-Ta-Clan. O complexo contava também com um cinematográfico desde 1906. Vale enfatizar que a abóbada móvel, peculiaridade presente na arquitetura, atraía a preferência do público.



João Emílio Gerodetti, Carlos Comejo: 2001

Antigo teatro e cassino em postal de 1927



João Emílio Gerodetti, Carlos Comejo: 2001

Moderno cassino - década de 40

"Aprazível ponto de diversões com uma bellissima perspectiva para o mar.

Logradouro preferido pelas exmas. familias e onde se encontram todas as diversões agradaveis para se passar alguns instantes verdadeiramente felizes.

Para as crianças ha variedade de distracções, cada qual mais interessante. Excelente musica e um cinematographo perfeito, exhibindo films das mais conhecidas fabricas

Soirée d'élite semanal, aonde accorrem as exmas. familias". (Revista A Fita, n° 3, 1911).

Belezinha do Gonzaga

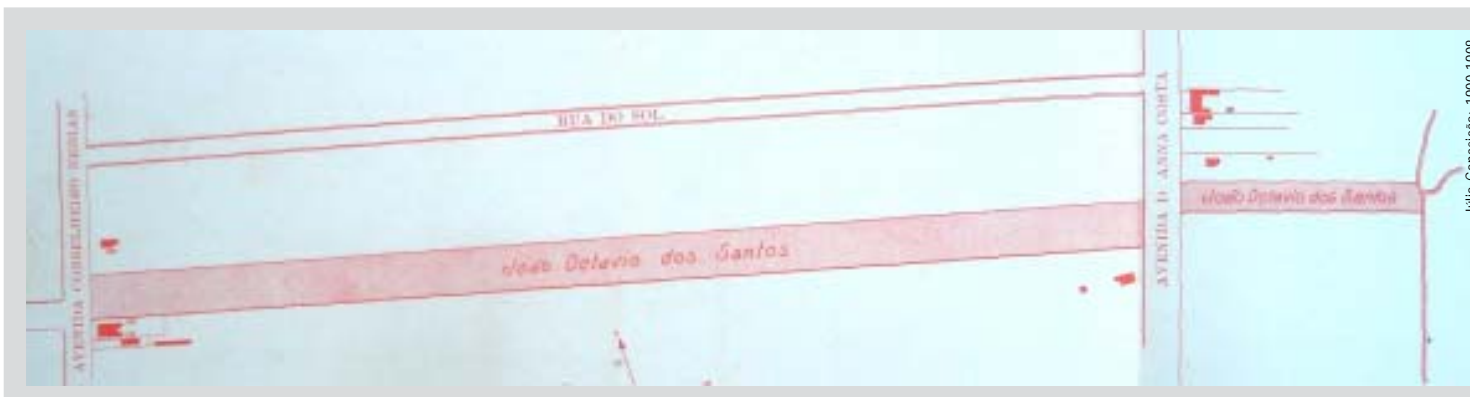
Em 1914, o parque foi instalado na avenida Ana Costa, ao lado do Hotel Atlântico. Posteriormente, em 1921, passou a funcionar nas proximidades da Praça Independência.

Nessa época o então diretor Carlos Augusto de Araújo remodela o espaço, tornando-o um centro de divertimentos para toda a família: crianças, jovens e adultos. Talvez as maiores atrações tenham sido os filmes e as peças teatrais gratuitas.



Revista Flamma, n° 05, 1926

Anúncio do Hotel Parque Balneário em revista da década de 20



Julio Conceição: 1900-1908

Exemplo de propriedade fundiária com formato estreito e comprido situado entre as avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa pertencente à João Octavio dos Santos em 1904. Diversos locais da cidade possuíam terrenos com essa conformação.

1. Área onde será implantada a Vila dos Pássaros
2. Recreio Miramar
3. Parque Indígena
4. Hotel Parque Balneário
5. Área onde será implantado o Teatro e Cassino Parque Balneário
6. Área onde será implantada a Belezinha do Gonzaga



Planta refeita a partir da imagem "Cidade de Santos e seus arredores", 1903

Cidade de Santos e seus arredores levantada pela Comissão de Saneamento em 1903. Engenheiro chefe Dr. José Pereira Rebouças

O desenho mostra a implantação das duas avenidas na cidade cortando áreas desocupadas e ligando o centro antigo à praia. Em toda a orla observa-se a presença de inúmeras construções – na sua maioria chácaras. Esse binômio formado pelas avenidas Ana Costa-Conselheiro Nébias juntamente com o sistema de canais serão os elementos estruturadores da ocupação de toda a área nova da cidade. Essas avenidas devido a sua importância e proposta de inovação concentravam ao longo de sua extensão atividades públicas novas – parques, cassinos, bares, hotéis - que davam um caráter diferenciado e eram elementos de valorização imobiliária. Em especial onde as avenidas encontram a praia foram implantados os principais equipamentos, funcionando como magnetos, como o disse o professor José Cláudio Gomes, que atraíam o fluxo e a ocupação da orla.

As novas formas de morar

As avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias representaram um novo modo de morar em Santos. Ali residiram representantes de uma forma de viver diferenciada, tanto no que diz respeito às suas atividades recém inseridas na economia, quanto aos novos hábitos incorporados. Tratava-se de uma nova classe advinda com o dinheiro do comércio do café. Eram comissários, importadores e exportadores, políticos, funcionários públicos, além de profissionais liberais, tais como médicos, advogados, dentistas, engenheiros e arquitetos, dentre outros. Várias personalidades da época fizeram parte desse grupo: os Simonsen, os Baccarat, os Carvalhal, os Carrarese, os Suplicy, a família Presgrave e sobretudo o engenheiro responsável pelo desenho dessa nova cidade, Saturnino de Brito.

Certamente o dinamismo da economia atraía profissionais de outras regiões do país.



Negociantes intermediários do café

Jornal "A Tribuna", 03.05.1916

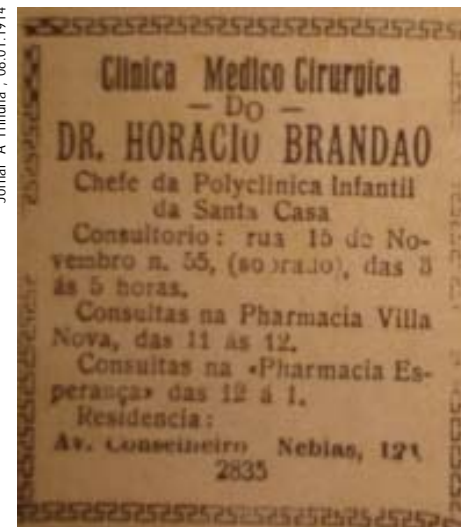
Profissionais liberais residentes nas avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa



Jornal "A Tribuna", 11.05.1916



Jornal "A Tribuna", 08.01.1914



Jornal "A Tribuna", 18.01.1914



Jornal "A Tribuna", 02.03.1916

O negócio do café ia do plantio e beneficiamento no interior, até a armazenagem e exportação em Santos. Isso fez surgir também o profissional que residia ora em terras santistas, ora na capital, ora no interior. Eram intermediários na negociação do produto.

A pesquisa, feita em jornais da época, ilustra algumas situações recorrentes. Percebe-se que ao menos parcela desses profissionais trabalhava no centro da cidade, havendo uma separação clara entre moradia e trabalho. Contudo também houve caso em que se proferia a atividade profissional na própria residência.



Jornal "A Tribuna", 13.01.1914



Revista A Fita, nº 3, 1911



Jornal "A Tribuna", 02.01.1914

Anúncios ilustram o tipo de casa e a situação desejada pela nova classe. Eram preferidas as que estivessem localizadas nas avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias e nas praias, por serem áreas mais valorizadas. As próximas aos pontos de divertimento também eram requisitadas. A praia, nessa época, começava a se transformar. Apesar de pouco explorada, era procurada pelos santistas e pelos veranistas em virtude não só dos efeitos medicinais como também do lazer.

As construções deveriam ser espaçosas e modernas, construídas dentro dos preceitos higienistas, arejadas e ventiladas. Era significativo o grande número de quartos, a sala de visitas, o escritório, o banheiro servido de água quente e fria e as dependências dos empregados. O jardim e o pomar também faziam parte das exigências que além da ornamentação, garantiam o devido isolamento da edificação.

As mudanças da arquitetura eram reflexo da modificação cultural da sociedade. Uma ilustração que demonstra esse processo é o anúncio na revista Flamma de uma empresa de automóveis, que na sua propaganda apresenta uma senhora dirigindo seu carro, levando a família para um passeio. Tratava-se de uma inovação dos costumes, contrapondo-se ao resguardo da mulher do período colonial.

Apesar dessa nova situação, concomitantemente ainda existia e resistia a arquitetura do século XIX com as preteridas alcovas e a produção dos pomares.

"Aluga-se uma boa alcova para um casal sem filhos ou que tenham um só, ou para moços solteiros, na Villa Odilla n° 12, rua Cerquinho". (Jornal "A Tribuna", 04.01.1914).



Venda de artigos para praia



Venda de automóveis

VENDEM-SE 4 predios novos, sendo dois na Avenida Anna Costa, perto do Parque, e 2 no centro da cidade. Trata-se com Arthur Alves Wright, rua General Camara n. 7, ou rua Particular, 10. 1292

Jornal "A Tribuna", 17.01.1914

Casa

Aluga-se o espacoso predio da Avenida Anna Costa n. 441, com 18 annos de idade completamente reformado; tres quartos enteiros para criadas, jardim e pomar.

As chaves podem ser procuradas no n. 427 da mesma Avenida. Para tratar a rua 15 de Novembro n. 61 — Sala de frente. 17642

Jornal "A Tribuna", 16.01.1915

Sobrado

Aluga-se, a praia do José Menino n. 70, um sobrado mobiliado, com gabinete sanitario, 6 dormitorios, sala de jantar, sala de visitas, copa, cozinha, dependencias para criados no quintal, jardim, etc.

Informações, por favor, no n. 71, e em S. Paulo, á rua Marquez de Itá numero 71. 17718

Jornal "A Tribuna", 01.09.1915

CASA

Precisa-se de uma, moderna, situada na cidade ou avenidas, com jardim, que tenha seis quartos, sala de visitas, escriptorio e demais dependencias. Faz-se contracto e paga-se bem.

Proposta a' caixa do Correio n. 58. 1.182

Jornal "A Tribuna", 25.08.1915

Casa

Precisa-se alugar uma, de construção moderna, na avenida Conselheiro Nebias, Boqueirão ou José Menino, que tenha 4 quartos, banheiro com agua quente e fria. Informações, para a caixa do correio 448, José Motta. 9910

Jornal "A Tribuna", 03.05.1916

A legislação urbanística da cidade e a relação com os novos espaços

O primeiro Código de Posturas Municipal tratava de assuntos variados, desde o comportamento do cidadão até a construção de edifícios. Estabelecia normas à respeito de aberturas e alinhamentos de ruas e edificações, sob critérios bastante rígidos, sem contudo demonstrar interesse nem com a inserção na malha urbana, nem com o espaço interno dos imóveis, estando liberada a sua subdivisão.

Posteriormente, os Códigos de 1847 e 1857 obrigavam os proprietários de terrenos alagadiços a drená-los e a aterrjá-los. Quanto às questões urbanísticas, não apresentaram nenhuma novidade, mas já havia de certo modo, preocupação com a saúde pública e com o destino dos esgotos, os quais deveriam ser afastados de forma a nunca serem lançados nas valas e córregos da povoação, sendo destinados às praias, longe dos trapiches onde atracavam as embarcações.

Contudo, os primeiros Códigos de Posturas não foram suficientes para impedir que, nas últimas décadas do século XIX, com o aumento súbito da população, surgissem as epidemias que assolaram a cidade. A necessidade de enfrentar essa situação que obstaculizava o desenvolvimento econômico de São Paulo calcado na exportação de café, inspirou no âmbito estadual o Código Sanitário do Estado, sancionado em 1894, com criação na legislação higienista francesa. Como decorrência, no mesmo ano foi promulgado o novo Código de Posturas de Santos, primeiro a estabelecer critérios edilícios e urbanísticos para a cidade, com caráter baseado tipicamente na higiene.

Merecem destaque os capítulos VII e XII sobre o alinhamento das ruas, edificações, edifícios e asseio, e o estabelecimento de recuo frontal máximo de 6 m para as novas edificações, evidenciando a tentativa de romper com a ordem colonial, apagando seus vestígios nas construções e implantando-se uma nova ordem, com base nas concepções modernas.

O Código de 1897 permitia a construção dos “familistérios” (cortiços), solução popular preconizada pelos higienistas, desde que em local designado pela Prefeitura, (contribuindo assim, ainda que indiretamente para segregar a população de baixa renda em áreas fora dos limites da cidade) com área e altura mínimas, água e esgoto em abundância e disposição de latrinas na proporção exigida.

Em 1894, as leis nºs 46 e 58 visavam transformar os cortiços em “casas higiênicas” com a ação da polícia sanitária através da demolição e a autorização para a edificação de vilas operárias, respectivamente.

Em agosto de 1896, introduziu-se pela primeira vez o recuo mínimo, de 10 m para as construções novas na praia e de 7 m para as avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias. Esse era um instrumento fundamental para conferir à paisagem urbana, uma nova aparência, mais condizente com os preceitos higienistas, necessários à afirmação da burguesia nascente. O padrão previsto era o de baixa densidade. No entanto, a obrigatoriedade do recuo numa zona eminentemente horizontal, reduziu o aproveitamento dos lotes, restringindo novamente o acesso da população mais carente.

Vale evidenciar que a lei nº 265 de 1907 isentava de imposto os prédios que fossem construídos nas avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias durante cinco anos, determinando o prazo de um ano para que os capinzais fossem eliminados. Da mesma forma que se pretendia suprimir o ar de arrabalde predominante, essa lei incentivava novas edificações, que associada a outras, procurava estabelecer um novo território para as elites, rumo à orla. Esses eixos foram os mais importantes e sofisticados do início do século, onde predominaram os casarões das famílias de alta renda.

Nessas avenidas exigia-se que os prédios tivessem a testada mínima de 8 m. Posteriormente, essa dimensão passou para 6 m, com o estabelecimento de um recuo lateral mínimo de ambos os lados. Era provavelmente a primeira vez na legislação santista que surgia o recuo lateral. Essas exigências foram estendidas também ao longo das avenidas que margeavam os canais de drenagem.

A tentativa de controlar o espaço urbano teve o auge com o Código de Obras de 1912, que contribuiu para a definição de um padrão urbanístico que perdurou até as primeiras décadas do século XX.

Esse código redefiniu os recuos, acrescentou dimensões mínimas para os aposentos com cobranças de iluminação e ventilação e estabeleceu limites de altura de acordo com a localização e com a largura da via em que a edificação estava inserida. Dessa forma, colaborou para demarcar áreas de grande valor imobiliário.

No entanto, logo após sua promulgação, o novo código teve a sua aplicação suspensa, provavelmente em função das alterações que trazia para a vida da sociedade santista, voltando a vigorar em outubro do mesmo ano com pequenas modificações.

O urbanismo sanitarista

O urbanismo do século XIX, calcado no avanço científico e na busca da estética da forma irá disciplinar os comportamentos sociais através da disseminação do sentimento de intimidade e de formalidade. A privacidade se sobrepõe à promiscuidade através principalmente das atuações dos higienistas e da necessidade de direcionar o crescimento das cidades por meio de planos racionais preocupados com a higiene e com o bem estar.

Essa nova filosofia irá reordenar o traçado existente das cidades antigas, onde o desenho se formou de acordo com as conveniências. A distinção desses espaços se dava principalmente pelo pitoresco da situação natural associada ou não a exemplares com características arquitetônicas diferenciadas.

.....
Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864 – 1929), fluminense nascido em Campos, formou-se engenheiro em 1886 pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Trabalhou em diversos projetos e na execução de ferrovias de vários estados brasileiros. Com o ingresso no serviço público municipal, teve seu primeiro contato com o urbanismo. A experiência com levantamentos e o contato com as questões técnicas da topografia deram subsídio à sua visão de urbanismo – a base para seus planos e projetos de saneamento e a adequação do traçado ao relevo do terreno. Ao longo de toda a sua obra, houve uma preocupação clara com a estética e com os aspectos sanitário e econômico.

Chefiou a Seção de Abastecimento de Água na construção de Belo Horizonte em 1896 e no ano seguinte, foi engenheiro da Comissão de Saneamento de São Paulo, onde elaborou e em parte coordenou projetos para cidades do Estado. De 1898 a 1901 encarregou-se dos projetos de saneamento de algumas cidades do Estado do Rio de Janeiro; e ainda a partir de 1918, para cidades de Estados do Sul e do Nordeste.

Em 1909 foi convidado para realizar o saneamento da cidade de Recife e em 1912, inaugurou os serviços de saneamento executados em Santos.

Figuram entre suas principais realizações, o saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, a retificação do rio Tietê, em São Paulo e o projeto pioneiro de esgotos para Santos, cujo trabalho lhe conferiu o título de “Patrono da Engenharia Sanitária do País”, sendo reconhecido mundialmente e tendo suas idéias utilizadas em vários países da Europa.

Sua vida foi direcionada segundo os princípios baseados no positivismo de Augusto Comte. Essa filosofia, ao surgir no século XIX, pregava a reorganização da sociedade através da completa reforma intelectual do homem. Era a valorização da razão, das ciências e da tecnologia em oposição às abstrações da teologia e da metafísica.

Influências

Os princípios urbanísticos de Saturnino de Brito possuem estreita ligação com os *urbanistes* “... e se manifestam tanto na estética urbana, onde se destaca a influência do livro de Camillo Sitte, quanto em sua concepção organicista da cidade, que o leva a privilegiar os chamados planos gerais ou de conjunto, introduzindo o planejamento urbano em inúmeras cidades brasileiras da Primeira República” (ANDRADE 1992, p. 208).

Suas intervenções se baseiam principalmente no emprego de alguns dos princípios urbanísticos de Sitte, que Brito conhecera através do livro em 1905. Ambos, preocupados com as exigências higiênicas, “... partem da idéia de cidade como organismo, a cidade como um corpo, belo e são e, por isso mesmo, produtivo” (ANDRADE 1992, p. 210, 211).

Saturnino irá atuar em áreas urbanas já consolidadas ou fará planos de expansão, direcionando o crescimento urbano. Para ele, assim como para Camillo Sitte, a cidade era um agente civilizatório que definiria a idéia de bem comum e de padrão ético de sociedade. Embora o engenheiro utilize alguns princípios estéticos sittianos, sua preocupação com a cidade no seu conjunto, o leva, assim como aos *urbanistes*, a valorizar mais a imagem do pinturesco, delegando o embelezamento tópico aos arquitetos numa visão de decoração.



Carlos Roberto Monteiro de Andrade: 1992/ Francisco Saturnino Rodrigues de Brito: 1943

Plano de L'Enfant para Washington

A principal fonte de inspiração de Brito traduzida em desenho foi o Plano de L'Enfant elaborado pelo major Pierre Charles L'Enfant para a futura capital dos Estados Unidos, em 1791. A característica definidora do plano é a sua organização estrutural: a malha disposta em um sistema de eixos diagonais que cruzam linhas ortogonais e irregulares. A forma com que a disposição axial valoriza os edifícios monumentais também denota a tradição junto ao pitoresco. É a adequação do traçado à topografia, localizando os edifícios emblemáticos nas intersecções dos principais eixos, pontos estratégicos do relevo, tornando-os dominantes na paisagem urbana.

Outro aspecto relevante é o *“desenho da avenida como caminho, definindo itinerários e rumos, e como panorama, definindo perspectivas”* (ANDRADE 1992, p. 61). Da mesma forma que L'Enfant, os planos de Saturnino não só estruturaram o crescimento urbano, mas também introduziram novas visibilidades. Os canais de drenagem a céu aberto permitiram o redirecionamento do olhar para um novo cenário, calcado na tecnologia e na estética. E agora não mais o olhar *“enclausurado na praça colonial ou na rua curva e estreita, insinua-se um olhar estirado, linearizado, nem convexo, nem côncavo, mas regulado, ordenado”* (ANDRADE 1992, p. 62).

Santos antes do Plano

Com o surto cafeeiro paulista, a partir da segunda metade do século XIX e com a construção da ferrovia São Paulo Railway que ligava Santos a Jundiá, o porto santista evidencia-se como escoadouro das exportações, tornando-se porta de entrada da Capitania de São Paulo.

Tal como em outras cidades coloniais antigas, em Santos, apesar do certo desenvolvimento econômico graças à comercialização do café, transparece a fragilidade das estruturas urbanas em virtude das novas exigências. Em fins do século XIX, ainda apresentava características coloniais e não possuía infra-estrutura para suportar a grande massa de imigrantes europeus que desembarcavam em seu porto.

Entre 1886 e 1900, a população da cidade que depois de quase três séculos permaneceu praticamente inalterada, cresceu consideravelmente, cerca de 223 %, gerando um esgotamento da oferta de moradia e acelerando a especulação imobiliária. Proliferaram-se então, os cortiços por toda a cidade, empilhando a população embaixo de escadas, forros, porões e até em cocheiras de animais, em condições subumanas.

Nesse momento, as cidades na rota do capital são assoladas por epidemias, que penetravam pelos portos rumo ao interior. Essa falta de infra-estrutura provocou um aumento assustador da taxa de mortalidade, sendo a moradia insalubre a principal responsável pela disseminação de doenças como a febre amarela, a varíola, a cólera e a tuberculose. Morreram 22.588 pessoas, o que representava número superior à metade da população da época (45.000 habitantes). Dessa forma, o problema do esgotamento sanitário tornou-se emergencial, o que resultou na implantação da primeira rede, através de concessão municipal, em 1889.

Serão executados projetos e melhoramentos, não apenas devido a crescente importância econômica da cidade, mas principalmente devido às condições sanitárias que se agravaram e colocaram em risco a entrada do imigrante e o funcionamento do porto. Muitos navios não faziam mais escala em Santos, pois a cidade já se tornara foco irradiador de doenças.

O comprometimento da economia incitou a idealização de um projeto modernizador da sociedade. Santos receberia uma nova imagem através da reformulação sanitária e do remodelamento dos espaços urbanos, garantindo um padrão estético moderno e de tecnologia.

Até 1892, o serviço de esgotos esteve aos cuidados de uma firma particular, que em virtude do péssimo estado sanitário, foi rescindida pelo Governo do Estado.

Entre 1892 e 1902, muitos planos foram apresentados e debatidos. O primeiro, mediante contrato elaborado pelo presidente do Estado Dr. Bernardino de Campos, foi elaborado em 1892, pelo engenheiro e professor da Universidade de Cornell (EUA) Estevam A. Fuertes em colaboração com os consultores também americanos Rudolph Hering e James H. Fuerts. Outras comissões também foram criadas a fim de buscar uma solução definitiva - as comissões de Wallace da Gama Cochrane (1895), de

"Natureza dos prédios	1872	1913
De 1 pavimentos	1160	8314
De 2 pavimentos	229	520
De 3 pavimentos	18	47
Casebres		1697
Somma	1407	10578"

(Estado de São Paulo/ Prefeitura de Santos 1914, p. 89)



João Emilio Gerodetti, Carlos Correio: 2001

Brejo de Outeirinhos

Situação antes das obras de saneamento e construção dos canais de drenagem.

João Pereira Ferraz (1896), de Alfredo Lisboa (1897) e o anteprojeto de Saturnino de Brito (1898). Contudo nenhuma dessas propostas foi efetivamente realizada.

Somente em 1893, devido a constantes pressões dos produtores de café, o Governo do Estado intervém nomeando uma comissão sanitária sob a direção do engenheiro José Pereira Rebouças, a fim de resolver o problema de saneamento da cidade.

Um dos objetivos dessa comissão era a erradicação dos cortiços, com a demolição através da força, tendo em vista que *"a integridade do homem e a paz salutar dos lares"* (BRITO 1943 a, p. 229) era perturbada. Feita a constatação das péssimas condições de habitabilidade, a comissão aplicava pesada multa ao proprietário e dava o prazo de uma semana para todos se retirarem. Após o prazo, demolia-se o imóvel com ou sem os moradores. Esta solução drástica agravou o problema da falta de moradia, adensando ainda mais os cortiços existentes e fazendo com que as áreas periféricas e os morros da cidade fossem ocupados. Neste contexto, a Polícia Sanitária ainda teve seu poder reforçado em 1897 mediante o Código de Posturas Santista e o Código Sanitário do Estado, responsáveis por grandes modificações nas construções e no desenho urbano.

Em 1898, a Comissão de Saneamento do Estado é extinta e é criada a Repartição de Água e Esgoto da Capital e a Repartição Técnica de Água e Esgoto do Estado, assumindo dessa forma, o acervo da antiga comissão.

Em 1902 (Decreto Estadual 1077), é criada a Comissão de Saneamento de Santos com a responsabilidade da construção e conservação da rede de esgotos da cidade e da fiscalização dos serviços de abastecimento de água, sob encargo da The City of Santos Improvments Co. Ltd. desde 1897. Anteriormente, o abastecimento de água potável, embora insuficiente, se fazia desde 1870 pela Cia. Melhoramentos de Santos.

Somente em 1905, os trabalhos da Comissão tomam nova direção com a ampliação do programa, anteriormente restrito às obras de esgoto. Agora, fazia-se necessário o projeto de expansão, abrangendo toda a planície, além de melhoramentos na porção existente e consolidada da cidade. O projeto em execução era o de Saturnino, então engenheiro-chefe, publicado no *"Saneamento de Santos, Esgotos das Cidades e Esgotos de Santos"*, em 1898, 1902 e 1903. Brito contou ainda com o auxílio do



Comissão de Saneamento de Santos; 1908

"Inundações frequentes"

engenheiro Miguel Presgrave na co-direção dos trabalhos e com a colaboração do engenheiro Joaquim T. de Oliveira Penteado.

Para o cumprimento do Plano, seriam necessárias uma série de modificações nas leis de forma a dar suporte e permitir efetivamente as mudanças

"Não basta a visita sanitária ao prédio, cubar aposentos de dormida e de trabalho, mandar colocar clarabóias conservando as alcovas sem janelas, intimar a impermeabilizar porões de escassa altura, não visitáveis e portanto não assejados, etc. Não basta estabelecer posturas para as novas edificações, - exigindo a iluminação direta (tantas vezes ilusória, devido às áreas livres escassas), dando aos aposentos as dimensões prescritas, dispondo os gabinetes sanitários em boas condições, etc. Estas medidas... não modificam eficazmente a topografia sanitária dos quarteirões insalubres. Condenar o prédio, simplesmente, será um recurso violento, algumas vezes usado entre nós, mas sem maior proveito, desde que o terreno não comporte a edificação de um prédio salubre" (BRITO 1943 a, p. 187).

Tratava-se de uma visão bem mais ampla. Era preciso uma reforma estrutural das condições de higiene e do modo de vida. Dever-se-ia abrir mão de particularidades em função do bem coletivo: o plano de arruamentos regulador do desenvolvimento da cidade. Para regulamentar essa série de mudanças, o conjunto de novas leis permitiu: desapropriar para sanear áreas insalubres seja um ou mais prédios, quarteirões ou zonas edificadas; demolir, modificar as ruas e reservar espaços para áreas verdes conforme o projeto; além de dividir terrenos em lotes e vendê-los. Nas desapropriações seria levado em consideração as despesas do proprietário na reforma sanitária da edificação. Caso o terreno não comportasse a construção de um prédio, somente seria pago o valor do material e do terreno. E com relação às desapropriações parciais (porções de quarteirão ou zona), os

O PROJETO DA CÂMARA - 1896



Francisco Saturnino Rodrigues de Brito: 1943 a

[...] "Uma ou mais ruas encontram na sua frente o pitoresco morro das Vigárias, em Jabaquara; pouco importa o embarço, corta-se o morro, subindo de um lado e descendo do outro..."

As reguadas para novas ruas na direção sul-norte, entre as avenidas Ana Costa e C. Nébias, atravessam a linha férrea das Docas e, ao chegar perto da rua Lucas Fortunato, desencontram-se dos alinhamentos das ruas do xadrez de Vila Matias; o planejamento atrapalhou-se para concordar os dois traçados em xadrez e deixou os traços desencontrados, a meio do quarteirão, sem ousar fazer uma concordância oblíqua ou estabelecer o desencontro das ruas nos seus cruzamentos com uma das transversais..." (BRITO 1943 a, p. 29).

Em 1896, sob a autoria de José Brant de Carvalho, a Câmara Municipal de Santos elabora uma proposta de expansão para a cidade. O plano apresentado quadriculava toda a extensa área baldia com a aplicação do xadrez geométrico.

Em cidades planas tais como Santos, os traçados retilíneos mais regulares e mais simples são justamente os mais indicados para a economia da cidade no que diz respeito tanto ao estabelecimento dos serviços municipais, quanto ao policiamento e ao trânsito desde que existam outras comunicações mais curtas e rápidas entre as diferentes zonas da cidade.

Contudo, a forma com que a solução foi encaminhada, constituía-se em uma geometria inflexível. A cidade foi dividida em ruas nos sentidos norte/sul e leste/oeste, eqüidistantes umas das outras. As larguras também invariáveis eram de 18 e 30 metros para as de direção equatorial e meridiana, respectivamente. Era um desenho geométrico e absolutamente rígido, que não consultou a topografia local, nem considerou as ruas e construções já existentes.

Não se tratava de um plano de melhoramentos de uma cidade, já que as intenções eram abordadas de forma isolada e que na sua maioria apresentavam-se apenas como o recalçamento ou o alargamento das ruas. Os planos propostos pelos higienistas e engenheiros municipais buscavam não somente soluções pontuais, mas possuíam uma visão ampla e estrutural da cidade.

O projeto ainda ocupava uma área muito grande para ruas e não se previa a implantação de nenhum parque, nenhum espaço público importante ou uma grande área verde. As áreas livres eram pequenas e limitadas a quarteirões isolados. Além disso, na extensão de 9.700 m, a rigidez do traçado sacrificava as ruas: Primeira, Segunda, Carvalho de Mendonça, Cunha Moreira, Do Sol e Caminho Velho, de Brás Cubas à Ponta da Praia.

A proposta não chegou a ser concretizada e logo após o aparecimento oficial da planta, vários proprietários, em virtude da especulação, edificaram áreas nos locais previamente determinados para ruas.

proprietários em virtude da valorização com as novas obras de saneamento e embelezamento, deveriam pagar uma contribuição de melhoria (plus value). Os locatários ainda teriam uma indenização de três meses do aluguel, ficando essa contribuição compreendida entre limites a fixar na lei.

Outra medida a ser tomada seria a regulamentação através da declaração de utilidade pública. Seria proibida a edificação nos terrenos situados nas áreas destinadas às futuras ruas e praças do plano geral, mas permitida a exploração através de benfeitorias de caráter provisório, sendo possíveis os barracões, casas de madeira e o capinzal, asseguradas por legislação específica, sem a cobrança de impostos, nem exigência de que sejam murados na largura prefixada para as ruas. No caso de se resultar em terrenos onde não se possa construir um prédio, será previsto na lei a expropriação do terreno vizinho de forma a compor um novo lote para vender à municipalidade.

Outras leis dariam a forma urbanística da cidade:

[...] "a) em determinados locais é proibido edificar casas de pavimento térreo; algumas posturas exigem, para certas ruas, mais de três andares;

b) as alturas dos pavimentos serão tais; a edificação deixará livre pelo menos um terço da superfície do terreno;

c) em tais ruas, ou avenidas, é proibido edificar no alinhamento da rua; marca-se um recuo obrigatório para um jardim na frente (por exemplo 5 metros em várias avenidas e 7 metros na avenida Ana Costa, em Santos);

d) em tais ruas é proibida a edificação de prédios contíguos; cada prédio deve ter de cada lado pelo menos de um número fixado de metros (por exemplo, dois metros, em certas avenidas, em Santos);

e) cada prédio terá a largura mínima de tantos metros (por exemplo 5 metros)"(BRITO 143 a, p. 79)

O Plano Geral e a proposta urbanística

A necessidade dos planos gerais já era destacada por Brito desde 1905, em seus relatórios. O desafio da época era o de intervir no processo de urbanização, prever e ordenar o crescimento a deixar a extensão orgânica das cidades ao acaso, aos interesses fundiários dos proprietários e ou vontades

locais. Para Saturnino de Brito, era preciso conciliar em uma proposta os planos de saneamento, de expansão, as concepções estéticas de Camillo Sitte e as exigências da engenharia sanitária. Também fazia parte do plano o estudo dos melhoramentos da parte consolidada da cidade. Com o passar dos anos seria esperada uma revisão da planta, de modo a acompanhar o crescimento e as diferentes idéias e programas

Tratava-se de uma postura diferente em relação ao futuro e às novas necessidades. Tinha-se a obrigação de estudar um plano de conjunto, ao invés de se limitar a uma parte, que amanhã poderia ser um obstáculo na realização de outros trabalhos sanitários. Assim a idéia parte de um projeto modernizador da sociedade, através da redefinição do espaço urbano, integrando critérios higiênicos, racionais e estéticos. Esse projeto também deveria prever toda a futura rede de instalação de esgotos e de canais de drenagem de águas pluviais. É dessa maneira que a cidade será reformada, tanto sanitariamente e do ponto de vista da circulação viária, quanto embelezada e remodelada, recebendo assim uma nova imagem. Esse padrão moderno faz com que as principais cidades brasileiras assemelhem-se as européias, preparando-as para o avanço do capital.

Canais e avenidas marginais Substituição da antiga imagem de pântanos e áreas inundáveis pela ordem e beleza das águas canalizadas



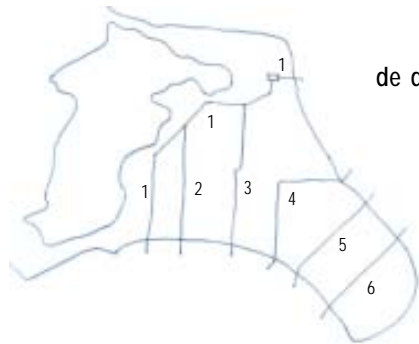
Comissão de Saneamento de Santos; 1908



Comissão de Saneamento de Santos; 1908



Comissão de Saneamento de Santos; 1908



Canais de drenagem



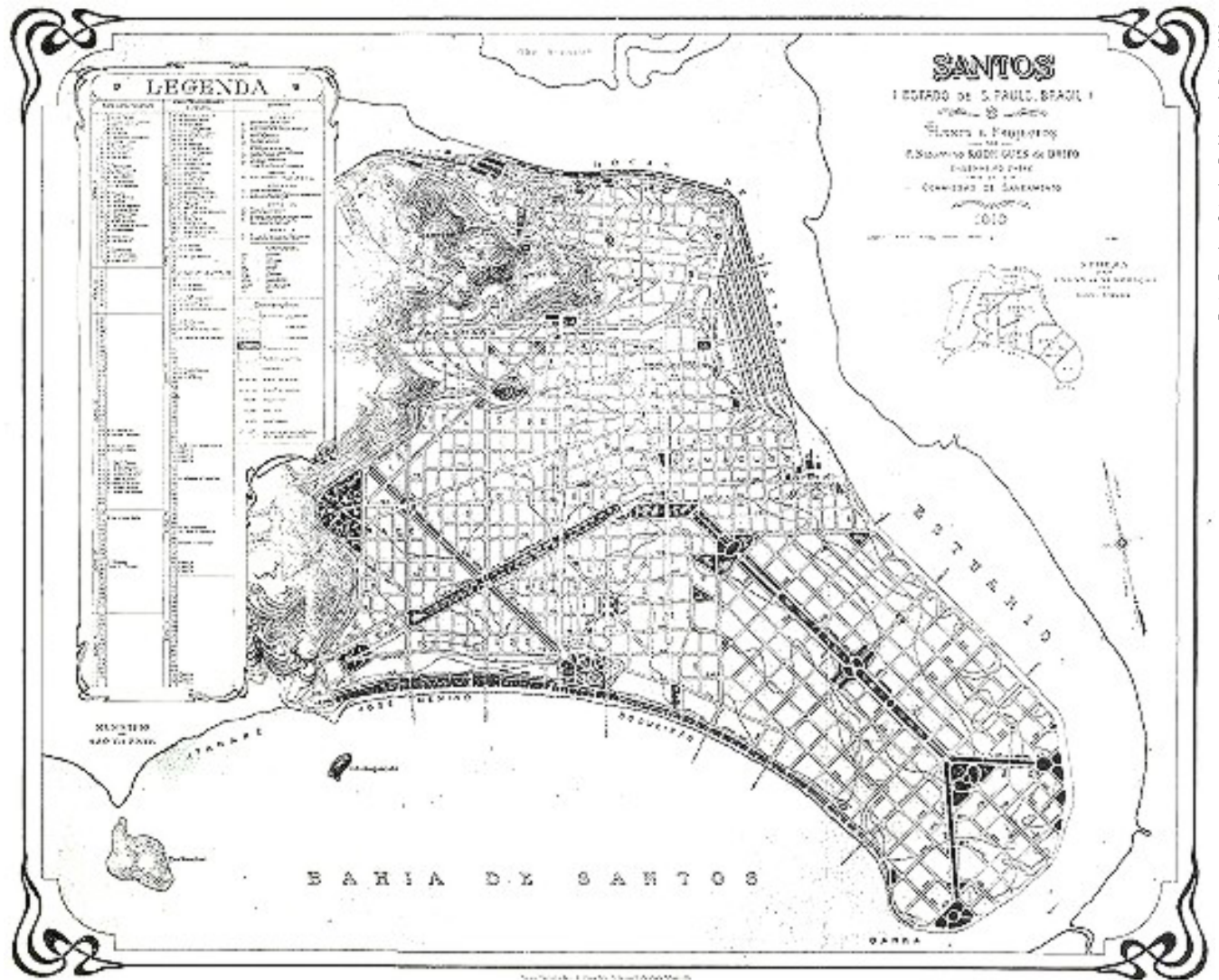
Parques

- 1. Parque público; 2. Av. do Saneamento;
- 3. Av. Municipal; 4. Av. da Barra; 5. Av. Leste; 6. Av. Sul; 7. Av. Beira-Mar



Avenidas

- 1. Canal de Contorno; 2. Ferrovia;
- 3. Av. Ana Costa; 4. Av. Conselheiro Nébias



A Planta de Santos 1910 - resumo da proposta de Saturnino de Brito

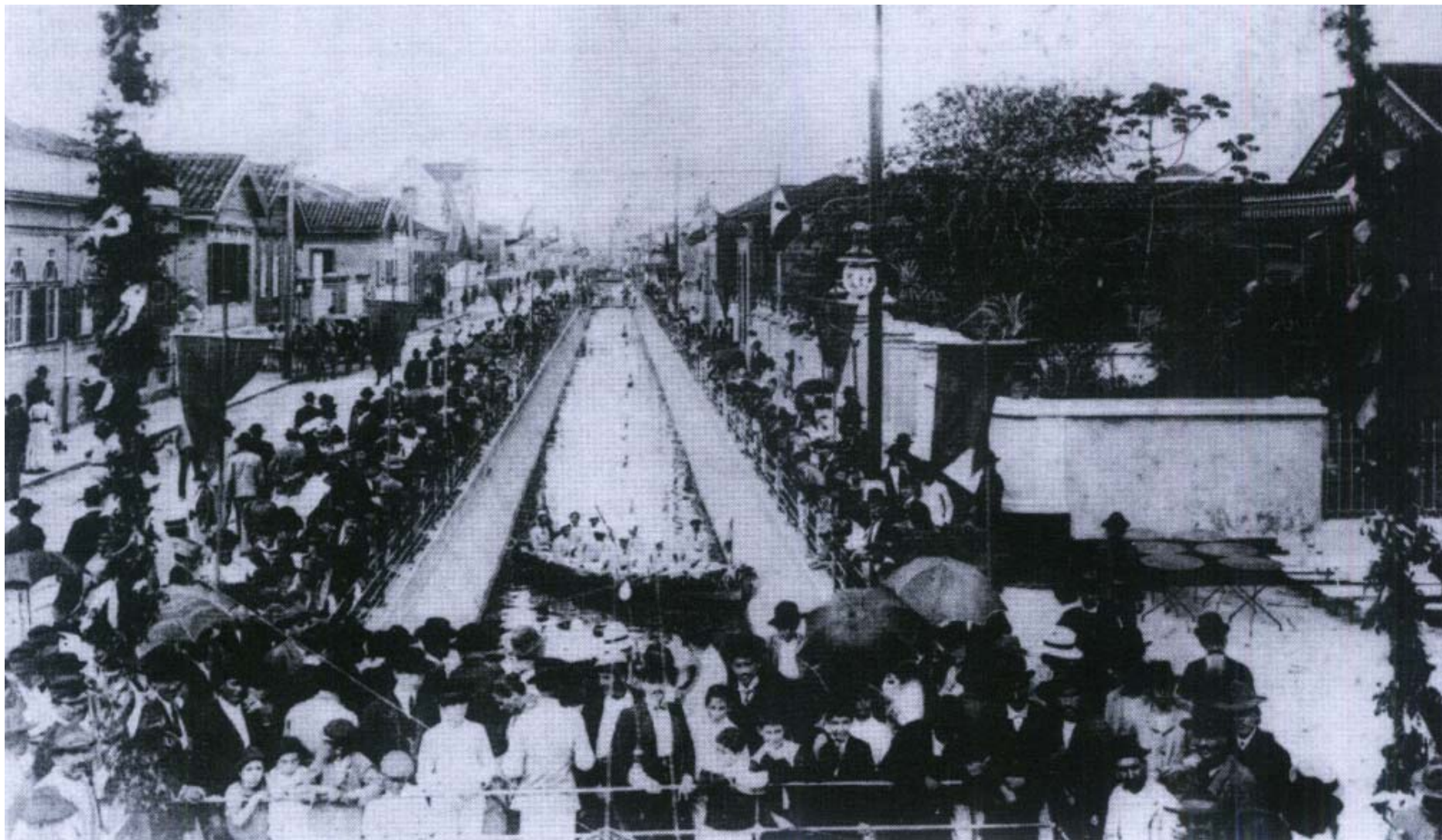
O plano de saneamento, melhoramentos e extensão da cidade de Santos, cuja concepção já havia sido formulada desde 1898, nos primeiros estudos de Saturnino de Brito sobre esgotos, foi a primeira obra de urbanismo moderno no Brasil.

A discussão sobre a intervenção na cidade, segundo Brito, parte para o desenho do traçado, a morfologia urbana, de forma a se adequar à topografia do sítio. Mais que a geometria, acreditava na reunião da arte, da técnica e do conhecimento científico. Seguindo os princípios sittianos, em casos de terrenos com relevo acidentado, há a necessidade de um traçado irregular com a preocupação de se aproveitar as possíveis vistas pinturescas da paisagem. As ruas devem respeitar as linhas de drenagem natural das águas pluviais, de tal modo que os sistemas viário e de escoamento de águas pluviais coincidam. Já em terrenos planos, não há razão para curvas, nem para o xadrez com ruas muito longas, antiestético e dispendioso na aplicação de demolições e reconstruções de zonas edificadas. O mais indicado é adotar, assim como o desenho escolhido para Santos, um traçado retilíneo, sem rigidez, com avenidas diagonais ou radiais, que facilitem a comunicação com o arrabalde. Esse é aliás, o traçado mais apropriado à futura vida dinâmica e intensa santista.

O traçado em xadrez regular existe apenas nas áreas das Vilas Macuco e Matias, executado muito antes de 1905, a partir de 1884, e na área da Ponta da Praia (porção sudoeste), praticamente desabitada, para onde se projeta a futura zona de expansão da cidade. O desenho dessa área é atravessado por um eixo que ocupa a cumeada do terreno, orientando o arruamento de acordo com a ventilação noroeste, constante em Santos. Essas construções deverão ser dotadas de jardins e de outros melhoramentos para filtração do ar.

Os planos artísticos ficam para as avenidas dos canais, a avenida Docas de Santos e o canal de Contorno no sopé da montanha, projetado com perfil semi-hexagonal, para conter as águas pluviais que desciam velozmente da montanha e inundavam as ruas, obstruindo os coletores com a grande carga de sedimentos terrosos.

Saturnino de Brito foi o introdutor sistema separador absoluto em Santos e no Brasil (separação das águas pluviais e cloacais). Conduzindo essa inovação, o canal de drenagem a céu aberto será o equipamento sanitário definidor do desenho urbano. Será ele que ladeado por avenidas de



Comissão de Saneamento de Santos; 1908

Inauguração pelo Presidente Dr. Jorge Tibiriçá de trecho do canal 2 em 1907

30 a 35 metros e com calçadas arborizadas irá determinar o sistema viário e o parcelamento do solo. Do estuário à baía, os canais possibilitaram o enxugamento da planície e a criação de uma vasta área de expansão, em condições salubres, além de proporcionar com uma forma própria o novo modelo de cidade moderna. O canal de número 4, diferentemente dos outros, além de exercer as funções sanitárias, servirá para nele navegarem pequenas embarcações para transporte de enfermos dos vapores ao novo Hospital de Isolamento.

Constituindo um elemento de grande utilidade e completando a estrutura da cidade, são criados os parques públicos e as avenidas-parque: avenida Municipal, da Barra e do Saneamento, com 120 metros de largura, que cortam diagonalmente todo o território e ligam rapidamente zonas extremas da cidade. Essas largas e extensas avenidas constituem para além das praias uma nova opção turística. Além de facilitar o trânsito, esses eixos com bosque na faixa central têm a função de abaixar a temperatura e atenuar o rigor dos ventos fortes. As espécies vegetais serão variadas, mas se fará presente como arborização preferível o eucalipto, tanto pela propriedade de filtro balsâmico para os ventos e de dreno vertical para terras úmidas, como pela fonte compensadora de renda - madeira para construção. A avenida do Saneamento conta ainda com a presença da Estrada de Ferro, contribuindo para a facilidade de acesso e embelezamento do local. Os parques públicos se localizariam um ao final da avenida Municipal, no Campo Grande, com uma área de 1 quilômetro por 500 metros e o outro ao redor do morro das Vigárias, próximo ao Jabaquara.

O parque, junto à avenida Beira-Mar, acompanhando a orla com 22 metros de largura e 5 quilômetros de extensão, traz a novidade do local aprazível de lazer e de estar, tal como o parque linear. O espaço ajardinado na largura de 8 metros em estilo "art-nouveau", prevê a instalação de equipamentos públicos, proporcionando a Santos, o desenvolvimento de um grande número de diversões ao ar livre, como corridas, cursos, batalhas de flores, entre outras atividades, contribuindo para a saúde pública e



Avenida Senador Feijó

Comissão de Saneamento de Santos: 1908



Avenida Ana Costa

Comissão de Saneamento de Santos: 1908



Avenida Conselheiro Nébias sistema separador absoluto: esgoto e águas pluviais

Com. de Saneamento de Santos: 1908

funcionando como um grande atrativo para forasteiros. Os detalhes tais como os monumentos, chafarizes, cascatas, coretos, bebedouros de animais, serão projetados pela Prefeitura, sob consulta da Repartição de Saneamento.

O morro do Fontana será perfurado na região do morro de São Bento para a construção de um túnel que comunique o centro da cidade à avenida Ana Costa. Além de se tornar um acesso mais rápido, se terá a vantagem de ventilação com a viração do oceano. As avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias são importantes eixos de ligação norte/ sul da cidade. Com canteiros arborizados, a primeira tem 30 metros de largura e 3 quilômetros de extensão, e a segunda, 22 metros e 4 quilômetros. Em seu plano, Brito considera essas avenidas pré-existentes e propõe um alargamento na Conselheiro de 10 metros, 5 em cada margem, aproveitando o recuo de 7 metros dos prédios, do canal 1 à avenida-parque, na Encruzilhada. Esse trecho poderia ser arborizado quebrando a monotonia da extensa avenida.

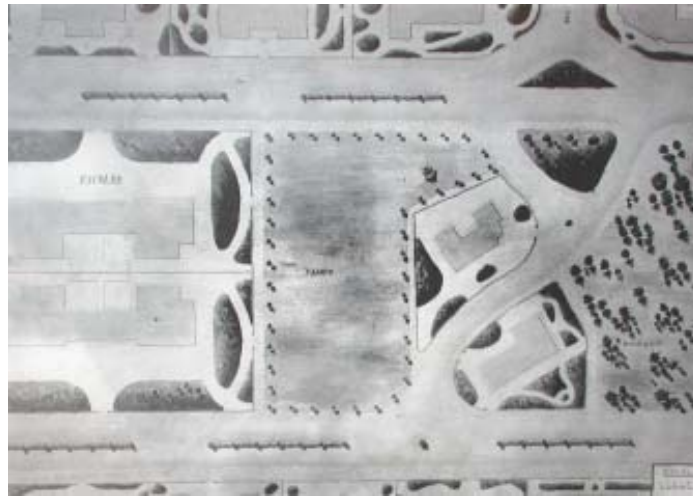
A beleza e vivacidade dos espaços também são garantidos pelas praças, pequenos jardins e monumentos que localizados em cruzamentos ou nas extremidades interrompem a monotonia das ruas retas e longas. Algumas dessas áreas são também utilizadas para a implantação de equipamentos sanitários, como as Estações Elevatórias, necessárias para o recalque do esgoto.

As medidas saneadoras consistiam ainda na remodelação e na proposta de educação e orientação cívica para a obtenção da higiene urbana. Eram necessárias uma série de transformações para uma cidade saudável, fundamentalmente no que dizia respeito às condições de higiene da água e do ar, principais veículos das moléstias.

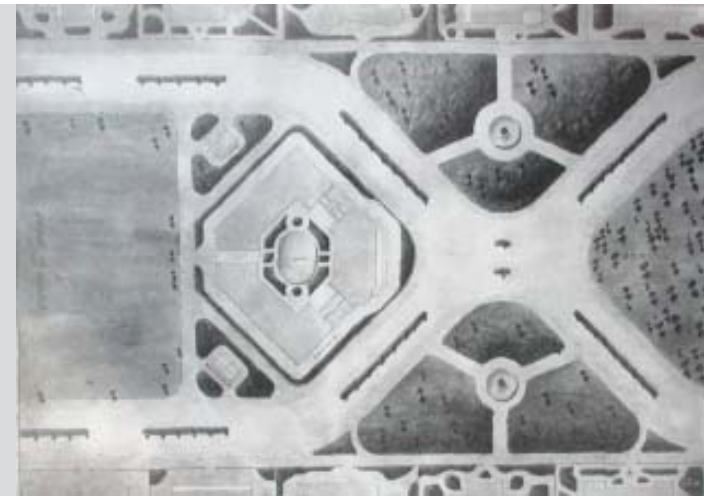
Os morros e matas que impedissem a ventilação seriam destruídos e o saneamento dos pântanos era emergencial. As áreas alagadiças deveriam ser drenadas e aterradas e o curso dos rios retificado. As águas não podiam se estagnar. O objetivo da construção dos oito canais de mar a mar era o de permitir a renovação das águas, de acordo com o fluxo e o refluxo das marés, fazendo-as fluir de conforme o princípio da medicina social do século XIX, que afirmava a salubridade da água em função da circulação ordenada por canais e esgotos. A arborização também permitiria um melhor ar atmosférico. Os matadouros, fábricas e hospitais deveriam ser expulsos do centro. Ruas e avenidas deveriam ser pavimentadas, além das áreas públicas mantidas limpas.



Avenida Conselheiro Nébias

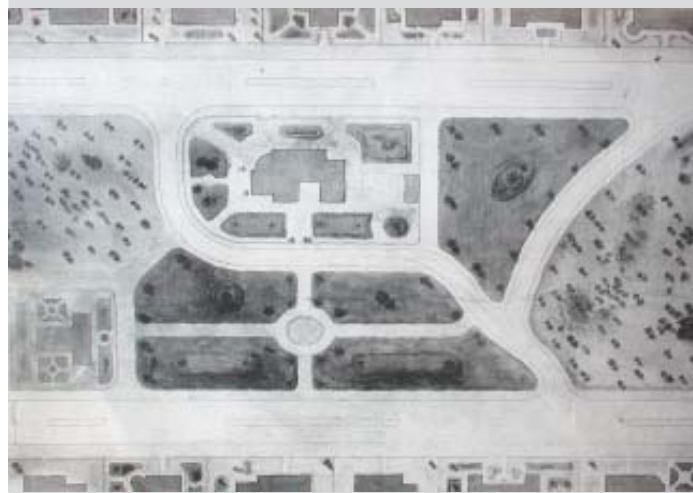


Avenida-Parque da Barra

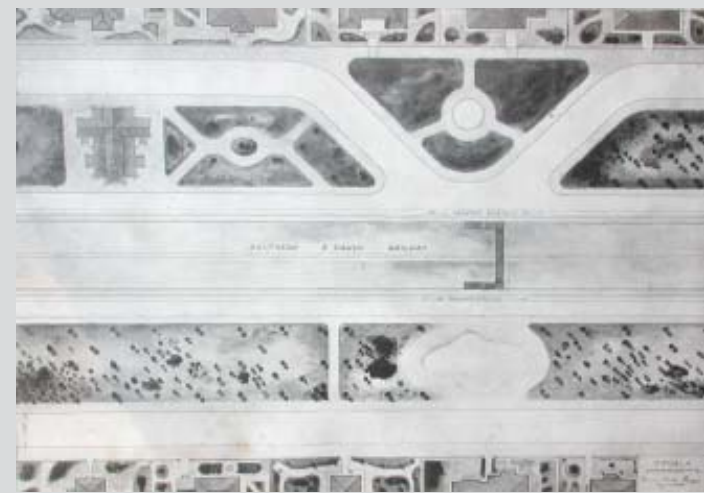


Avenida-Parque da Barra

Avenidas-parque Hotéis, casas de diversão, campos de esporte, jardins botânicos e zoológicos, sanatórios, museus e escola se abrem para as áreas ajardinadas e bosques



Avenida-Parque da Barra



Avenida-Parque do Saneamento com a ferrovia ao longo do percurso

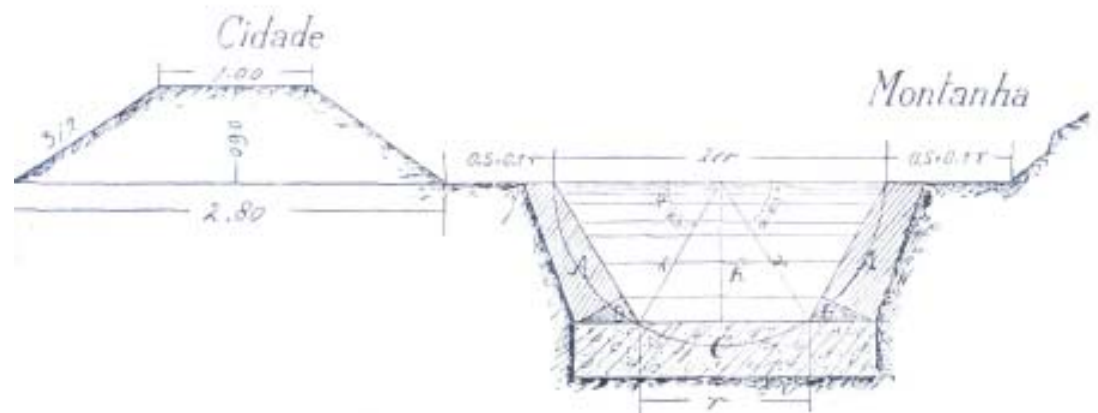


Acervo SABESP

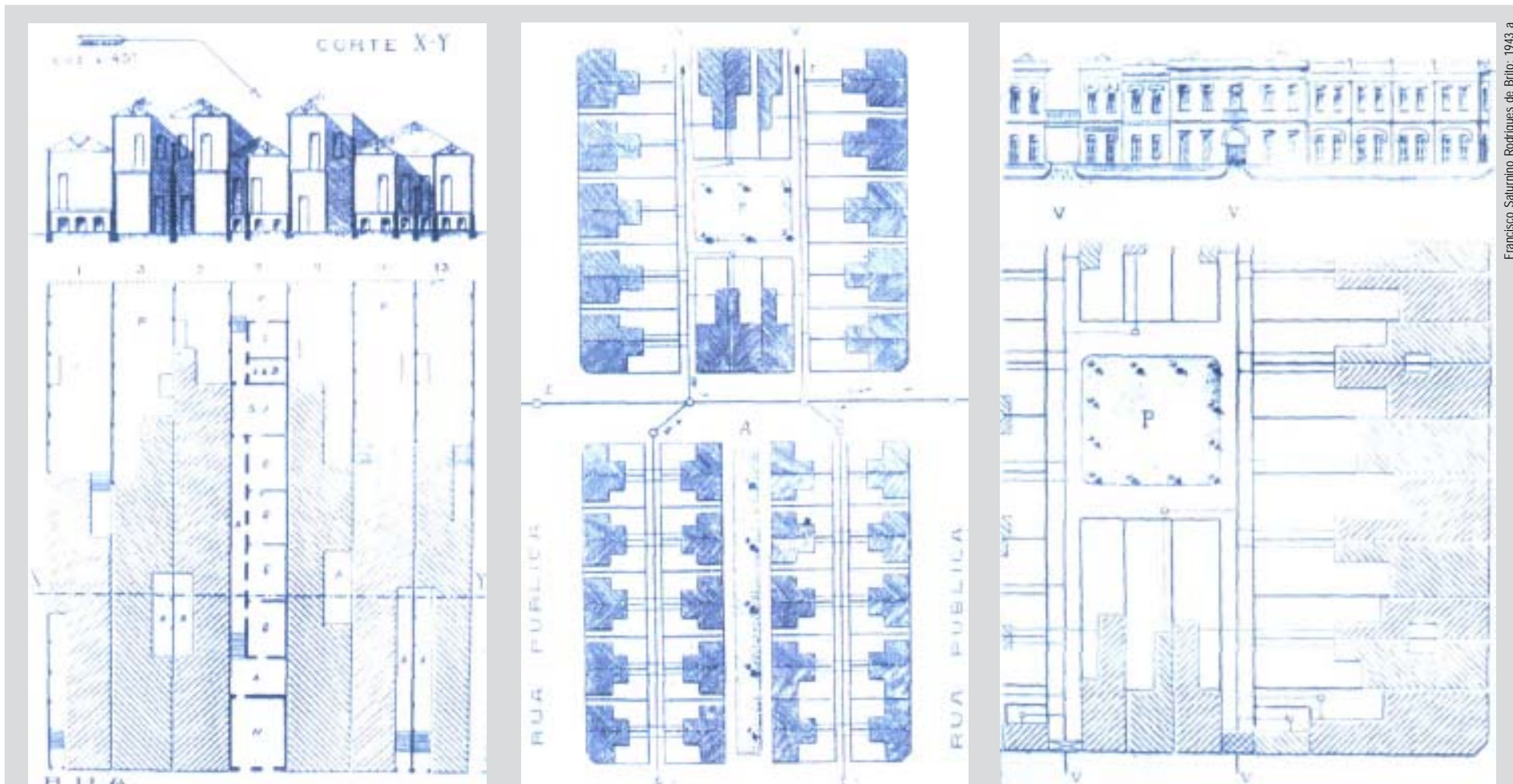
Estação Elevatória IV em construção Avenida Conselheiro Nébias



Francisco Saturnino Rodrigues de Brito: 1943 c



Avenida de Contorno Planta e corte



Francisco Salumino Rodrigues de Brito, 1943 a

Quarteirões salubres

Vielas sanitárias

Relações entre as construções No que diz respeito às edificações, Brito retoma a concepção morfológica de quarteirões salubres, assim como nas propostas para a cidade de Campos. A implantação dessas construções era servida por ruas particulares ou vielas sanitárias, que em algumas situações incorporavam parques gramados e arborizados. A solução de vielas estabelecidas como elementos sanitários, regulamentadas e convenientemente mantidas, apresentavam um grande valor prático e uma economia de até trinta por cento.



Carlos R. M. de Andrade: 1992

Estudo sobre a incidência de luz nas construções

Para um melhor aproveitamento e funcionamento do sistema proposto, a cidade foi dividida em distritos ou bacias de esgotamento, que funcionavam por declividade desde a cabeceira dos coletores até o poço de acumulação e de elevação, onde as estações distritais enviariam o líquido para a usina terminal.

Também era previsto no Plano Geral a reforma completa das instalações domiciliares e a descarga in natura no mar, ou no estuário/ baía após depuração. Complementando esse sistema, foi construída a ponte Pênsil, em São Vicente, para sustentar o emissário de esgotos a serem lançados em alto-mar, junto a Ponta de Itaipú.

Todas essas modificações propostas por Brito criam um novo tipo de espaço público. Agora não mais a praça tradicional, com as atividades de comércio e nem o espaço como lugar de encontro, mas sim o canal com as novas avenidas e parques que além de sanear e acabar com os males coloniais, são os novos espaços de sociabilidade, motivo de orgulho e admiração da população. Esse novo jeito de se relacionar com o espaço aliado às transformações propostas pelo plano e ao aspecto estético da arquitetura irão garantir o desaparecimento do passado e a consagração de um cenário moderno calcado nos preceitos higienistas e no progresso.

As obras que tinham se iniciado em 1907 com a inauguração do canal 1 se estenderam até 1927 quando é inaugurado o último canal.

A proposta de Saturnino de Brito foi acompanhada de muita polêmica. De um lado a Câmara, representada pelos grandes proprietários de terras santistas, que desejavam explorá-las ao máximo em seu benefício e do outro o jovem e engenheiro Saturnino de Brito da Comissão de Saneamento do Estado, acusado de inexperiente. Com tantos interesses divergentes, o plano não foi executado em todos os seus aspectos, causando prejuízo à cidade. Políticos locais questionaram sobre as concepções do projeto e as normas e medidas legais necessárias. A Prefeitura começou a aprovar arruamentos fora do plano, se valendo da autoridade do poder local, atitude que dificultou os serviços de esgotos. Houve

modificação de alguns arruamentos e a área entre o bairro do Macuco e a Barra não seguiu a orientação proposta. Mas talvez a maior perda tenha sido o abandono da idéia das avenidas-parque.

Contudo, a planta foi mantida em linhas gerais, servindo de base para estudos de novos arruamentos. E mesmo que não tenha sido realizada a concepção urbanística da proposta como um todo, Santos transforma-se em uma bela cidade moderna e inovadora.



3 Os arquitetos, os engenheiros e as companhias construtoras

Diploma do engenheiro Agenor Guerra Correa como sócio do Centro dos Constructores e Industriais de Santos



Residência Saturnino de Brito - projeto Dubugras

3 Os arquitetos, os engenheiros e as companhias construtoras

Para atender a grande demanda de habitações em Santos, além da atuação de arquitetos e engenheiros, surgiram as empresas privadas de construção. Eram firmas que atuavam tanto para a classe média, através de conjuntos e vilas, quanto para a elite santista. Vendiam terrenos e prédios a prestações e alugavam casas pelo sistema mutualista.

Implantaram projetos, estudos e construções baseadas na técnica e nos preceitos higienistas e introduziram novos materiais de construção via importação, que foram vulgarizados graças ao afluxo de profissionais liberais estrangeiros, apoiados na mão-de-obra livre e assalariada, constituída, em sua maioria, pelos imigrantes.

As que mais se destacaram foram a Companhia Constructora de Santos e Companhia Santista de Habitações Econômicas, ambas dirigidas por Roberto Simonsen e a Companhia Docas de Santos.

São apresentados a seguir exemplares da produção dessas companhias, além de um conjunto de obras do engenheiro Agenor Guerra Correa, que teve um grande número de projetos edificados na cidade e do arquiteto Victor Dubugras, que desenvolveu novas idéias se transformando em referência para a arquitetura da época.

Dados de profissionais
relacionados à construção civil

- 1881 **“Engenheiros civis**
Dr. Garcia Redondo
Herman Bastidt
- Arquitetos**
Antonio Domingos da Luz
Tomás Antônio Azevedo
(Almanaque da Baixada
Santista 1976; p 29)
- 1887 **Constructores**
Antonio da Silva Tavares
Fortunato F. de Mello
João Domingues de Souza
(CARVALHO 1887; p. 257)
- 1898 **Constructores**
Leopoldino E. da Silva – rua Amador Bueno, n° 141
Mathias J. Miranda – rua de São Francisco n° 150
Antonio Diniz Marques – rua de São Francisco, n° 172
João Esteves Martins – rua de São Francisco, n° 216
José Souto Domingos – rua Dr. Cochrane, n° 5 a 9
Henrique da Silva – rua Dr. Cochrane, n° 53
Francisco Albino de Amorin – rua Dr. Cochrane, n° 95
Antonio Domingos Pinto – rua Conselheiro Nébias, n° 21
Manoel de Souza Santos – rua Conselheiro Nébias, n° 47
Rodrigues & Silva – rua da Constituição, n° 111
Antonio Domingos da Luz – rua Martin Affonso, n° 5
José Antonio Souto – rua 2 de Dezembro, n° 11
(PATUSCA 1898)
- 1912 **Constructores e empreiteiros de obras**
Domingos Pinto & Cia – rua Conselheiro Nébias, n° 31
Edmundo Krug - rua Amador Bueno, n° 145
Joaquim Moreira Alves – rua Martim Afonso, n° 18”
(Indicador Santense 1912; p. 30)



Jornal A Tribuna: 02.01.1914



Jornal A Tribuna: 14.01.1917



Jornal A Tribuna: 23.01.1914



Ruberoid Roofing

O TELHADO IDEAL

Material impermeavel contra humidade e calor, para coberturas e revestimentos de casas, officinas, navios, bonds, carros, etc., etc.

Em rolos de 1 1/2 ply } com 22 metros
1 ply } de comprimento
2 ply } e 0,92 m. de largura

EM STOCK:

BROMBERG, HACKER & C.º

Engenheiros - Importadores - São Paulo
Filial Santos: Rua 15 de Novembro n. 92
TELEPHONE 138 - CAIXA POSTAL R

Jornal A Tribuna: 07.01.1914

“A Facilitadora”

Pinturas e reformas de casas

Comunico aos Srs. Proprietarios e a todas as pessoas interessadas, que acabo de estabelecer esta empresa para pinturas e reformas de casas com pagamento em prestações mensaes, sem aumento de preço, e não tem concorrência.
Esta empresa se encarrrega de todos e quaesquer trabalhos de pintura.
Para orçamentos e mais informações com na Sra. U. Fredici e Comp.

Praça da Republica, 9 - Sobrado

Jornal A Tribuna: 03.01.1914

Cimento da afamada marca

J. B. White Bros

Asphalto da Neuchatel Asphalt Co.

que tem dado tão bom resultado no Brasil
rata-se com os agentes

WILSON SONS & C.º L.º

Rua 24 de Maio n. 22

Jornal A Tribuna: 04.01.1914

OFFICINA ITALIANA

ESCUPTOR - STUCCADOR

DOMINGOS SAVORELLI

Rua General Camargo n. 187
Desenho de Frontes
Escultura em Gesso
Revestido de stucco
Fazem-se ornamentos e trabalhos de qualquer especie de stucco
Grande esculptura de madeira

Processo administrativo da Pref. Municipal de Santos

Tubos de ferro galvanizado

Chapas de ferrogalvanizado

Telhas de zinco

Oleo de linha a etc.

e mais materiaes para construcção

Wilson Sons & C.º L.º










Rua 24 de Maio n. 22

Exemplos de empresas relativas à execução de serviços e venda de materiais para construção

Esquema funcional

Para a análise dos projetos dos capítulos 3 e 4, foram elaborados organogramas a fim de esclarecer o esquema funcional das residências e uní-las em possíveis grupos.

Dessa forma, as construções foram divididas em três zonas:

	Estar: onde se dá o local de receber e o lazer da família, sendo mais ligado às atividades femininas. Corresponde preferencialmente às salas de visitas e de jantar, escritório, varanda e quarto de costuras ou sala da senhora.
	Serviço: local de atividades domésticas relativas à manutenção da casa. Faziam parte desse universo a cozinha, a copa, a despensa, as áreas destinadas a lavagem de roupas, os quartos de engomar, além das dependências dos empregados.
	Repouso: conjunto de espaços destinados a permitir o sono e o azeio da família. Relativo aos dormitórios e banheiros privativos.
	Áreas de superposição de funções.
	Vestíbulo: espaço de distribuição, articulador das três zonas básicas da moradia: o estar, os serviços e o repouso. Dependência típica do “morar à francesa”, que se constituía nessa nova forma de agenciamento dos ambientes.
	Circulação horizontal.
	Circulação vertical.
	Porta principal de acesso à residência.
	Acesso secundário.

Companhia Docas de Santos

Avenida Rodrigues Alves

Projeto das casas I, II e III - 1908.



Casa I



Casa II



Casa III

Março 2007



Casas I e II - Avenida Rodrigues Alves esquina com rua Conselheiro João Alfredo

PROGRAMA EM 1989

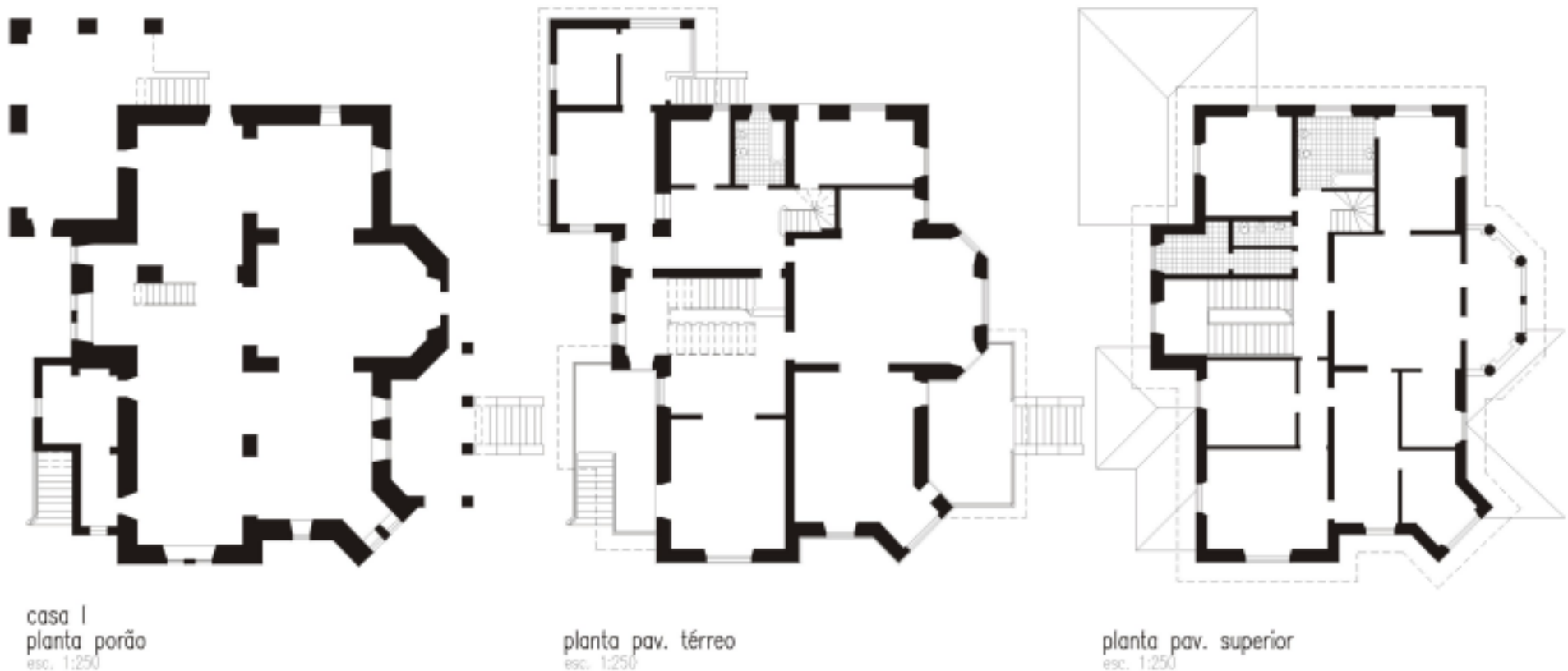
1. GPORT
2. DIRHU
3. Casa I - Museu do Porto
4. Casa II - DIRHU
5. Casa III - DIRHU



implantação
esc. 1:1000

Essas construções foram executadas pela Companhia Docas de Santos para abrigar alguns dos seus altos funcionários. Não se trata portanto da produção de uma empresa voltada à construção. A Companhia tinha desde 1892 a concessão do governo federal para operar os serviços portuários em Santos, e a execução dessas moradias era uma atividade secundária, decorrente da necessidade de abrigar o grande contingente de funcionários que possuía. Dessa forma, construiu alguns poucos exemplares como esses analisados e casas para os chefes de serviço, mestres, operários e ajudantes.

Desenhos da casa I a partir de original de 1989 do acervo da Companhia Docas de Santos referente à adaptação desse imóvel para abrigar o Museu do Porto. A partir desse material não foi possível se chegar à arquitetura e ao programa originais devido às reformas realizadas. Chegou-se então ao projeto anterior à essa adaptação.



O conjunto de certa imponência formado pelas três edificações, em meio a jardins, contrasta com o seu entorno, constituído pelas habitações dos trabalhadores do cais. Certamente aí se localizavam em função da proximidade com o porto, local do trabalho. Destacam-se também pela dimensão volumétrica e pelos adornos como por exemplo os lambrequins dos alpendres e os elementos decorativos em ferro.

A edificação em análise é composta de porão habitável + 2 pavimentos. O acesso é feito pelos alpendres frontal, lateral e posterior. Há ainda, no pavimento superior, outro alpendre que se abre para a casa vizinha.

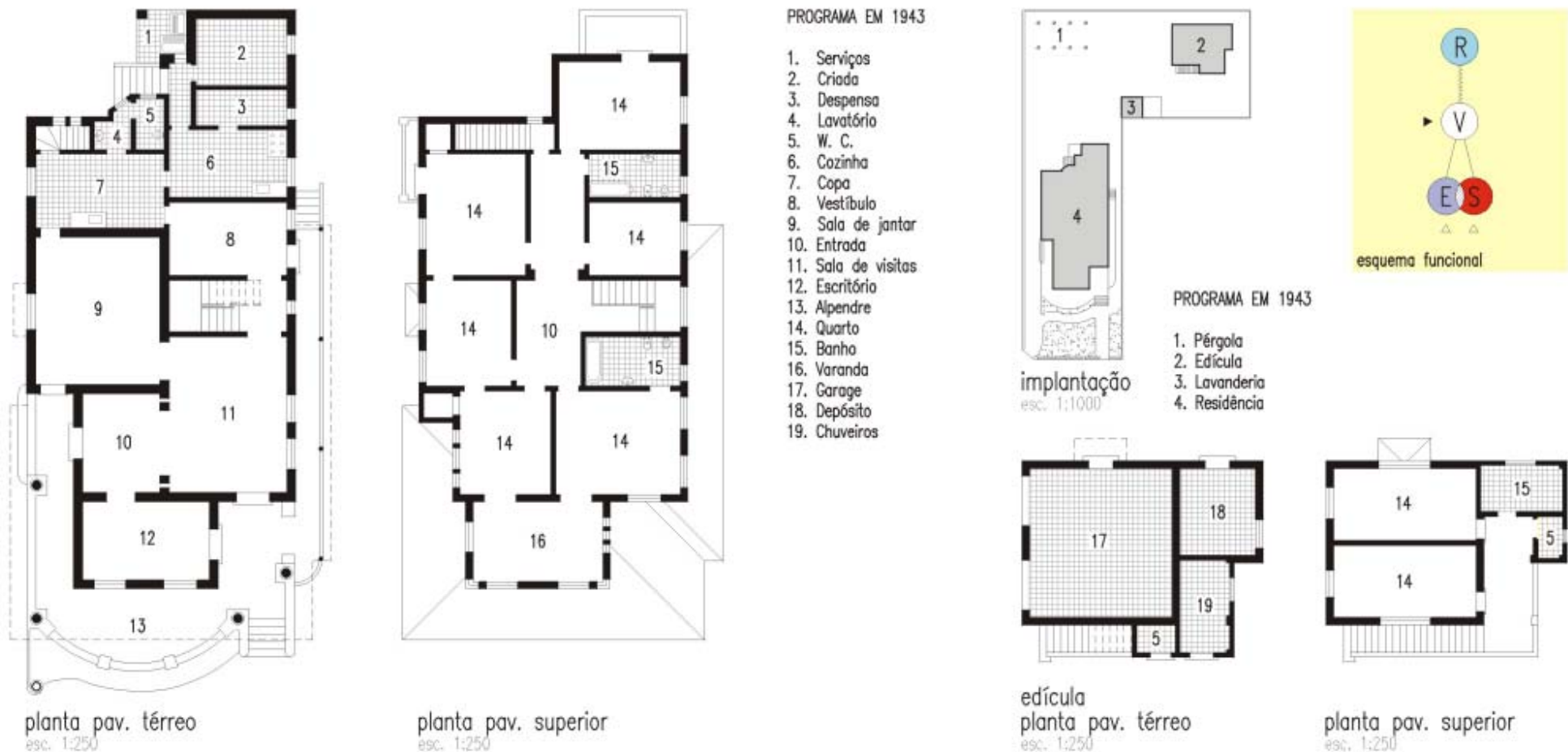
**Elevação principal****Elevação posterior****Corte longitudinal****Elevação lateral direita****Elevação lateral esquerda**

Pé-direito
porão: 2.13 m
térreo: 4.51 m
superior: 4.75 m

**Corte transversal**

Avenida Vicente de Carvalho, nº 65. Praia. Desenhos a partir de original de 1943 do acervo da Companhia Docas de Santos

Implantada em lote de frente para a praia, essa moradia da década de 20, de porão + 2 pavimentos, apresenta o esquema funcional do “morar à francesa”. O vestíbulo aparece como um grande cômodo que articula as áreas de estar, de serviço e de repouso. O acesso é feito através do extenso alpendre que abrange a frente e a lateral da construção, ou pela entrada de serviço na parte posterior. Também vale ressaltar uma escada privativa da cozinha para o andar de cima, ligação de serviço que em alguns projetos aparece para facilitar a circulação dos empregados. No segundo pavimento há um terraço nos fundos e uma grande varanda na fachada principal voltada para a apreciação da vista do mar. Com relação aos espaços de higiene, têm-se duas áreas de banho caracterizadas por banheiros completos, um dos quais tem entrada apenas por um dormitório e outro no andar inferior, do tipo europeu, com separação da privada do espaço de banho. Possui ainda nos fundos do terreno um edícula com garagem.



Rua da Constituição, nº 278/ rua Sete de Setembro, nº 49. Vila Nova

Segundo o senhor José Castelo Branco, ex proprietário do imóvel, a edificação teria sido construída pelos engenheiros da Companhia Docas, provavelmente na virada do século XIX para o XX, para moradia da Alta Administração. Mesmo não se obtendo dados que comprovassem a veracidade dessas informações, trata-se de um exemplar remanescente significativo.



Rua Sete de Setembro esquina com rua da Constituição

Instituto Histórico e Geográfico de Santos



Entrada principal



Área sob o alpendre

Janeiro 2002

Em estilo eclético classicisante com grande frontão triangular, o edifício é construído em alvenaria de pedra com 56 cm de espessura. O acesso se dá pelo alpendre do andar superior para o qual se abrem o vestíbulo e a sala de jantar. A residência, com porão habitável + 1 pavimento, apresenta esquema funcional calcado em tradições antigas, anteriores ao “morar à francesa”. Sendo assim, nesse caso o vestíbulo não articula as três zonas básicas, mas apenas se relaciona com a área de estar. A circulação interna é central e liga as áreas de estar à de serviço. Nos anos 20, esse tipo de solução será abandonada. Vale ainda ressaltar no programa original, a abertura do quarto no andar superior para a sala de jantar. O banheiro é do tipo francês, onde a privada é separada da sala de banhos composta por lavatório, banheira e semicúpio.

O imóvel não sofreu alteração na sua estrutura. As intervenções se reduziram a pequenas mudanças de revestimentos e de uso. Mesmo assim, a falta de informações não possibilitou a recomposição do programa original. Constatou-se a existência de mobiliário de grande valor documental executado na sua maior parte em jacarandá ou cavina. Entretanto como o senhor Francisco executou réplicas de móveis antigos no Liceu de Artes e Ofícios, não se sabe ao certo quais peças são originais e quais são cópias.

Após 1908, a casa é vendida e as paredes externas são revestidas com azulejos coloridos durante as obras de aterro e embelezamento realizadas pelo senhor Francisco Bento de Carvalho, que foi o segundo proprietário e tio do senhor José. Esses azulejos aproveitados de demolições da época têm qualidades, desenhos e procedências diversas: Portugal, Espanha e Bélgica.

A residência e o precioso mobiliário foram vendidos durante a execução desta dissertação de mestrado. Atualmente tombada, a construção passa por um projeto de adaptações para abrigar um museu.

Levantamento elaborado em janeiro de 2002.



Porão habitável



Revestimento externo com azulejos portugueses



Revestimento interno com azulejos portugueses



Piso e rodapé em ladrilho hidráulico belga



Piso cimentado decorado

Pavimento superior



Forro (sala de visitas) ricamente trabalhado com lustre de alabastro



Detalhe dos aeríferos do forro para ventilação



Semicúpio



Fogão à lenha com sistema original de aquecimento por meio de serpentina

Mobiliário.



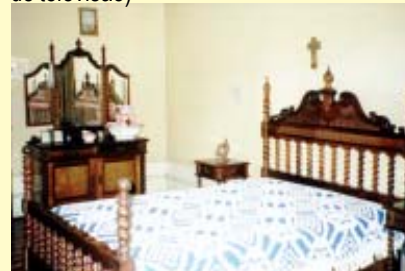
Criado-mudo da época do Império (sala de almoço e quarto contíguo à cozinha)



Cadeira **Bacalhal**
(escritório)



Móvel neoclássico do século XIX (sala de televisão)



Mobiliário de quarto trabalhado com "tremido"- réplica do século XIX elaborada no Liceu



Cômoda



Armário

Janeiro 2002



Cômoda estilo D. José (escritório)



Oratório e cômoda estilo D. Maria (vestiário)



Sala de jantar



Detalhe do lustre



Móvel em estilo Manuelino - século XVIII (Sala de visitas)



Vestíbulo com cadeiras do conjunto da sala de jantar

Companhia Santista de Habitações Econômicas

A Companhia surgiu a partir do desejo de construir um bairro operário, onde fossem considerados os preceitos técnicos desde a escolha do local até o seu detalhamento, sempre obedecendo às regras da higiene e as modernas imposições de conforto, comodidade e estética.

Essa solução interessou a Companhia Constructora de Santos, até porque dessa maneira, haveriam empreendimentos constantes, ampliando o seu mercado de atuação e equilibrando as oscilações provocadas pelos interesses e iniciativas dos particulares.

A lei nº 501 de julho de 1912 concedeu favores àqueles que investissem nesse tipo de moradia.

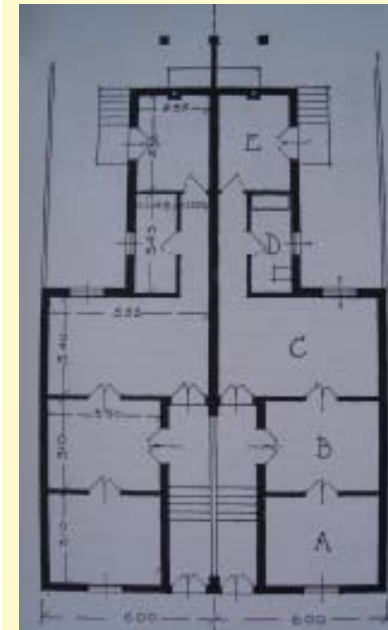
Para a construção dessas moradias foram escolhidos terrenos altos, bastante ventilados e de fácil acesso. Foi até aberta concorrência pública nos Estados Unidos entre os fornecedores de materiais, visando a obtenção de uma habitação mais econômica.

Algumas tentativas foram comprometidas em função de crises políticas e financeiras. Contudo, os conjuntos da Vila Belmiro são exemplos concretos que retratam o que era idealizado para a cidade.

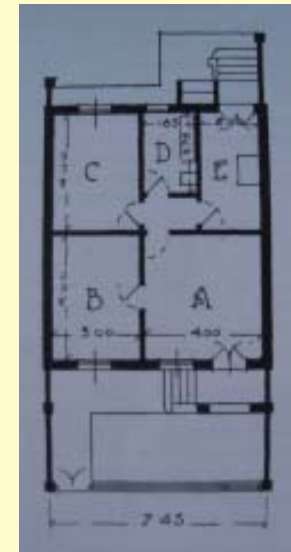


Villa da Companhia Santista de Habitações Econômicas. Rua D. Pedro I

Roberto Simonsen; s. d.



Situação corrente adotada nas casas da cidade. Lotes estreitos e construções com grandes corredores.



Planta da Companhia Santista de Habitações Econômicas em contraposição ao esquema ao lado. Lotes maiores e aberturas orientadas de acordo com a insolação.

Roberto Simonsen; s. d.



Centro de Documentação da Baixada Santista

Residência sem identificação

Companhia Constructora de Santos

A Companhia Constructora de Santos, fundada em 1912 introduziu novos processos e conceitos na arquitetura e construção da cidade. Foi uma empresa de grande influência que contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de Santos, incorporando os progressos constantes norte-americanos e europeus. Dotada dos mais modernos equipamentos, deu novo rumo às idéias de comodidade, conforto e estética, gerando um surto imobiliário na cidade.

Foi formada por pública subscrição de ações, de modo a tornar possível a participação de todos aqueles que tivessem interesse no empreendimento. Teve na coordenação o engenheiro Roberto Cochrane Simonsen - diretor superintendente e mais tarde presidente, *“primeiro intelectual brasileiro a defender o trabalho racional dentro da indústria, seguindo a escola do taylorismo e do fordismo”*. (wikipedia.org/wiki/gregori_warchavichik).

Fizeram parte do corpo técnico o arquiteto Gregori Warchavichik que chegou ao Brasil em 1923, já empregado pela Companhia e o arquiteto Rino Levi, que em 1926, substituiu o acolega russo.

A firma foi dividida em dois escritórios autônomos, que mantinham uma harmônica relação entre si: o técnico e o comercial, aos quais eram filiados os demais departamentos da Companhia.

A administração era baseada no “Scientific Management” americano. Consistia primordialmente em analisar e determinar antecipadamente o que deveria ser feito em cada trabalho. *“O emprego das machinas, maiores facilidades e dos melhores homens que sirvam para conduzir o trabalho no menor tempo, como previamente determinado;”* (SIMONSEN, s. d., p. 12).

A Companhia explorou uma variedade de negócios, todos ligados ao ramo da construção, o que garantia uma transação constante de empreendimentos. Eram trabalhos não só de arquitetura e engenharia (reformas, vilas operárias e palacetes particulares) mas de construções de grandes armazéns, serviços de galerias de drenagem e abastecimento de água, instalações de máquinas em geral, levantamentos topográficos, construção de quartéis em alguns Estados do país, entre outros serviços. Em função do desenvolvimento dos negócios, a empresa ampliou-se e teve quatro grandes escritórios em Santos, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Possuíram os maiores escritórios técnicos do país e chegaram a ter transações comerciais com mais de cem localidades brasileiras.



Roberto Simonsen; s. d.

Residência cel. F. Soares de Camargo



Roberto Simonsen; s. d.

Residência cel. F. Soares de Camargo



Roberto Simonsen; s. d.

Residência L. A. Wanderley



Roberto Simonsen; s. d.

Residência Jacob Levy. N° 216/ 218



Roberto Simonsen; s. d.

Residência Jacob Levy - vista posterior



Centro de Documentação da Baixada Santista

Residência sem identificação



Roberto Simonsen; s. d.

Residência dr. A. de Pádua Salles.



Roberto Simonsen; s. d.

Residência dr. Bias Bueno.



Centro de Documentação da Baixada Santista

Residência dr. Lins de Vasconcellos sem identificação

**Avenida
Conselheiro Nébias**

**Avenida
Conselheiro Nébias**

**Praia
do José Menino**



Revista Flamma, 11.12.1927

“Temos empregado a maxima attenção no estudo da disposição interna das casas ou, melhor, no desenho das plantas, apesar de julgar, em geral, a nossa gente não ser essa a verdadeira attribuição do architecto, para quem compete sobretudo o desenho da fachada, sendo o risco do proprietario ou do empreiteiro. Quem não é capaz de fazer riscos de casas entre nós?”

Na fachada é que está a architectura para o nosso povo em geral. Já chegamos mesmo a ter mais de um pedido de desenho de fachada, sem que quizessem os proprietarios que soubessemos da planta! “Façam a fachada que a planta eu faço!” (SIMONSEN, s. d., p. 20, 21).

As construções

Arquitetonicamente, Simonsen afirmava a predileção dos pitorescos bungalows californianos, que segundo ele, eram sobretudo casas térreas e isoladas que se adaptavam muito bem às condições climáticas santistas.

Dessa forma, a Companhia elaborou e aperfeiçoou uma tipologia que considerava o clima quente e úmido da região, utilizando materiais que resistissem ao clima marinho e a forma de morar bem.

Na sua maioria, eram sobrados racionalmente concebidos. No pavimento térreo ficavam as zonas de estar e de serviços e no superior, o repouso. O local da escada tinha grande importância no desenho e na articulação dos espaços.

Internamente, os espaços eram estudados de forma a apresentar a melhor insolação possível, proporcionando maior conforto e comodidade. Não eram desejados os longos corredores e os espaços desnecessários. Também eram evitados os quartos como áreas de circulação para outras dependências.

A reforma do Código Sanitário do Estado, levada a cabo pelo dr. Guilherme Álvaro, havia permitido que o pé-direito dos dormitórios fosse de no mínimo 3.70 m. A partir de então, a Companhia Constructora de Santos incorporou nos seus projetos essa dimensão e não mais utilizou a altura de 4.00 m para esses ambientes. O térreo tinha o pé-direito em torno de 3.00 m.

No Relatório da Companhia de 1916, há uma crítica do engenheiro Roberto Simonsen com relação ao tratamento dado às fachadas das construções isoladas. Até então elas não eram vistas com um conjunto que fazia parte da volumetria e tinham, quase sempre, a fachada principal trabalhada e ricamente decorada enquanto as outras três, não tão visíveis ao transeunte, não se tratavam de objetos dignos de estudo.

Não se tinha uma preferência por estilo, apenas privilegiava-se as grandes aberturas, valorizando a relação de cheios e vazios, e as empenas lisas e a ornamentação através da utilização de diferentes tipos de materiais.

Agenor Guerra Corrêa

Nasceu na cidade de São Paulo em 1885. Formado na Escola Politécnica como engenheiro civil em 1912. Trabalhou na Prefeitura Municipal de Santos e depois na Companhia Constructora de Santos. Faleceu em 1980.

O engenheiro fez projetos para proprietários de diferentes condições econômicas: casas para a burguesia isoladas no lote e para a classe média como os sobrados geminados, conjuntos arquitetônicos, casas térreas e algumas construídas no alinhamento frontal. Todas enquadradas no estilo do ecletismo, mas com influências variadas, inclusive com inspiração no neocolonial e também nas



1. Sem identificação. Foto: Marques Pereira



2. Residência Barros Pimentel. Avenida Marechal Deodoro, nº18. Foto: Marques Pereira



3. Villa Nazareth. N° 655. Foto: Marques Pereira



4. Residência Antônio de Freitas. Rua Tamoyo. Gonzaga. Foto: Marques Pereira



5. Sem identificação



6. Sem identificação



7. Sem identificação



8. Residência Muniz Barreto. Foto: Marques Pereira

obras de Dubugras. A diversidade dos materiais é expressa nos muros de fechamento e em algumas fachadas que evidenciam seus beirais aparentes.

Observando as imagens pode-se perceber características das edificações quanto à implantação no lote e a volumetria. Nesse universo percebe-se a presença marcante dos espaços intermediários, ora alpendres, varandas e terraços que além de serem espaços moderadores de temperatura, funcionam também como acessos principais às edificações. Dos trinta e três exemplares, os cinco primeiros, são os maiores e possuem amplo alpendre, ocupando toda a parte frontal da fachada. Algumas (n^{os} 1 e 5) possuem também entrada lateral. Com relação ao gabarito, dividem-se em porão + 2 pavimentos ou térreo + 1. Nas imagens, pode-se notar que as de n^{os} 3 e 4 possuem construção térrea ao fundo abrigando a garagem e a de n^o 5 que além dessa, possui ainda uma edícula separada, provavelmente para a moradia dos empregados. Os fechamentos são em alvenaria com revestimento de pedra e balaustrada e portão de madeira. Somente a n^o 1, em estilo art nouveau, apresenta componentes em argamassa, tendo em vista o maior detalhamento e a suntuosidade da edificação de esquina. A segunda casa apresenta certa influência neocolonial advinda do frontão presente na fachada principal. A n^o 4 tem todo o pavimento térreo revestido de tijolos e cunhal de pedra.



9. Residência P. R. Foto: Marques Pereira



10. Residência Alberto Lübers. Foto: Marques Pereira



11. Residência Antonio G. de Barros. N^o 648. Foto: Marques Pereira



12. Residência Klein. Caminho Velho ou avenida Conselheiro Nébias, n^o 117



13. N^o 132. Predial



14. Residência João Guimarães. Avenida Galeão Carvalho, n^o 40. Foto: Marques Pereira



15. N^o 33. Foto: Marques Pereira



16. N^o 181. Foto: Marques Pereira



17. N^o 168. Predial. Foto: Marques Pereira

As construções de 6 a 12 possuem acesso principal pelo pequeno alpendre frontal localizado em um dos lados. Diferenciam-se principalmente do primeiro grupo pela presença de terraços no pavimento superior. Com porão + 2 pavimentos ou térreo + 1, também apresentam fechamentos com muro de diversos materiais, dos quais se destacam a madeira, a pedra, a argamassa e o tijolo. Com relação à cobertura, nas casas 9 e 10 aparece no corpo da fachada que avança para a rua, uma platibanda, que esconde parte do telhado. Na nº 11 percebe-se uma abertura para a ventilação do madeiramento e do forro do segundo pavimento e nas residências 7 e 8 despontam as chaminés evidenciando a localização da cozinha. Algumas (nºs 7 e 12) têm arremate do telhado no oitão, sendo anteriores às de beiral reto. Como exceção ao grupo, apenas a edificação 7 possui também entrada lateral e a 11, edícula.

A moradia nº 13 diferencia-se das demais graças a sua construção no alinhamento. Com dimensões menores e porão + 2 pavimentos, apresenta entrada frontal e as paredes externas revestidas de tijolo e pedra. Na fachada frontal, a platibanda encobre parte do telhado.



18. N° 123. Macuco. Predial. Foto: Marques Pereira



19. Residência Roberto Sandall. Ponta da Praia. Foto: Marques Pereira



20. N° 70. Predial . Foto: Marques Pereira



21. Residência Freire. Avenida Marechal Deodoro, nº 67. Foto: Marques Pereira



22. Vila Ligia. Nºs 6, 5, 4, 3. Foto: Marques Pereira



23. Pensão Carvalho. N° 1006. Foto: Marques Pereira



24. Residência Barros Pimentel. Avenida Marechal Deodoro. Foto: Marques Pereira



25. Residência João Caetano Alves Jr. Nºs 56, 54. Vila Belmiro. Foto: Marques Pereira

Com características semelhantes às edificações anteriores, as de nº 14, 15 e 16 diversificam-se somente pelo espaço intermediário que às vezes aparece como alpendre (nºs 14 e 16), varanda e balcão com treliças de madeira (nº 15). A casa 17 é uma das poucas que apresenta porão habitável + 1 pavimento. Destaca-se pelo imponente alpendre lateral para o qual se abrem alguns cômodos da edificação. Também vale ressaltar o interessante jogo de telhados recortados.

Na seqüência seguem quatro casas térreas com porão. Assim como a maioria dos outros exemplares, a entrada é feita pelo alpendre frontal, cada qual com as suas particularidades. A nº 18 tem entradas separadas, as 19 e 20, possuem telhado recortado e no caso da segunda, bastante inclinado. A 21 tem a alvenaria externa revestida de pedras e tijolo.

As imagens, 22 a 33, tratam de vilas, conjuntos arquitetônicos e casas geminadas dois a dois. Quanto ao gabarito se dividem em térreo + 1 pavimento e porão + 2. Com ou sem alpendre, poucas são construídas no alinhamento frontal. Algumas possuem varanda ou terraço no andar superior. Também é comum o arremate do telhado no oitão e a presença de pedra e tijolo como revestimento das fachadas externas. Dentre esse grupo, vale enfatizar a presença de garagem em uma das construções – nº 29.



26. Residência Leonor e M. C. Rua Tolentino Filgueiras, nºs 161 e 163. Foto: Marques Pereira



27. Residência dr. Pedro Paulo de Giovanni. Nºs 240, 138. Macuco. Foto: Marques Pereira



28. Rua Pasteur, nº 116



29. Nºs 654, 652. Foto: Marques Pereira



30. Rua Vitorino Camilo, nºs 9, 11. Foto: Marques Pereira



31. Rua dr. Pádua Sales. Foto: Marques Pereira



32. Foto: Marques Pereira



33. Residência Cymbelino e Iersites de Freitas. Nºs 25, 27, próximo à Igreja do Embaré

Residência dr. João Carvalho Filho - 1909

Avenida Conselheiro Nébias, 402/ 404. Encruzilhada

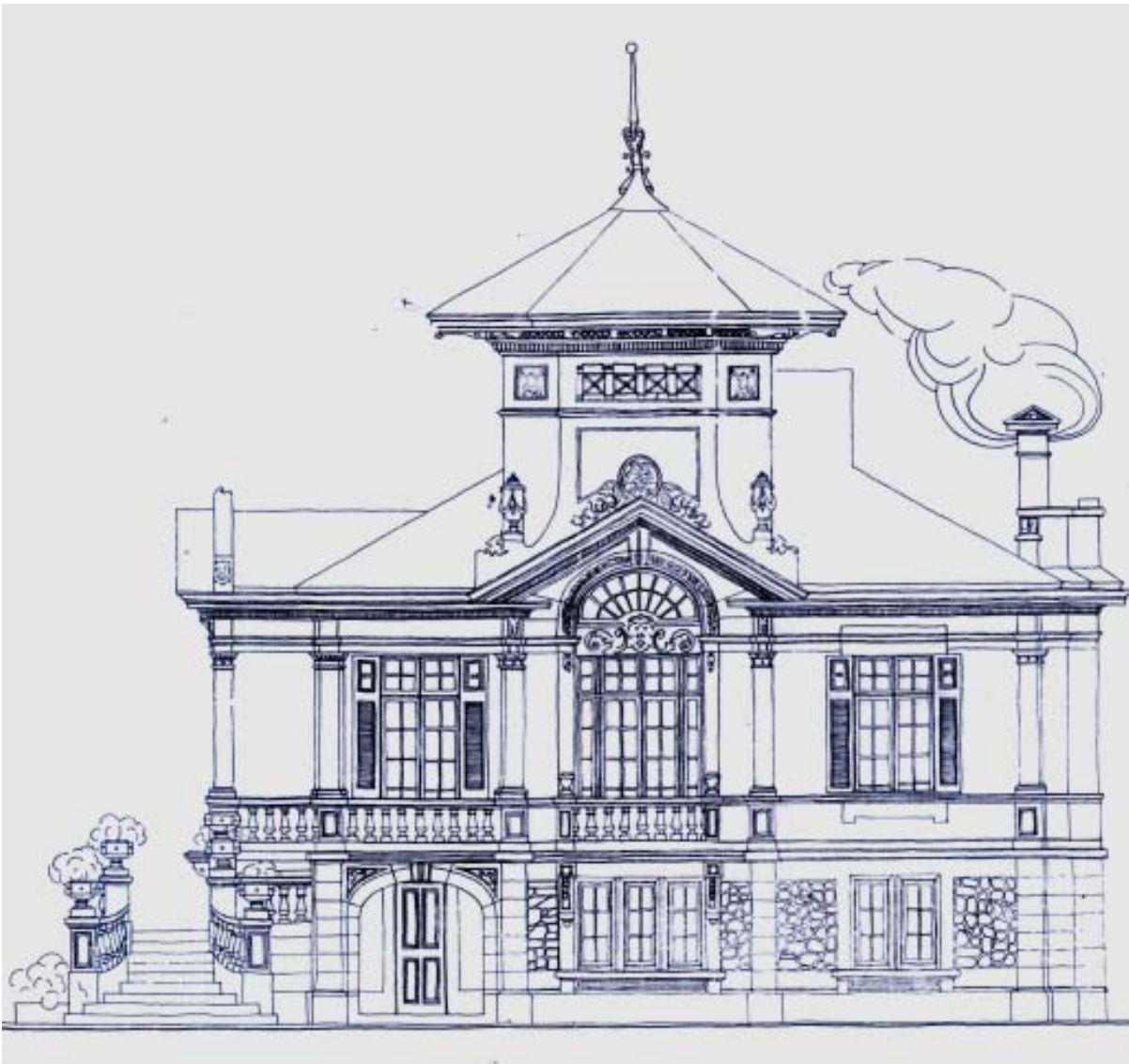
Projeto de palacete elaborado pelo engenheiro Agenor Guerra Correa e executado pela Companhia Constructora de Santos.

Segundo a sra. Maria de Lourdes Ozores, essa construção foi incendiada durante a Revolução de 30.

Um grupo de pessoas com posições contrárias às do proprietário, invadiu a moradia e aos gritos de “Nós queremos Getúlio” - referindo-se ao político Getúlio Vargas, pôs fogo na residência.

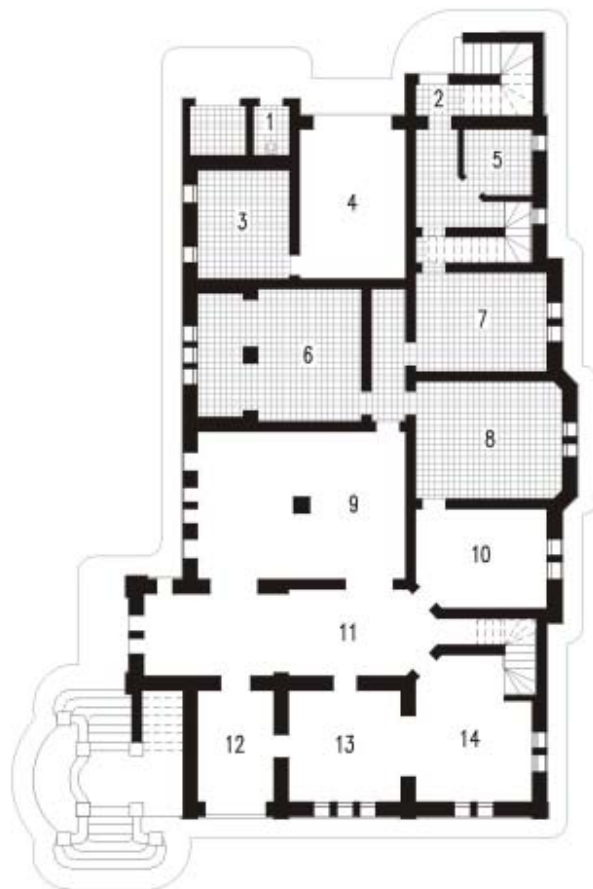
Trata-se de exemplar excepcional da arquitetura da cidade, a casa do dr. João Carvalho Filho - advogado e político, chefe do departamento jurídico da Companhia Constructora de Santos - tornando-se referência para os santistas.

O acesso principal é feito através do alpendre lateral que se abre diretamente para a área de distribuição. Nesse esquema funcional, o vestibulo comunica-se somente com os locais de estar e de repouso. O complexo e diversificado programa abrigava no porão desde áreas de serviço tais como câmara fotográfica, local para armazenamento de lenha, salas de engomar e de costura, até espaços destinados ao culto do intelecto, como a saleta de estudos, o gabinete e a biblioteca. O ambiente denominado “nursery”, espécie de sala de brinquedos para as crianças, também se localiza nesse piso. Vale ainda ressaltar a instalação da garagem na parte interna, fazendo parte da edificação e tendo comunicação com o depósito de gasolina e as ferramentas.



Há ainda duas escadas de serviço, uma interna, próxima à cozinha e à copa, facilitando a circulação dos empregados e outra externa. Com relação aos cômodos de higiene, a sala de banhos, o lavatório e a privada encontram-se separados, à moda européia.

Desenhos a partir de original do acervo do Centro de Documentação da Baixada Santista.



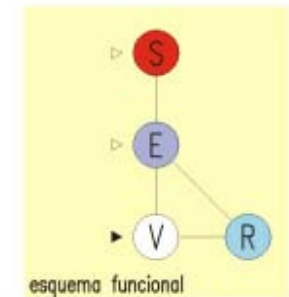
planta porão
esc. 1:250



planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA ORIGINAL

1. W. C.
2. Lenha
3. Depósito de gasolina e ferramentas
4. Garage
5. Cam. photographica
6. Despensa
7. Sala de engommar
8. Saleta de costura
9. Nursery
10. Saleta de estudo
11. Living room
12. Vestíbulo
13. Gabinete
14. Bibliotheca
15. Banho
16. Copa
17. Cozinha
18. Lavatório
19. Loggia
20. Quarto
21. Sala de jantar
22. Apendre
23. Saleta
24. Sala de visitas



Victor Dubugras

Nasceu na cidade de Sarthe, na França em 1868. Em 1890 se forma em arquitetura em Buenos Aires. Em 1891 se transfere para São Paulo, época em que trabalha com Ramos de Azevedo e em 1894 é convidado por ele para integrar o corpo docente da recém fundada Escola Politécnica de São Paulo. De 1895 a 1897 trabalha para o D.O.P. – Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Depois disso realiza uma extensa obra como profissional independente, inclusive diversos edifícios na cidade de Santos. Faleceu em 1933.

Projetos relativos à moradia em Santos:

1914 - Residência Maurílio Porto

1915 - Residência Miguel Presgrave - avenida Ana Costa

Luís Franco do Amaral - avenida Ana Costa

1916 - Residência Saturnino de Brito

Coronel Bento de Carvalho

1917 - Residência Adalberto Alves - avenida Ana Costa

Sem data - Habitações proletárias salubres e econômicas

Sem data - Residência na Ponta da Praia

A arquitetura de Dubugras produzida para Santos é caracterizada pelo neocolonial. Nessa fase, o arquiteto se preocupa menos com a ornamentação e se dedica às questões racionais do projeto, concentrando-se na exploração das técnicas construtivas com certa simplicidade. Vale ressaltar a importância da utilização das alvenarias de pedra aparente e de tijolos, deixando transparecer a técnica utilizada, numa denúncia da realidade da construção.

“De todo o conjunto, de semelhanças com a arquitetura colonial podemos identificar apenas a cobertura com telhas de capa e canal, o pequeno arco decorativo sobre o telhado, as colunas e arcos no terraço, no andar térreo e os azulejos no peitoril deste. No mais, temos apenas um uso inteligente das técnicas construtivas, consideradas mais adequadas para o clima úmido da cidade de Santos,...” (REIS FILHO, 1997, p. 77)

Dentre as edificações analisadas, observou-se que os acessos principais se davam através do vestíbulo, o qual articulava as zonas de estar, de serviço e de repouso, no chamado “morar à francesa”, excetuando-se a residência Maurílio Porto. Como partido arquitetônico foi recorrente o uso dos alpendres, varandas e terraços, que além de funcionarem como moderadores de temperatura, eram espaços que faziam a intermediação entre o público e o privado, onde se punha em contato a família e os visitantes. Possibilitavam também quando no pavimento superior, a possibilidade de uma vista privilegiada, da praia ou das avenidas onde estavam implantados.

Por ser a sala de jantar o espaço privilegiado da moradia, local da reunião dos familiares, nas obras de Dubugras ela é bastante valorizada. Fica clara a intenção do arquiteto em desvendar a partir da volumetria a localização desse ambiente. Isso é feito através de corpos que se projetam para o exterior com particularidades relacionadas aos materiais empregados ou à ornamentação. Foge à regra apenas a casa de Presgrave.

Com relação às áreas íntimas do pavimento superior, o cômodo denominado toilette aparece preferencialmente como um vestiário. As áreas de asseio são dispostas em um mesmo ambiente, caracterizando-se por banheiro completo, tipo americano. Nas moradias de Luís Franco do Amaral e de Miguel Presgrave, aparece o quarto de hóspedes, comum em casas do início do século, quando a hotelaria ainda não havia tido grande desenvolvimento.

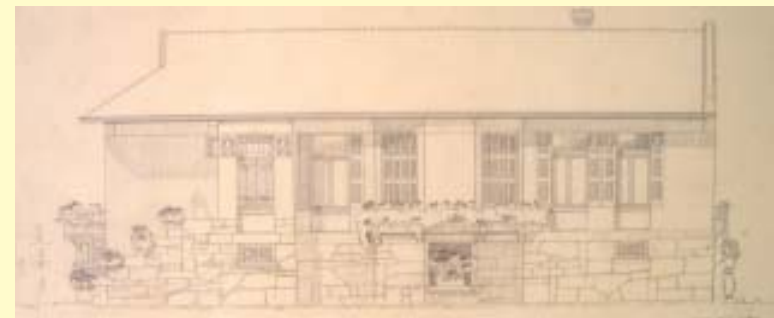
Apesar da obra de Dubugras em Santos não ter sido muito extensa, se comparada à de Agenor Guerra Correa e da Companhia Constructora, ele foi um artista tão original e inovador que teve influência significativa, tornando-se referência para outros arquitetos, seus contemporâneos. Em Santos, não deve ter sido diferente.

Residência Maurílio Porto - 1914.

A casa de porão habitável + 1 pavimento tem esquema funcional diferenciado das demais edificações em análise. Nesse caso, o vestíbulo liga apenas as áreas de estar e de repouso. O acesso aos serviços é feito somente pela sala de jantar, dormitório ou escada localizada próxima à cozinha. Apresenta pequeno alpendre lateral, para o qual se abrem as salas de jantar e de visitas, e no pavimento superior, banheiro completo e toilette.



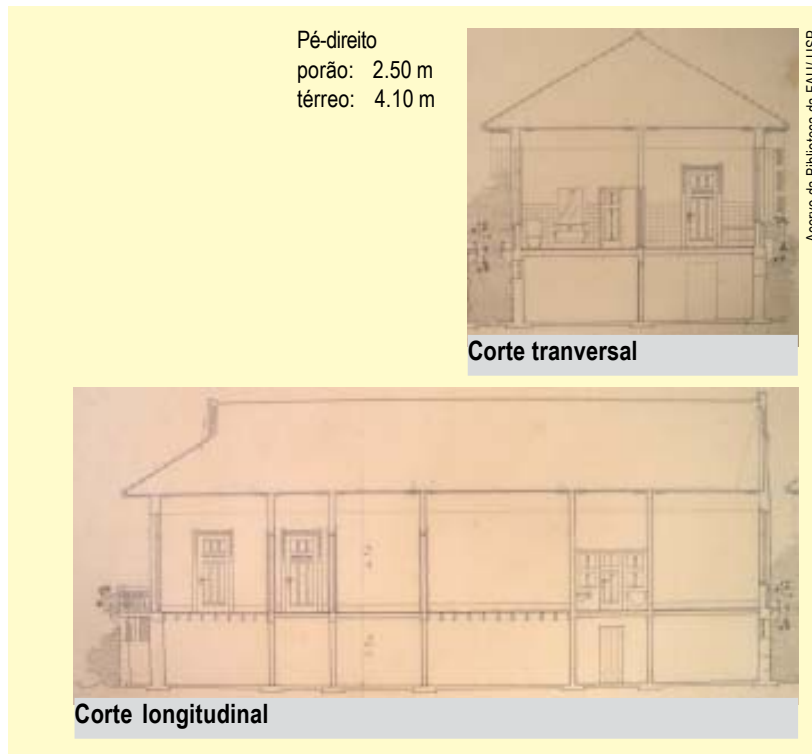
Acesso da Biblioteca da FAU/ USP



Fachadas principal e posterior

Fachadas laterais direita e esquerda

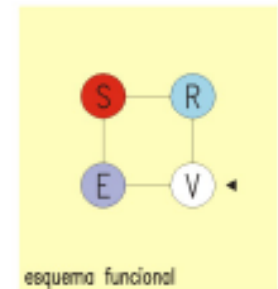
Desenhos a partir de original do acervo da Biblioteca da FAU/ USP.



planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA ORIGINAL

1. W. C.
2. Despensa
3. Criada
4. Quarto
5. Cozinha
6. Banheiro
7. Copa
8. Sala de jantar
9. Toilette (vestiário)
10. Vestíbulo
11. Alpendre
12. Sala de visitas



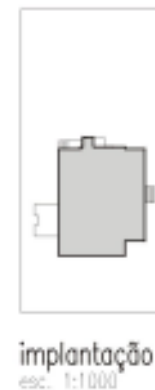
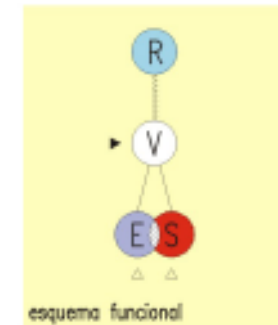
Residência Miguel Presgrave - 1915. Avenida Ana Costa. Desenhos a partir de original do acervo da Biblioteca da FAU/ USP.

Com porão + 2 pavimentos, a construção tem esquema funcional baseado no “morar à francesa”. Os acessos se dão pelas laterais, através do vestíbulo ou da entrada íntima com alpendre lateral ou pela parte de serviços, na área posterior. Nessa edificação nota-se uma pequena cobertura independente que protege o acesso à residência, solução muito utilizada pelo arquiteto em diversas obras. No pavimento superior, estão os quartos, um dos quais se abre para alpendre lateral. Nesse exemplar encontra-se o toilette como vestiário, o quarto de hóspedes e o banheiro completo, à americana.



PROGRAMA ORIGINAL

1. W. C.
2. Cozinha
3. Criada
4. Coeluras
5. Copa
6. Sala de jantar
7. Alpendre
8. Vestíbulo
9. Escritório
10. Sala de visitas
11. Banho
12. Quarto
13. Quarto de hóspedes
14. Toilette (vestiário)



Residência Luís Franco do Amaral - 1915. Avenida Ana Costa. Desenhos a partir de original do acervo da Biblioteca da FAU/ USP.

Caracterizada pelo “morar à francesa”, a entrada é feita pelo grande e valorizado vestibulo de volume diferenciado e estrutura aparente, ou pelo acesso de serviço, ao fundo. A sala de jantar também é dotada de espaço que se destaca na edificação, abrindo-se para uma varanda semi-circular. No pavimento superior há outra varanda, possuindo ligação direta apenas com o quarto do casal. Esse exemplar com gabarito de porão + 2 pavimentos, possui programa particular: a sala da senhora é íntima com ligação apenas à circulação comum. Provavelmente, a dona da casa tinha alguma profissão ou ocupação, relacionada como por exemplo à pintura ou ao bordado, comuns na época. Assim como nas outras residências, estão presentes, o quarto de hóspedes, o toilette e dois banheiros à americana, trazendo como novidade, o acesso privativo de um deles.

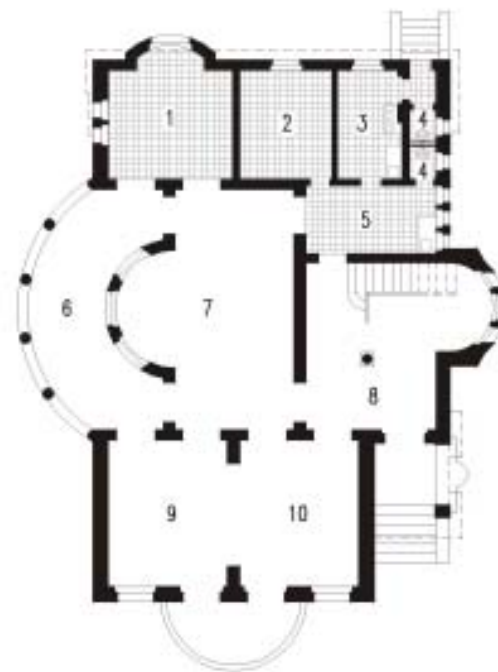


Fachada principal

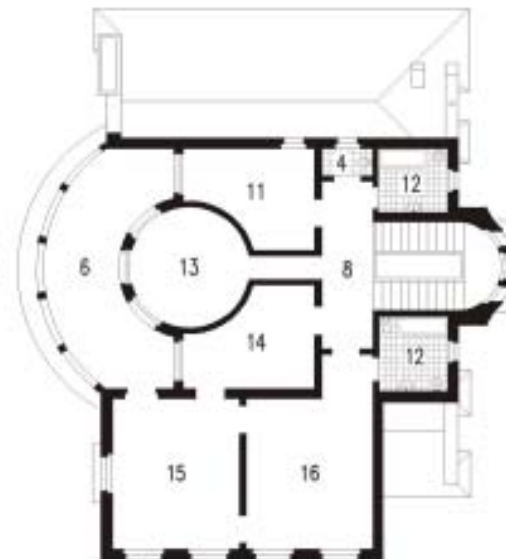


Fachada lateral mostrando o volume da sala de jantar

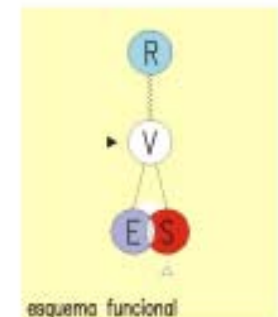
Acervo da Biblioteca da FAU/ USP



planta pav. térreo
esc. 1:250



planta pav. superior
esc. 1:250



esquema funcional

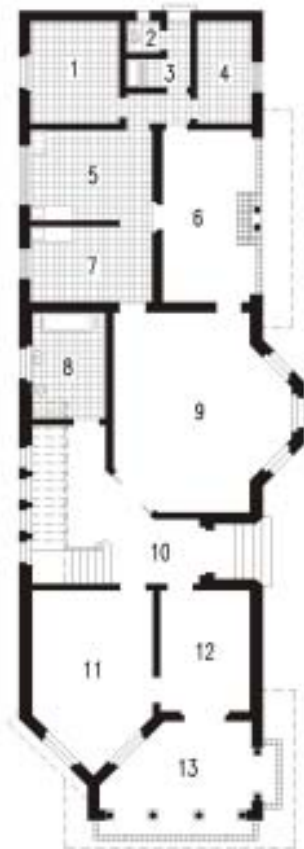
PROGRAMA ORIGINAL

- | | |
|---------------------|------------------|
| 1. Costura | 12. Banho |
| 2. Criada | 13. Sala senhora |
| 3. Cozinha | 14. Babys |
| 4. W. C. | 15. Quarto |
| 5. Copa | 16. Toilette |
| 6. Varanda | |
| 7. Sala de jantar | |
| 8. Vestibulo | |
| 9. Sala de música | |
| 10. Sala de visitas | |
| 11. Hóspedes | |

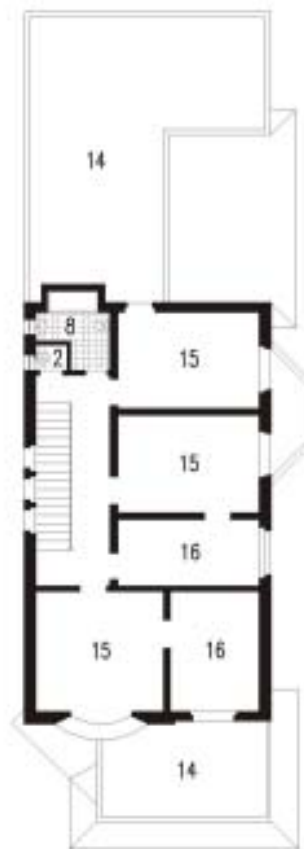
Residência Saturnino de Brito - 1916. Praia do José Menino. Desenhos a partir de original do acervo da Biblioteca da FAU/ USP.

A edificação de porão + 2 pavimentos e esquema funcional do “morar à francesa”, possui interessante relação com o entorno. Relação esta, que se dá em função dos quatro generosos alpendres e varandas, que possibilitam além de uma temperatura mais agradável, a visualização da Praia do José Menino.

O acesso é feito pelo vestíbulo localizado na fachada lateral, com entrada resguardada por pequeno telheiro e ornamentada com arco de pedra; ou pela entrada de serviço, na parte posterior da edificação. No pavimento superior existem três toilettes, sendo dois referentes à vestiário, um com ligação privativa, e o outro à banho. A residência de Brito retrata programa particular, tendo em vista a presença, pouco usual, de dois banheiros completos, estando o maior localizado no térreo.



planta pav. térreo
esc. 1:250

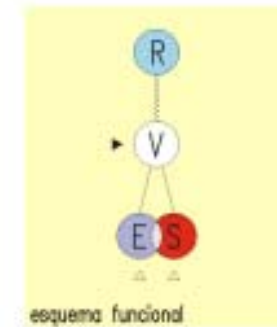


planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA ORIGINAL

1. Criada
2. W. C.
3. Lava roupa e chuveiro
4. Despensa
5. Cozinha
6. Alpendre
7. Copa
8. Toilete (banho)
9. Sala de jantar
10. Vestíbulo
11. Sala de visitas
12. Escriptório
13. Alpendre
14. Terraço
15. Quarto
16. Toilete (vestiário)

Construída em alvenaria de pedra, a edificação é arrematada, junto à cobertura, por uma cinta decorativa, que provavelmente tem a função de reforçar a estrutura. Com relação aos materiais empregados, na varanda frontal que exhibe colunas delgadas, os parapeitos do térreo são revestidos por azulejos, característica a ser adotada em várias outras propostas. A moradia apresenta ainda, alguns dos estilemas pertinentes à obra de Dubugras, tais como a utilização de elementos vazados em forma de meias-luas, dispostas em escama de peixe e os telhados com os “cachorros” de madeira aparentes.



Perspectiva em aquarela

A black and white satellite image of Santos, Brazil. The image shows a dense urban grid with a prominent river flowing through the center. The coastline is visible on the left side, and there are several large industrial or commercial buildings along the riverbank. The text "4 O patrimônio remanescente" is overlaid in the upper right quadrant.

4 O patrimônio remanescente

4 O patrimônio remanescente

Este capítulo trata da análise do patrimônio remanescente nas avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias. Pretende entender a transformação da cidade, documentando os bens culturais e preservando dessa forma, a identidade e a memória. O estudo também auxilia na percepção do espaço e na observação das características arquitetônicas das moradias burguesas. Para isso, é feita uma seleção, classificação e documentação do acervo.

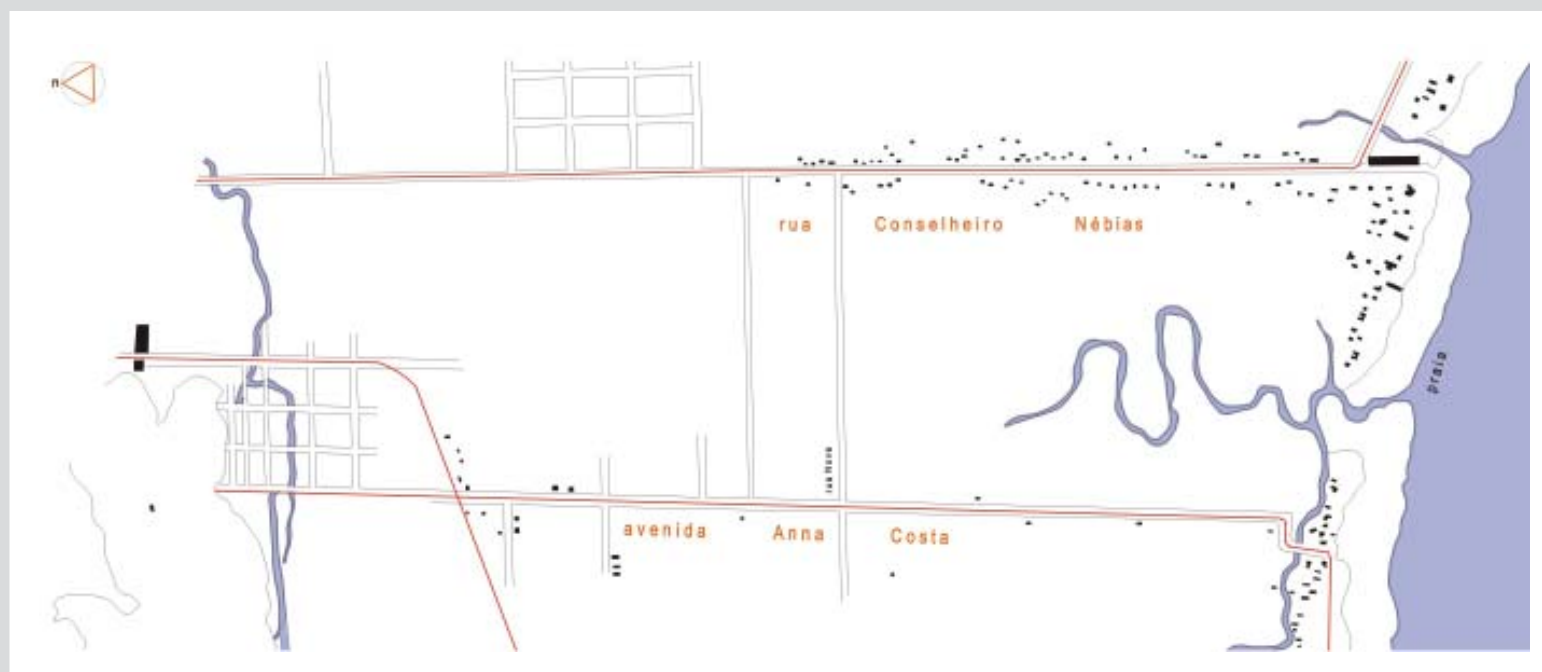
As estratégias desse procedimento são vinculadas à situação histórica. Assim, tendo em vista a importância arquitetônica e ambiental das avenidas, propôs-se primeiramente uma constatação mais ampla, uma varredura para identificação das edificações. Para a elaboração desse documento, dividiu-se o procedimento em duas etapas, diferidas por níveis de aprofundamento. A primeira, mais abrangente e quantitativa caracterizou-se pelo reconhecimento do local e pela caracterização das construções remanescentes do início do século XX até 1930, que em sua origem tivessem sido moradia, sendo localizadas e identificadas tipologicamente. Também foi critério de seleção a situação de implantação, sendo todas isoladas no lote e o número de pavimentos, excluídas as térreas, em número menos significativo e com programa arquitetônico reduzido.

Assim, foram encontradas 47 edificações, com diversificadas tipologias e ornamentação. A maioria em estilo eclético, mas com influências variadas desde clássicas e renascentistas até românticas e bucólicas e algumas neocoloniais. Essas construções foram analisadas externamente quanto a implantação, volumetria e características marcantes. Também foram especificados dados físicos atuais referente às dimensões, áreas e gabarito, além de época da construção.

Dessas 47 edificações, 29 foram consideradas representativas em função das dimensões, imponência e características pertinentes. Teve-se a intenção de analisar 100% dessas construções, no entanto, o acesso somente foi permitido a 18 imóveis, por volta de 40%. Desse campo foram analisados principalmente o programa antigo com o esquema funcional, as técnicas construtivas e os vários tipos de materiais empregados. O mobiliário também foi documentado por revelar uma intrínseca relação com a ambiência dos cômodos. Para isso, foram pesquisadas as plantas de construção das residências e redesenhadas na mesma escala para melhor compreensão e comparação entre si. Em alguns casos, devido à falta dessas informações, foram feitos levantamentos métricos.

detalhe da
planta cadastral
da cidade de Santos - 1895

esc. 1:20000



A avenida Ana Costa encontra-se praticamente desabitada. Existem apenas algumas poucas edificações distribuídas ao longo de sua extensão. Ao contrário, a Conselheiro Nébias, já está bastante ocupada. Nota-se que há uma implantação uniforme na avenida concentrando-se a partir do Macuco (vila proletária) até a praia. As edificações estão distantes umas das outras, o que sugere a grande dimensão dos lotes.

1944



detalhe da planta cadastral da cidade de Santos - 1944 - levantada pelo Instituto Geodesico Brasileiro Ltda

esc. 1:20000

A planta de 1944 mostra as avenidas densamente ocupadas. Apesar de já ter havido nessa época muitas modificações em relação ao período estudado, ainda se percebe a presença marcante dos palacetes, que hoje em dia, em sua grande maioria, não existem mais. Fica clara a forma de implantação no lote - os recuos, a presença ou não de anexos, a dimensão das construções e a divisão fundiária.

Algumas das construções demolidas

avenida Conselheiro Nébias, nº 270 (ano da construção: 1916)



planta pav. térreo
esc. 1:250

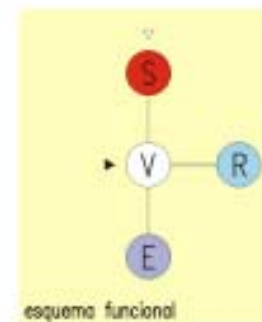
planta pav. superior
esc. 1:250



PROGRAMA ORIGINAL

1. Quarto de engomar
2. Cozinha
3. Despensa
4. Copa
5. W. C.
6. Vestíbulo
7. Sala de jantar
8. Quarto de costura
9. Escriptorio
10. Fumoir
11. Sala de visitas
12. Alpendre
13. Quarto
14. Rouparia
15. Terraço
16. Toucador

avenida Ana Costa, nº 486 (ano da construção: 1915)

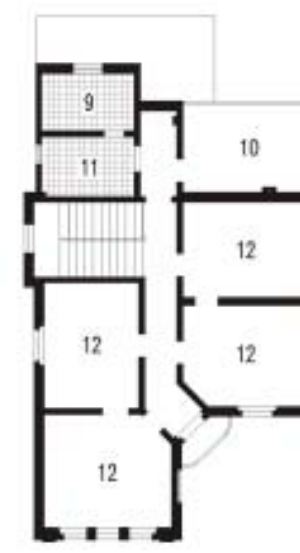


PROGRAMA ORIGINAL

1. Creada
2. W. C.
3. Copa
4. Cozinha
5. Sala de jantar
6. Escriptorio
7. Vestíbulo
8. Sala de visitas
9. Banho/ W. C.
10. Terraço
11. Rouparia
12. Quarto

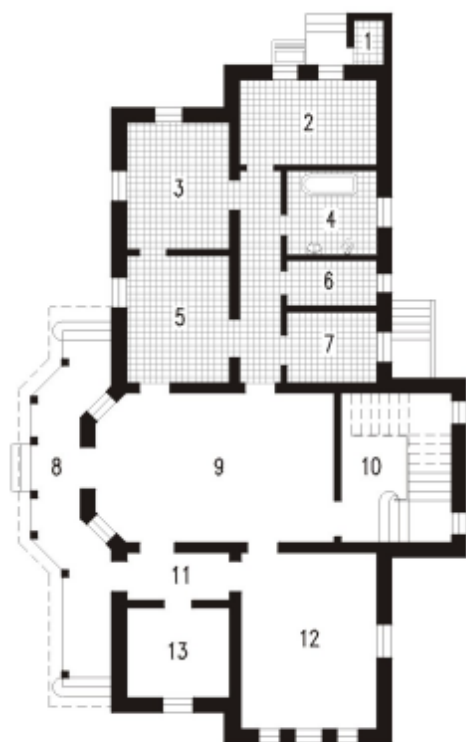


planta pav. térreo
esc. 1:250

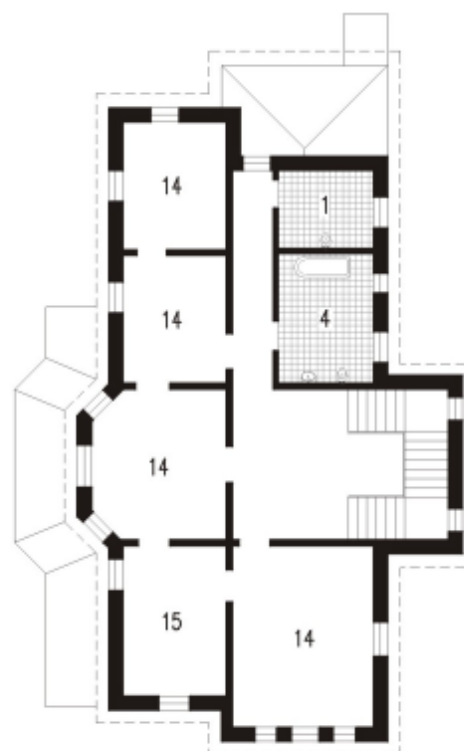


planta pav. superior
esc. 1:250

avenida Ana Costa, n° 389 (ano da construção: década de 20)



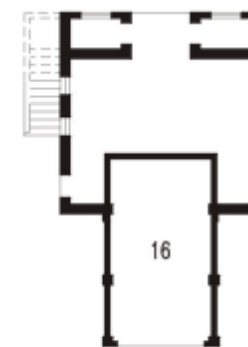
planta pav. térreo
esc. 1:250



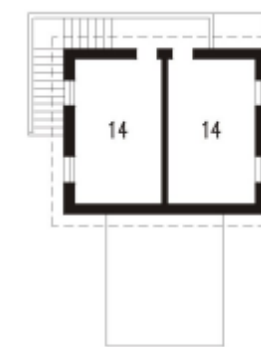
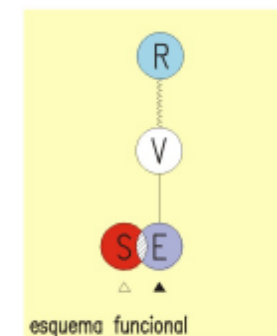
planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA EM 1942

1. W. C.
2. Cozinha
3. Engomar
4. Banho
5. Quarto de costura
6. Despensa
7. Despejo
8. Alpendre
9. Sala de jantar
10. Vestíbulo
11. Entrada
12. Sala de visitas
13. Gabinete
14. Quarto
15. Toucador
16. Garagem



planta pav. térreo
esc. 1:250



planta pav. superior
esc. 1:250

Localização e identificação dos remanescentes



planta cadastral da cidade de Santos - 1944
levantada pelo Instituto Geodesico Brasileiro Ltda

avenida Conselheiro Nébias



AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS



2003

Imagens atuais olhando a avenida em direção ao centro da cidade



2003

Imagens atuais olhando a avenida em direção à praia do Boqueirão



Relação de casarões remanescentes com a avenida e com a verticalização dos lotes vizinhos



Trecho da avenida próximo ao centro apresentando um outro tipo de ocupação com lotes e construções menores

IMÓVEIS REMANESCENTES



2006

n° 424

Ano da construção: Início do século XX
 Área do terreno: 316.24m² Testada: 6.00m Área construída: 272.80m²
 Gabarito: Térreo + 2 pavimentos

É uma construção diferenciada talvez por ser mais antiga. Apesar da intervenção que descaracterizou o pavimento térreo, os arcos plenos sugerem portas que provavelmente seriam de algum comércio ou serviço. A entrada para a moradia, nos andares superiores é feita por escada lateral.

Na planta cadastral de 1944, não aparece nenhum anexo e a edificação ainda consta de entrada pela parte posterior.



2006

n° 788

Ano da construção: 1905
 Área do terreno: 1105.00m² Testada: 20.10m Área construída: 587.80m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

O imóvel apresenta características de chalé, com grandes beirais e cachorros de madeira, pilares em ferro e uma aparência bucólica. Mesmo com as reformas realizadas, a tipologia original foi mantida. O acesso se dá frontalmente pela grande escadaria até o alpendre. De acordo com a documentação de 1944, além de não haver nenhuma construção anexa, existia um acesso de serviços nos fundos e a entrada pela fachada principal se dava através de uma escada localizada junto à alvenaria externa, perpendicular à atual.



2006

n° 399

Ano da construção: Anterior a 1909
 Área do terreno: 1042.80m² Testada: 17.59m Área construída: 460.58m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

As edificações 399 e 397, atualmente pertencentes ao mesmo proprietário, ficaram sem a definição dos lotes em função da retirada dos fechamentos.

Na planta de 1944, a edificação apresenta três acessos, o principal, localizado na fachada frontal, o de serviços, ao fundo e um outro secundário, ao lado. Esse acesso principal chega à um grande alpendre, do qual não se tem documentação suficiente. Aparecem ainda três edículas, duas das quais possuem dois pavimentos, provavelmente para a proteção do automóvel e a acomodação dos empregados.

imóvel apresentado em detalhe - página 144



n° 771

Ano da construção: 1909
 Área do terreno: 8138.42m² Testada: 125.16m Área construída: 7286.64m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Por ter se transformado em um colégio na década de 40, o palacete Carrarese sofreu consideráveis intervenções. A marcante escadaria frontal, de forma sinuosa, foi demolida e construída a arcada que marca a fachada principal.

Tipologicamente apresenta interessante torre que nas plantas mais antigas encontradas, dava acesso aos cômodos internos de todos os pavimentos. Além disso funcionava com um mirante de onde se vislumbra uma bela paisagem da avenida, como se pode observar na documentação ao longo deste trabalho.

Na planta cadastral de 1944 foram assinalados o volume original e a cocheira.

imóvel apresentado em detalhe - página 148



n° 310

Ano da construção: Década de 1910
 Área do terreno: 1227.96m² Testada: 17.48m Área construída: 1419.60m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

É caracterizado pelo tom romântico e bucólico dos chalés alpinos realçado pelos grandes beirais com cachorros de madeira e pelos lambrequins de madeira. Apresenta entrada frontal com escada sinuosa que dá acesso ao extenso alpendre que também ladeia a construção. Os elementos decorativos caracterizam-se principalmente pelos balaústres de seção circular, típicos da década de 10 e pelo revestimento externo em pedra no porão. Possui ainda acesso de serviço e edícula, ao fundo.

imóvel apresentado em detalhe - página 154



n° 703

Ano da construção: Década de 1910
 Área do terreno: 963.15m² Testada: 16.48m Área construída: 458.08m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Tem como característica formal o aspecto pitoresco. Apresenta arremate do telhado no oitão, característica anterior às construções com beiral reto. Ainda com relação à cobertura, aparecem cachorros de madeira com desenho diferenciado. Possui três acessos: o principal até o alpendre, o de serviços através de escada circular, na fachada lateral e outro que leva até a sala de jantar.

imóvel apresentado em detalhe - página 158



2003

n° 184

Ano da construção: Década de 1910

Testada: 26.08m

Gabarito: Porão + 2 pavimentos e 3° pavimento com 1 ambiente

É uma das edificações que mais se destaca na avenida. A torre assimétrica na fachada frontal com sua decoração delicada, não muito rebuscada, garante a grandiosidade do imóvel.

Atualmente existem três acessos: dois frontais sendo um deles através de alpendre e um de serviços. Curiosamente na planta de 1944, na fachada posterior, existem duas entradas. Na documentação também aparece um grande alpendre. Não se sabe ao certo dadas as informações obtidas, a volumetria antiga. Apresenta edícula ao fundo.



2006

n° 397

Ano da construção: Anterior a 1914

Área do terreno: 1917.24m² Testada: 32.35m Área construída: 846.80m²

Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Tipologicamente apresenta interessante e extenso alpendre lateral, sendo o único acesso ao pavimento superior. A cobertura possui beiral e em pequena parte da fachada principal, o telhado é escondido por frontão ornamentado com pinhas em argamassa. No fundo do lote existem duas edículas térreas.



2006

n° 679

Ano da construção: 1910/ 1920

Área do terreno: 370.00m² Testada: 10.30m Área construída: 249.86m²

Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Apesar de não haver uma correspondência absoluta da casa atual com o desenho de 1944, tudo faz crer que ela seja de 10/20. Possui arremate do telhado no oitão, característica das primeiras décadas do século XX. O acesso se dá pelo pequeno alpendre frontal. Possuía um telheiro próximo à construção, na parte posterior do terreno.



2006

n° 766

Ano da construção: 1910/ 1920
 Área do terreno: 1101.15m² Testada: 12.10m Área construída: 667.64m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Trata-se de uma edificação menor, ainda assim isolada no lote e com extenso alpendre lateral, que também é utilizado como acesso principal do imóvel. Apresenta ainda entrada na parte posterior. O telhado tem arremate no oitão.

Na planta cadastral de 1944, a construção não apresentava edícula e possuía telheiro, provavelmente para a lavagem de roupas.



2006

n° 772

Ano da construção: 1910/ 1920
 Área do terreno: 1020.00m² Testada: 17.00m Área construída: 2206.51m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

A entrada era feita por dois alpendres que supostamente dariam acesso à sala de jantar da construção. Havia ainda uma escada de serviços. Na cobertura aparecem outros planos de telhado. O beiral, em pequena parte da fachada frontal é coberto por frontão, com desenho sinuoso, de um corpo que avança. Esse elemento construtivo com características barrocas parece indicar um estilo neocolonial híbrido.

Na documentação de 1944 existia uma edícula e vários telheiros.



2003

n° 361

Ano da construção: 1920
 Área do terreno: 1300.00m² Testada: 25.00m Área construída: 295.00m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

O imóvel apresenta influência remota do neocolonial evidenciado pelo frontão. O acesso é feito através do alpendre frontal ou da entrada de serviços. A ornamentação da edificação fica por conta dos panos de revestimento que alternam o tijolo, a argamassa e a pedra.

A edícula possui garagem para o automóvel e dormitório dos empregados no pavimento superior.

imóvel apresentado em detalhe - página 162



n° 778

Ano da construção: Década de 1910/ 1920
 Área do terreno: 932.95m² Testada: 66.85m Área construída: 810.88m²
 Gabarito original: Porão + 2 pav. Gabarito atual: Térreo + 1 pav.

Construção demolida durante esta dissertação. Imóvel de esquina que apresentava acessos principais através de extenso alpendre que também ladeava a edificação, valorizando a situação de implantação. Esse alpendre se abria para um corpo que se projetava para a rua, provavelmente a sala de jantar, espaço valorizado da casa e evidenciado volumetricamente. No desenho de 1944 aparecem ainda outra entrada na parte posterior do imóvel, uma edícula e alguns telheiros.



Escadaria principal



Piso da provável sala de jantar



Piso do hall principal



Forro da provável sala de jantar



Forro da cozinha

imóvel apresentado em detalhe - página 172



2006

n° 450

Ano da construção: 1920
 Área do terreno: 407.65m² Testada: 15.00m Área construída: 327.38m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Imóvel implantado em esquina com entrada por alpendre frontal. Existia ainda um acesso de serviços ao lado do W.C., dando diretamente para a cozinha. Apresenta poucos elementos decorativos que talvez em decorrência das reformas realizadas tenham sido eliminados. Havia grande telheiro ao fundo.



2003

n° 680

Ano da construção: 1920
 Testada: 29.37m
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Trata-se de um dos exemplares mais significativos da avenida. Com uma torre localizada na fachada principal, se destaca pela imponência e pelo equilíbrio, associados à relação entre os volumes. O acesso é feito pelo grande alpendre lateral. Os elementos decorativos são em argamassa pintada. O telhado, bastante recortado apresenta beiral que na torre, é ornamentado com cachorros de madeira. Na cobertura ainda existe uma área para ventilação do forro possibilitada por um ripamento de madeira. A fachada principal, marcada também pela mudança de materiais (argamassa e tijolo), apresenta uma pequena varanda.



2006

n° 520

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 675.00m² Testada: 12.50m Área construída: 358.90m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

É uma construção menor, se comparada às demais. Contudo apresenta características semelhantes, tais como o arremate do telhado no oitão, o acesso principal através de alpendre frontal e a entrada de serviço. Apresenta ainda pedras irregulares soltas características da segunda metade da década de 20. Na planta de 1944 existiam uma edícula e dois telheiros, ao fundo do lote.

imóvel apresentado em detalhe - página 178



n° 462

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 3138.85m² Testada: 20.70m Área construída: 274.10m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Essa imagem é de 2006. De lá para cá, a casa em estilo neocolonial simplificado sofreu reformas e foi parcialmente descaracterizada. Externamente, a balaustrada foi retirada, os vão foram fechados e o revestimento de azulejos, provavelmente original, foi eliminado. Internamente, alvenarias foram demolidas e cômodos foram subdivididos. Contudo ainda permanece a tipologia original de beiral com entrada principal pelo alpendre e dois terraços no pavimento superior, um na fachada frontal, de onde se observa a avenida e o outro na parte posterior. Em 1944 existiam apenas um telheiro ao fundo dando acesso para a rua de trás, Luís de Camões e uma entrada de serviços.

imóvel apresentado em detalhe - página 182



n° 584

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 820.00m² Testada: 66.40m Área construída: 718.02m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Juntamente com a construção vizinha, n° 586, forma um belo conjunto de construções preservadas. Implantado em lote de esquina, tipologicamente, apresenta beiral e entrada pelo alpendre lateral, da onde se visualiza as ruas de acesso. Possui ainda entrada de serviços, ao fundo. A organização da caixilharia em conjunto tríptico, as pedras soltas como revestimento do porão são característicos da década de 20. Na planta cadastral de 1944, o imóvel não consta de nenhum anexo e sim de somente um telheiro encostado à volumetria principal, na parte posterior da construção.

imóvel apresentado em detalhe - página 188



n° 586

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 667.85m² Testada: 13.56m Área construída: 219.55m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

A edificação caracteriza-se pela ornamentação renascentista: elementos de composição arquitetônica, bossagem de argamassa e colunata. Atualmente, os acesso são efetuados pela frente através de alpendre, lateralmente e na parte posterior com a escada, junto aos telheiros de serviços. Apresenta ainda mais dois alpendres no pavimento superior. Segundo a sra. Edna de Souza, atual proprietária e moradora desde 1950, o primeiro dono do imóvel foi o sr. José Morel, que em 1944 reformou a construção, modificando a tipologia original. A entrada principal seria pela entrada lateral. Nessa intervenção, o sr. Morel teria executado o fechamento do alpendre e a construção do acesso até ele. Nos fundos, a edícula abriga o automóvel.



n° 621

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 615.00m² Testada: 10.25m Área construída: 366.92m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

n° 623

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 1212.16m² Testada: 8.32m Área construída: 433.08m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

n° 652

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 1225.00m² Testada: 22.20m Área construída: 688.71m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Os imóveis 621 e 623, tiveram seus muros de fechamento retirados, dificultando o entendimento da relação da edificação com o lote em que estão inseridas. Apresenta características semelhantes aos outros exemplares. A janela em composição tríptica é um estilema que reforça o período da construção. A entrada se dá frontalmente através de um pequeno alpendre lateral ou pela escada de serviço, ao fundo, juntamente com um telheiro que ocupa toda a largura do imóvel. Na fachada principal ainda se percebe pedras como o revestimento do porão e um grande beiral com cachorros de madeira. Com pouca ornamentação, os elementos decorativos ficam por conta, principalmente, dos capitéis das colunas e da balaustrada.

Localizado em lote menor, tipologicamente possui acesso principal por alpendre ao lado do imóvel. Possui ainda entrada de serviços, ao fundo, próximo à um telheiro encostado na edificação. Praticamente sem elementos decorativos, o destaque é dado pelo frontão, em arco abatido, que remete ao neocolonial. É uma das poucas edificações que tem o telhado coberto por platibanda.

É um dos imóveis que mais se destaca dentre os estudados. A implantação com um grande alpendre que ladeia a construção, relaciona-se de forma interessante com a avenida. Possui também acesso de serviços ao fundo. Na planta cadastral de 1944, existiam alguns telheiros e uma edícula. Atualmente, a atenção é voltada para a balaustrada e colunas do extenso alpendre e para o revestimento de pedra do porão, já que a grande janela, o frontão com volutas, o óculo quadrilobado e os azulejos em alto-relevo da fachada frontal foram retirados. A telha com acabamento arrebicado em forma de pomba, as telhas de faiança pintadas de azul e branco e as pinhas em argamassa são estilemas do neocolonial luso-brasileiro que também foram eliminados. Segundo o sr. Ivan Vianna, filho do sr. Ylzo Vianna que comprou a casa em 1975, o imóvel pertenceu à família Bernils e havia sido construído em 1921.



CONDEPASA: década de 1990



2006

A construção teria sofrido duas grandes reformas: a primeira em 75 quando foi transformada em consultório médico e a segunda, por volta de 85 quando virou laboratório. Nessas intervenções, foram utilizados materiais de demolição e que segundo relatório do CONDEPASA haviam pertencido à residência do sr. Passarelli e ao Parque Balneário (louças sanitárias e metais), ambos na avenida Ana Costa. Fotografias mostram a construção antes dessa intervenção. Vale notar também o muro antigo existente.



CONDEPASA

n° 508

Ano da construção: 1921
 Área do terreno: 496.00m² Testada: 10m Área construída: 388.80m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Mesmo se tratando de uma edificação menor, o imóvel apresenta características semelhantes às demais. A entrada se dá através de pequeno alpendre lateral. Ao fundo, há um acesso de serviços. É uma construção mais simples e que tem como diferenciação apenas pelo modesto frontão, colunas do alpendre e pelas pedras soltas no revetimento da fachada principal, características da década de 20. Tipologicamente, tem alguns espaços de serviço no porão sendo que as funções de moradia propriamente dita acontecem no pavimento superior. Com dois quartos, o estar se separa do serviço por circulação lateral interna. Não existe um ambiente distribuidor dos cômodos.



PROGRAMA EM 1921
 1. W. C.
 2. Escriptório
 3. Cozinha
 4. Banho/ W. C.

5. Copa
 6. Quarto
 7. Sala de jantar
 8. Sala de visitas
 9. Alpendre

imóvel apresentado em detalhe - página 190



2003

n° 686

Ano da construção: Década de 1920
 Testada: 19.44m
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Pertencente ao mesmo terreno da edificação n° 680, o imóvel com características de chalé apresenta extenso alpendre que direciona o acesso principal. Existe uma entrada de serviços e há ainda ao fundo uma edícula e um telheiro. Os elementos decorativos mais significativos são a balaustrada do alpendre e os beirais com seus cachorros de madeira.

Na planta cadastral de 1944, a parte posterior do lote, de frente para a rua Armando Sales de Oliveira já tinha sido loteada.

imóvel apresentado em detalhe - página 194



2006

n° 443

Ano da construção: 1922
 Área do terreno: 530.86m² Testada: 30.30m Área construída: 281.71m²
 Gabarito: Porão habitável + 2 pavimentos

Apesar de bastante modificado, o imóvel ainda mantém a tipologia original. Situado em lote de esquina tem os acessos pelo alpendre frontal, pelos fundos e pelo lado através de passagem coberta. Curiosamente, na documentação de 1922 a que se teve acesso, não aparece nenhuma escada na lateral para vencer o desnível existente entre a rua e o interior da edificação. Na planta de 44, existe uma edícula grande com dois pavimentos encostada no muro de divisa posterior e ainda uma escada do outro lado da edificação e a escada dos fundos modificada.

imóvel apresentado em detalhe - página 196



2006

n° 488

Ano da construção: 1924
 Área do terreno: 4330.97m² Testada: 32.90m Área construída: 1232.21m²
 Gabarito: Porão habitável + 2 pavimentos e sótão

De todos os remanescentes, esse imóvel é o mais representativo dos palacetes burgueses das avenidas em estudo. Apresenta o acesso principal na lateral esquerda com uma grande varanda que avança e convida ao acesso além de dois acessos de serviços, ao fundo, um de cada lado. Na planta de 1944 não aparece nenhuma edificação anexa, mas segundo os desenhos originais de construção havia uma edícula com dois pavimentos que abrigava a garagem e os aposentos dos empregados. Possui pouca ornamentação externamente mas o movimento proporcionado pela reentrância das alvenarias aliado ao telhado bastante recortado garantem a imponência e a suntuosidade da edificação.



imóvel apresentado em detalhe - página 202

imóvel apresentado em detalhe - página 206

n° 519

n° 258

n° 613

Ano da construção: 1924
 Área do terreno: 271.31m² Testada: 10.90m Área construída: 239.36m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Ano da construção: 1929
 Área do terreno: 400.45m² Testada: 11.18m
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

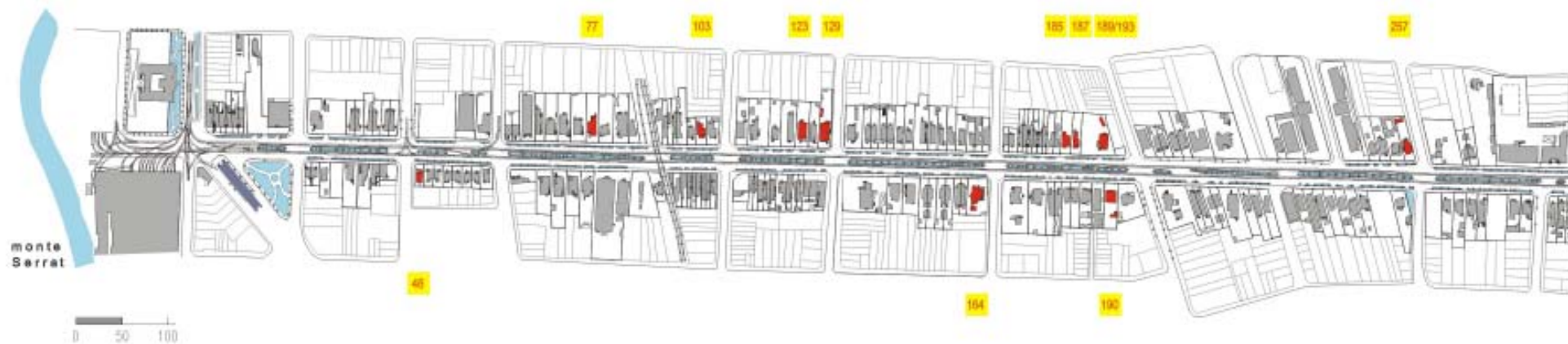
Ano da construção: 1930
 Área do terreno: 750.00m² Testada: 12.00m Área construída: 479.40m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos e sótão

Trata-se de uma construção mais simples e de menores dimensões. Segundo o desenho de 44, existe apenas uma entrada localizada na fachada principal. Aparece também uma edícula ao fundo. O acesso ao lote é feito tanto pela avenida Conselheiro Nébias quanto pela rua Oswaldo Cruz, na parte posterior.

Com caráter eclético classisizante, a edificação é caracterizada principalmente pelas colunas com capitéis profusamente ornamentados, balaustradas e grinaldas na fachada principal. Volumetricamente, diferencia-se das demais construções, mantendo uma interessante relação com a avenida. Os acessos são feitos através do amplo alpendre circular e da entrada de serviços. Ainda no pavimento superior existe outro alpendre, da onde se tem uma bela vista da Conselheiro.

O imóvel tem como elementos decorativos principais a colonata, e o revestimento de pedras miúdas ditas "canjiquinhas" entremeadas por pedras maiores e regulares no porão e os azulejos, característicos da década de 20, justapostos linearmente. As telhas têm acabamento arrebicado nos ângulos em forma de pomba. Os acessos se dão ou através de alpendre que compreende toda a fachada frontal ou lateralmente. Há ainda uma entrada de serviços próxima à uma construção que pelas pequenas dimensões deve ser um W. C.. Na planta cadastral de 1944, aparece ao fundo um telheiro, encostado no muro de divisa de lote.

Localização e identificação dos remanescentes



planta cadastral da cidade de Santos - 1944
levantada pelo Instituto Geodesico Brasileiro Ltda

avenida Ana Costa



AVENIDA ANA COSTA



2007



Imagens atuais olhando a avenida em direção ao centro da cidade



2007



Imagens atuais olhando a avenida em direção à praia do Gonzaga



Imagens atuais olhando a avenida em direção à praia do Gonzaga



2007

IMÓVEIS REMANESCENTES



imóvel apresentado em detalhe - página 214

n° 77

Ano da construção: Década de 1910
 Testada: 13.00m Área do terreno: 650.00m Área construída: 206.58m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Trata-se de um exemplar bastante significativo, sendo um dos poucos remanescentes com platibanda e elementos decorativos mais elaborados. O acesso principal é feito por escada frontal circular até o alpendre que ocupa metade da fachada. Segundo a planta cadastral de 1944, na parte posterior existe uma entrada de serviços e um telheiro encostado na alvenaria da edificação principal.

n° 164

Ano da construção: Década de 1910
 Área do terreno: 880.00m² Testada: 22.00m Área construída: 502.94m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

É um dos imóveis mais representativos e diferenciado dentre os existentes nas avenidas, tendo pertencido à família Roberto Simonsen. O telhado em ardósia e bem inclinado possui pequeno beiral com cachorros de madeira bastante ornamentados. O corpo da fachada frontal que avança apresenta "bow window". A tipologia original é interessante apesar de atualmente as relações estarem prejudicadas graças à reformas e adaptações ao novo uso institucional. O desenho de 44 mostra um extenso alpendre que acompanha uma das laterais e compreende os acessos principal e de serviços. No pavimento superior o alpendre se transforma em terraço, local de apreciação do entorno, valorizando a implantação em lote de esquina. Aparecem ainda dois telheiros, um encostado no imóvel, oferecendo passagem coberta à edícula e outro no muro de divisa de lotes.

n° 433

Ano da construção: Década de 1910
 Área do terreno: 3093.85m² Testada: 20.00m Área construída: 625.60m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Apesar de ter sofrido algumas modificações, segundo o professor Carlos Lemos, este imóvel é uma construção típica da década de 10. Possui uma proporção mais elegante com os pés-direito maiores. Na fachada aparece pouca ornamentação, dentre os quais estão principalmente elementos em madeira, aberturas com ripamento para ventilação do forro e pináculos em ferro. Na planta de 1944, o acesso é feito pela entrada na fachada principal, um metro acima e pelos fundos no nível da rua. Mas de acordo com a sra. Maria de Lourdes Ozores proprietária e moradora desde 1943, havia também um acesso lateral. Ainda existia uma edícula que comportava duas garagens e dois quartos para os empregados no pavimento superior.

imóvel apresentado em detalhe - página 218



n° 103

Ano da construção: Anterior a 1912
Área do terreno: 335.79m² Testada: 11.70m Área construída: 306.46m²
Gabarito: Térreo + 1 pavimento

Apresenta características e ornamentação em argamassa de influência renascentista que confere imponência à composição. Possui platibanda em toda a extensão da cobertura. De acordo com a planta de 44, o acesso à edificação se dá somente através da entrada frontal. Não possui edícula, mas apenas um telheiro encostado ao imóvel, na sua parte posterior.



n° 185

Ano da construção: Anterior a 1912
Área do terreno: 600.00m² Testada: 12.00m Área construída: 525.54m²
Gabarito: Térreo + 1 pavimento

É uma construção que se destaca pela ornamentação, assemelhando-se a castelinho. O pavimento térreo é todo decorado com bossagens, aparecem ainda elementos decorativos em argamassa, frisos e balaustrada na platibanda e no alpendre. O muro de fechamento frontal foi eliminado durante reforma para adaptação ao novo uso. O acesso principal é feito na fachada frontal pelo nível da rua. Nos fundos possui uma cobertura de serviços.



n° 123

Ano da construção: 1913
Área do terreno: 690.00m² Testada: 13.80m Área construída: 335.00m²
Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Segundo o processo administrativo da prefeitura municipal de Santos n° 4117/1913 a autoria da construção pertence à Companhia Constructora de Santos. Contudo, apesar das avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias terem tido suas numerações alteradas, pelas características externas do imóvel, é provável que tenha sido mesmo construído pela Companhia. Sendo assim, essa edificação juntamente com a n°361 da avenida Conselheiro Nébias, comprovadamente da Companhia, seriam os únicos remanescentes, pelo menos que se tem. Apresenta feição do bungalow referido nos relatórios de Roberto Simonsen. Com acesso frontal através de amplo alpendre e de serviços nos fundos, o imóvel tem o porão revestido com pedras. O telhado com inclinação e desenho que marcam a fachada possui cachorros de madeira. Possui ainda uma jardineira no centro do peitoril do alpendre, solução comum nos projetos da Companhia.

imóvel apresentado em detalhe - página 220



n° 187

Ano da construção: Anterior a 1914
 Área do terreno: 556.80m² Testada: 11.60m Área construída: 247.48m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Esse imóvel apresenta relações volumétricas - mais alto e estreito - que o diferenciam dos demais. Possui arremate do telhado no oitão, característica anterior às edificações com beiral reto. Tem poucos elementos decorativos, se destacando principalmente pelas pequenas reentrâncias executadas na argamassa de revestimento da fachada frontal, que atualmente estão pintadas em cores diferentes, acentuando o contraste. O acesso é feito através de pequeno alpendre frontal e de escada de serviços, na parte posterior. No desenho de 1944, aparece um telheiro junto a edificação principal.

n° 468

Ano da construção: Anterior a 1914
 Área do terreno: 1105.00m² Testada: 17.00m Área construída: 606.91m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

O exemplar é pouco ornamentado, exibindo porão revestido de pedras e frisos em forma de arcos que contornam a caixilharia da fachada frontal. Assim como o imóvel anterior, essa edificação também apresenta arremate do telhado no oitão. Segundo o desenho de 1944, existem três entradas: a principal, a de serviços com escada circular e a lateral. Aparece ainda uma edícula com dois pavimentos ao fundo do lote, que provavelmente aglutinava garagem e dormitório dos empregados.

n° 449

Ano da construção: 1917
 Área do terreno: 548.32m² Testada: 15.00m Área construída: 665.86m²
 Gabarito: Térreo + 1 pavimento

Essa edificação é projeto do arquiteto Victor Dubugras. No imóvel foram feitos acréscimos estendendo a área ocupada até o alinhamento descaracterizando a relação da edificação com o lote e os acessos. Embora bastante alterado, ele ainda possui algumas características originais como o desenho do telhado com área para ventilação e a portada neocolonial em arco que marca a entrada lateral com desenho característico do arquiteto. Em 1944, existia uma edícula, próxima à construção.

imóvel apresentado em detalhe - página 222



n° 129

Ano da construção: Década de 1910/ 1920
 Área do terreno: 879.20m² Testada: 14.00m Área construída: 1325.60m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

O imóvel possui características de chalé. Apresenta poucos ornatos, telhado com cachorros de madeira e alpendre frontal como acesso da edificação. A janela do térreo exibe vidros coloridos e as do pavimento superior formam composição triptíca, característica da época da construção. No desenho de 44, existem três acessos: o já mencionado frontal, o lateral e o de serviços. Existem ainda uma edícula e três telheiros, um encostado na construção principal e os outros dois junto ao muro de divisa de lote.

n° 189/ 193

Ano da construção: Década de 1910/ 1920
 Área do terreno: 1772.42m² Testada: 41.00m Área construída: 1031.36m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Implantada em terreno amplo e com forma trapezoidal, a construção sofreu algumas modificações. Não possui nenhum tipo de elemento decorativo, apresentando na fachada principal somente uma janela remanescente em arco pleno. Apresenta também um interessante jogo de telhados. Segundo a planta cadastral de 1944, o acesso se dá por amplo alpendre lateral e pela parte posterior através da escada de serviços. O outro alpendre, do lado oposto que aparece na documentação, foi fechado e transformado em um ambiente interno da casa. Há ainda uma edícula ao fundo.

n° 363

Ano da construção: Década de 1910/ 1920
 Área do terreno: 600.00m² Testada: 12.00m Área construída: 272.39m²
 Gabarito: térreo + 1 pavimento

Bastante descaracterizada e com os vãos alterados, a edificação apresenta somente a volumetria antiga e parte do térreo revestida em pedra. No desenho de 44, o imóvel apresenta um telheiro junto à edificação principal e duas edículas, sendo uma delas com dois pavimentos.



n° 46

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 310.47m² Testada: 11.85m Área construída: 231.78m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

Trata-se de uma edificação simples se comparada às demais. A ornamentação fica por conta dos azulejos que revestem o balcão e emolduram a janela da fachada frontal. O imóvel é implantado em lote de esquina e tem acesso principal através do alpendre e de serviços, na parte posterior.

n° 190

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 750.00m² Testada: 15.0 m Área construída: 553.97m²
 Gabarito: Porão + 2 pavimentos

A edificação em estilo neocolonial simplificado possui os seguintes estilemas característicos: guarda-corpo do alpendre com elementos vazados em forma de meias-luas dispostos em escama de peixe, janelas paralelas sequencialmente com dimensões variáveis e requadros das esquadrias em massa branca. As telhas possuem acabamento arrebicado nos ângulos em forma de pomba. O muro de fechamento frontal foi retirado. O acesso principal se dá por entrada através do pequeno alpendre da fachada da frente. No pavimento superior há um terraço, da onde se visualiza o entorno. Na planta de 44, aparece na porção posterior do lote uma edícula.

n° 257

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 369.29m² Testada: 43.21m Área construída: 221.07m²
 Gabarito original: Porão + 2 pav. Gabarito atual: Térreo + 1 pav.

Situada em lote de esquina, a construção apresenta pouca ornamentação. As principais são a colonata, a balaustrada e alguns elementos em argamassa tais como as guirlandas. No desenho de 1944, aparece somente um acesso lateral e um de serviços. Mas analisando a edificação e seus vestígios, provavelmente o imóvel tinha gabarito de porão + 2 pavimentos além de haver um alpendre lateral sob o terraço ainda existente. Na parte posterior tinha um telheiro junto à casa e uma edícula, ao fundo.



2006

n° 430

Ano da construção: Década de 1920
 Área do terreno: 921.62m² Testada: 61.75m Área construída: 670.68m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Implantada em lote de esquina, é um dos remanescentes mais importantes e imponentes da avenida. Na composição de sua volumetria, marcada por reentrâncias, se destacam a torre assimétrica, o frontão, alguns elementos decorativos em argamassa, o telhado que avança para a fachada frontal e o revestimento em pedra do porão. Na planta de 44, existem dois acessos: o principal com entrada lateral através de escada curva e amplo alpendre e o de serviços, ao fundo. Nessa documentação não aparece nenhuma edícula ou telheiro, sugerindo que o acomodamento dos empregados e a parte de serviços estivesse localizada na edificação principal, no porão.



2006

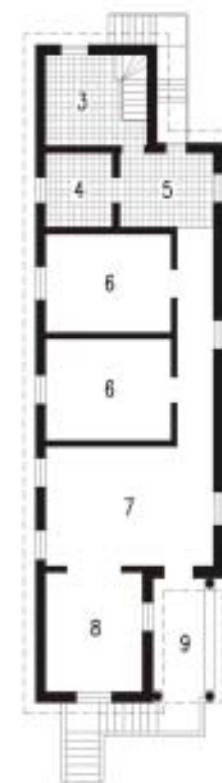
n° 366

Ano da construção: 1922
 Área do terreno: 618.00m² Testada: 10.3 m Área construída: 242.61m²
 Gabarito: Porão habitável + 1 pavimento

Trata-se de uma construção menor, apesar de possuir características semelhantes aos outros exemplares. A fachada principal é marcada pelo revestimento em pedra do porão, pelos cachorros de madeira do telhado e pelo alpendre, acesso principal e que se encontra atualmente fechado por caixilharia nova. Ainda aparecem na fachada frontal uma jardineira sob a janela e pedras soltas aleatoriamente, características da década de 20. A passagem coberta para o porão é composta de arco e desenho sinuoso. No desenho de 1944, além do acesso principal existe na parte posterior, um de serviços.



planta porão
 esc. 1:250



planta pav. superior
 esc. 1:250

- PROGRAMA EM 1947
- 1. W. C.
 - 2. Escritório
 - 3. Cozinha
 - 4. Banho/ W. C.

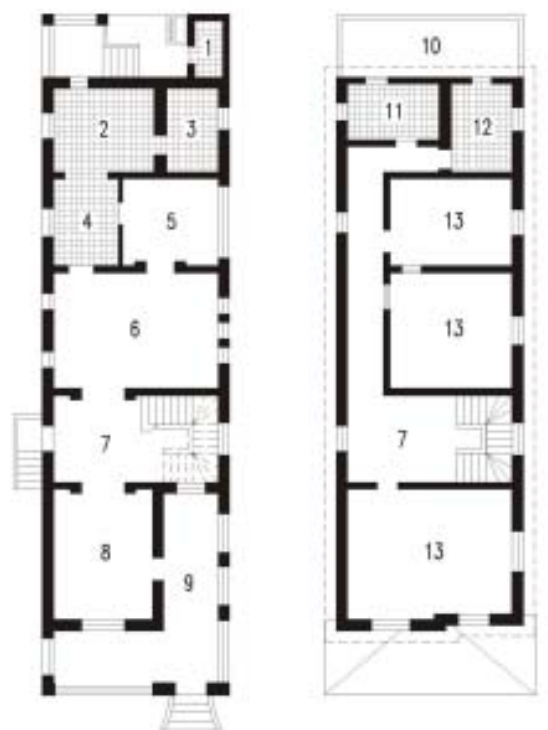
- 5. Copa
- 6. Quarto
- 7. Sala de jantar
- 8. Sala de visitas
- 9. Alpendre



n° 372

Ano da construção: Anterior a 1930
 Área do terreno: 638.25m² Testada: 11.10m Área construída: 446.52m²
 Gabarito: Térreo + 1 pavimento

É um imóvel que sofreu alterações, não restando vestígios de elementos decorativos. O alpendre que ocupa toda a fachada da edificação e parte da lateral, atualmente modificado, compreende o acesso principal. Na planta de 44, só existe essa entrada frontal. Ao fundo, há uma cobertura em toda a largura da construção, podendo ser outro alpendre. Há ainda um grande telheiro e uma passagem lateral coberta.



planta pav. térreo
 esc. 1:250

planta pav. superior
 esc. 1:250

- | | |
|-------------------|--------------------|
| PROGRAMA EM 1930 | 7. Vestíbulo |
| 1. W. C. | 8. Sala de visitas |
| 2. Cozinha | 9. Alpendre |
| 3. Despensa | 10. Terraço |
| 4. Copa | 11. Banho |
| 5. Varanda | 12. Roupas |
| 6. Sala de jantar | 13. Quarto |

Remanescentes significativos

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 771

Imóvel em estudo de tombamento



Colegio "Stella Maris"

Vista do imponente palacete Carrarese a partir da avenida Conselheiro Nébias



Colegio "Stella Maris"

Fachada lateral esquerda com torre em primeiro plano. Detalhe dos lotes contíguos



Colegio "Stella Maris"

Fachada lateral direita com vista da via de acesso interno



Colégio "Stella Maris"

Fachada lateral direita com vista do grande balcão do pavimento superior



acervo particular Hugo Carrarese

Cartão postal da cidade. Família Carrarese posando para fotografia na fachada principal de sua residência - 01.01.1911



acervo particular Hugo Carrarese

Hall de entrada



acervo particular Hugo Carrarese

Palacete pertencente à família na Itália, o qual serviu de base para a residência santista



Colégio "Stella Maris"

Cocheira localizada ao fundo do lote, existente até hoje apesar de modificada



Colégio "Stella Maris"

Fachada principal atual - Colégio "Stella Maris"

Por volta de 1900, chegou ao Brasil o marquês e armador sr. Hugo Henrique Carrarese. Perseguido em seu país, veio para se refugiar na Argentina. Antes de chegar ao seu destino, procurou a família Citti, em Santos, previamente recomendada.

O italiano acabou se casando com Amélia Citti com quem foi morar no palacete da avenida Conselheiro Nébias, construído pelo sogro, o sr. Domingos Citti. Era uma das famílias mais ricas da cidade possuindo muitas terras na Itália. Como curiosidade foram donos do primeiro automóvel santista.

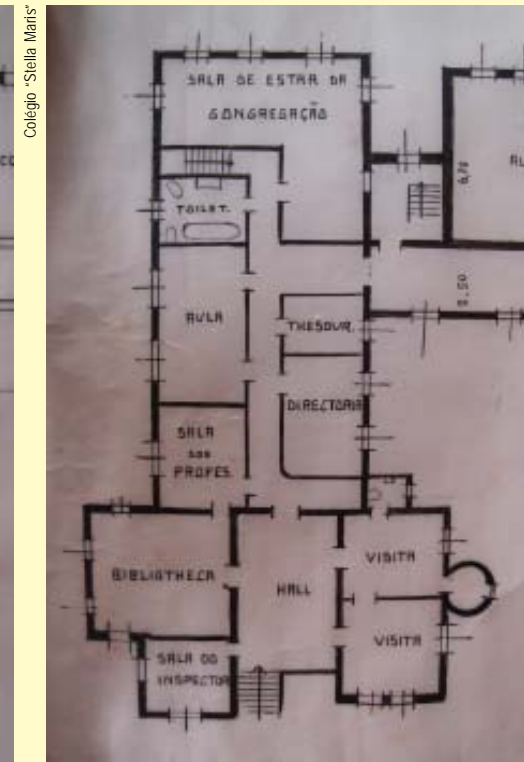
Abriam no porto, a pioneira empresa de importação e exportação do Estado de São Paulo, a Carrarese e Irmãos. Durante a Primeira Guerra, o sr. Hugo foi à Itália a negócios, quando ficou impossibilitado de retornar. Na volta, havia perdido tudo. Foi feito, então, um acordo e os navios de sua propriedade foram para o governo. Faleceu poucos anos depois. A viúva viveu financeiramente de uns terrenos na Vila Oceânica, na atual Praia Grande, que foram loteados em sociedade.¹

¹ Informações baseadas em depoimentos do sr. Hugo Henrique Carrarese Neto

A partir da documentação analisada não foi possível se chegar ao programa original devido às múltiplas alterações da construção.



Planta de 1935 - pavimento térreo



Pavimento superior

Colegio "Stella Maris"

Colegio "Stella Maris"

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 310



2003

Fachada principal do imóvel em 2003, quando ainda moravam a proprietária e os empregados.



2006

Situação atual com demolição embargada pelo Ministério Público



2003

Fachada lateral esquerda



2003

Alpendre lateral com acesso à sala de jantar



2003

Piso em ladrilho hidráulico e balaustrada originais do alpendre



2003

Entrada de serviços



2003

Telheiro ao fundo engloba W. C. e área para lavagem de roupas



2003

Cozinha - "Ripamento em xadrez" do forro: ventilação e chaminé para aspiração de odores e gases



Sala de visitas



Sala de visitas - Forro em madeira envernizado, tipo paulistinha, com réguas dispostas à 45° e lustre antigo



Quarto - detalhe dos desenhos dos vidros jateados



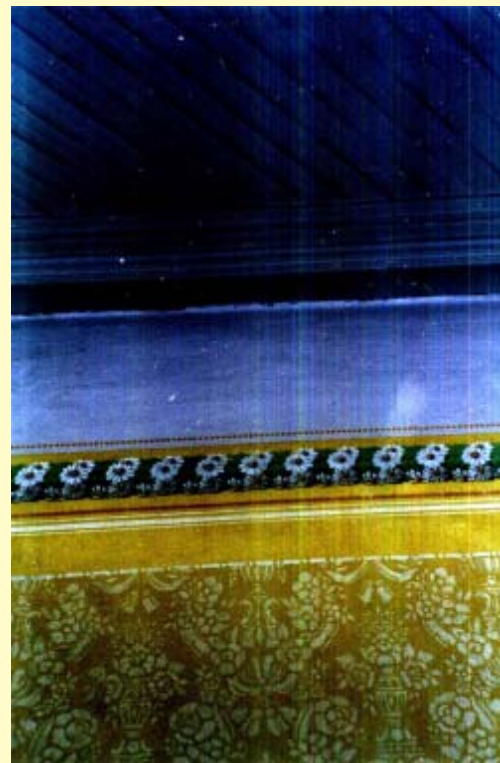
2003

Pinturas decorativas - entrada



2003

Quarto



2003

Quarto

A planta foi feita através de levantamento métrico elaborado em 2003. Dimensões aproximadas. O porão habitável não pôde ser levantado



2003

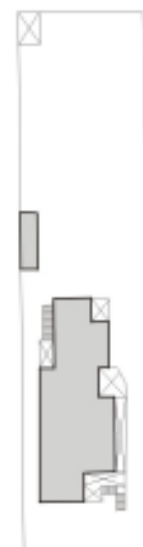
Sala de jantar



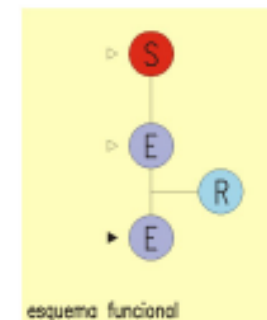
planta pav. térreo
esc. 1:250

PROGRAMA ORIGINAL

- 1. Quarto de costura
- 2. Cozinha
- 3. Copa
- 4. Banho
- 5. Sala de jantar
- 6. Alpendre
- 7. Quarto
- 8. Entrada
- 9. Sala de visitas



implantação
esc. 1:1000



esquema funcional

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 703

Imóvel em estudo de tombamento



2007

Fachada principal



2003

Acesso de serviços e alpendre posterior



2003

Iluminação e ventilação da escada -
caixilho típico da década de 10



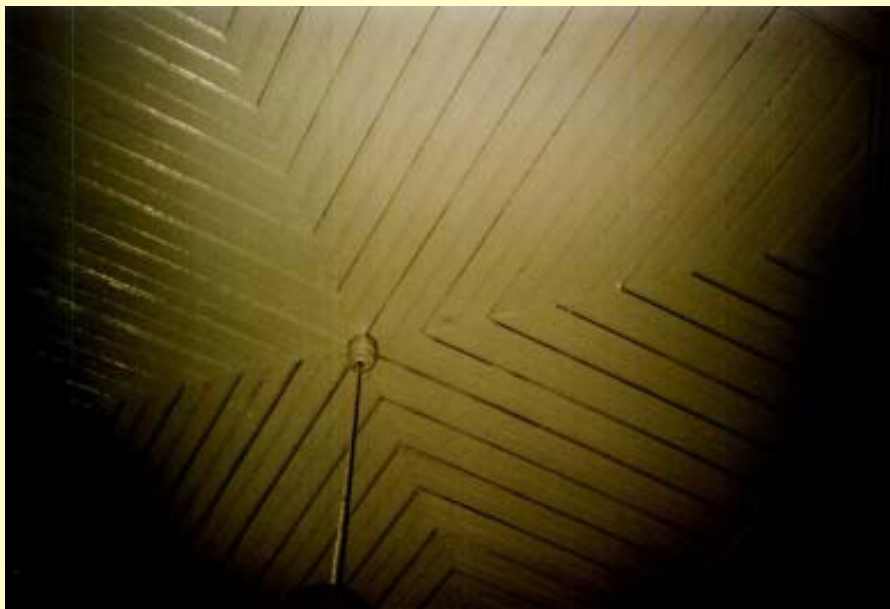
2003

Porta com desenho característico da
década de 10



2003

Banho - piso em ladrilho hidráulico



2003

Forro em madeira, tipo paulistinha, pintado com tinta à óleo com tabeira, aba e régua dispostas à 45



2003



2003

Quarto - forro e piso rebatido

A planta foi feita através de levantamento métrico elaborado em 2003. Dimensões aproximadas. Para melhor compreensão do programa original provável, foi retirado o pequeno corpo que avança em uma das laterais, construído posteriormente. O telheiro encostado à alvenaria posterior foi redesenhado conforme a documentação de 1944 - a mais antiga encontrada.



planta pav. térreo
esc. 1:250



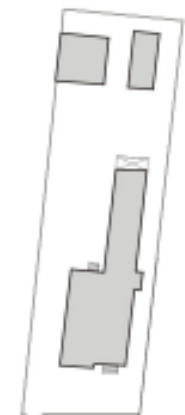
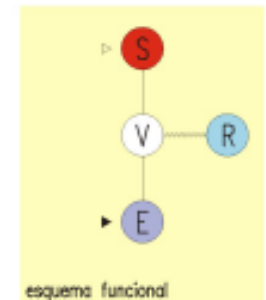
planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA PROVÁVEL

1. W. C.
2. Cozinha
3. Alpendre
4. Vestíbulo
5. Sala de jantar
6. Entrada
7. Quarto
8. Banho

P6-direito

parão: 1,00 m
térreo ~ 3,50 m
superior ~ 4,00 m



implantação
esc. 1:1000

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 184

Imóvel em estudo de tombamento



2006

Fachada principal



2003

Alpendre - entrada lateral com vista do lambrequim em ferro



2003

Fachada lateral esquerda - sentido fundo do lote



2003

Fachada lateral esquerda - sentido avenida



2007

Vestíbulo no pavimento térreo



2007

Vestíbulo no pavimento superior. Ao fundo porta de acesso ao terraço



2007

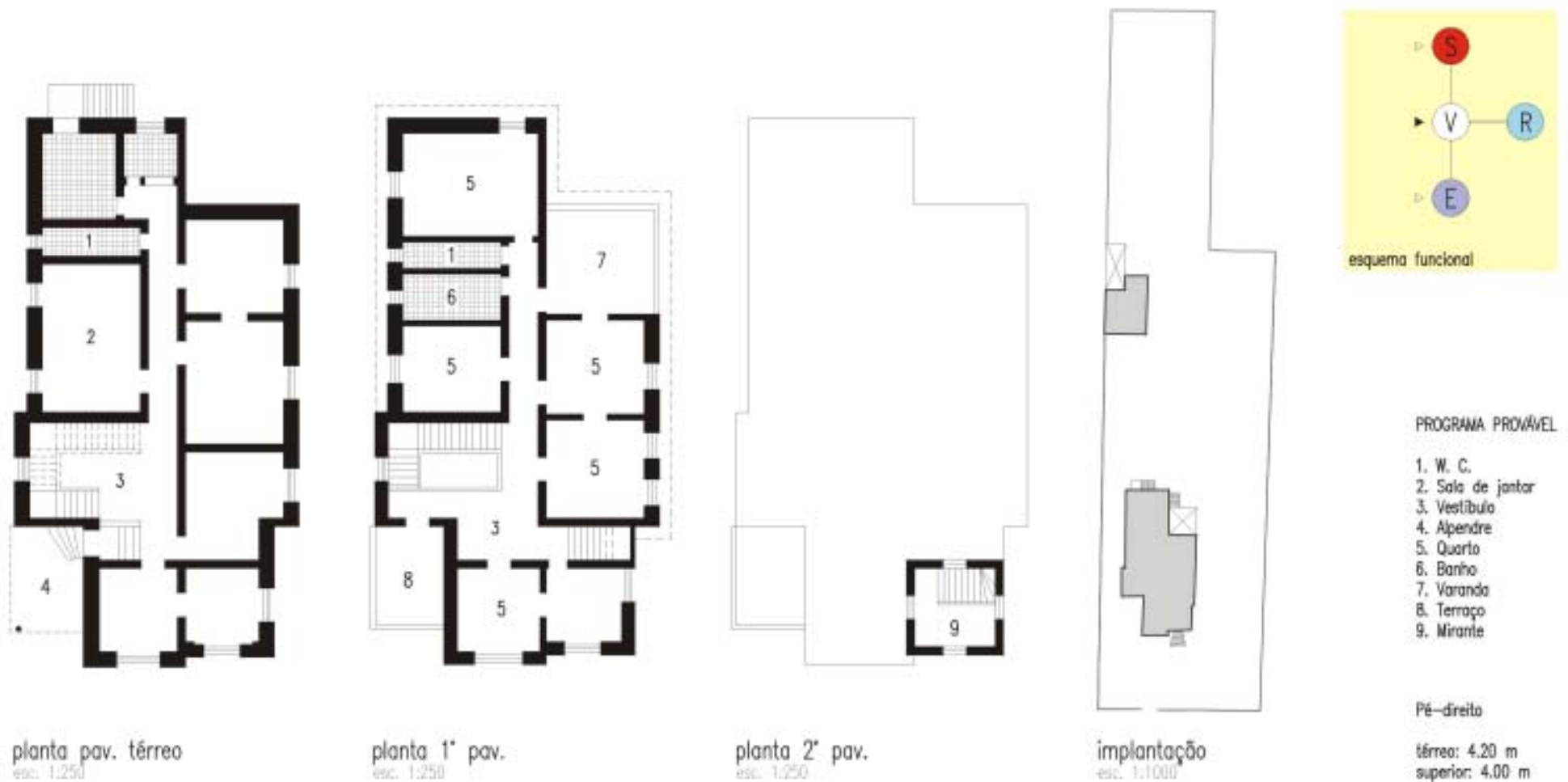
Piso em madeira - circulação do pavimento superior



2003

Piso em ladrilho hidráulico próximo à entrada lateral

O material pesquisado (documentação de 1944 e levantamento métrico elaborado em 2003) não permite afirmar que as plantas elaboradas correspondam à situação original. Persistem dúvidas em relação à posição da varanda (andar superior ou inferior), à situação das escadas externas e ao banho e W. C. do pavimento superior.



AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 361

Imóvel tombado



2002

Fachada principal



2002

Alpendre frontal - balastrada, porta em arco pleno e diferentes faixas de revestimento



2002

Jardim frontal com desenho em cruz de malta



Sala de visitas



Sala de jantar



2002

Vestíbulo



2002

Sistema original e interessante de comunicação por meio de campainha entre o corpo principal e as dependências de serviço



2002

Edícula com garagem e quartos dos empregados

A edificação foi projetada pelo engenheiro Dalberto de Moura Ribeiro e construída pela Companhia Constructora de Santos, em 1920, para o dr. Japhet Motta. Apesar de não pertencer à Companhia, o engenheiro foi o escolhido por se tratar de um profissional reconhecido, com cursos na Alemanha, Roma e Paris e obras relevantes na cidade, tais como o Mercado, o Paço Municipal de Santos e o Orquidário dentre outras. Foi sócio da firma de construção Domingues Pinto e engenheiro-chefe e diretor de obras da Prefeitura Municipal de Santos.

O dr. Japhet era funcionário da Alfândega e veio transferido do Maranhão, de onde trouxe até algumas mudas de plantas que permanecem até hoje no quintal. O imóvel é um dos poucos que ainda permanece com o programa de moradia, pertencendo ao sr. Nelson Zorovich, genro do dr. Japhet e que vive na casa desde o casamento com a sra. Maria Rabelo da Motta em 1949.

O terreno foi comprado em 1911 com 20 m de frente por 42 m de fundo, tendo somente em 1915 as dimensões atuais².

² Informações baseadas em depoimentos do sr. Nelson Zorovich



2002

Pinturas decorativas e forro com tábuas em madeira, tipo paulistinha com régua dispostas à 45° - sala de visitas



2002

Sala de jantar



2002

Escritório

Mobiliário

levantamento elaborado em 2001



planta pav. térreo
esc. 1:150



planta pav. superior
esc. 1:150

1. Cristaleira (1926) 2. Buffet(1926) 3. Mesa (1926) 4. Etager (1926) 5. Mesa lateral (década de 1920) 6. Sofá (Casa Alemã/ década de 1920) 7. Cadeira (década de 1920) 8. Poltrona (Casa Alemã/ década de 1920) 9. Cadeira austríaca (século XIX) 10. Lavatório com encanamento duplamente sifonado (Sistema Saturnino de Brito) 11. Escrivania tipo "xerife" 12. Cadeira (década de 1920) 13. Criado-mudo 14. Cama (estilo Maria Antonieta) 15. Armário (década de 1920) 16. Armário (década de 1920) 17. Armário (século XIX) 18. Criado-mudo 19. Cômoda com espelho basculante (século XIX) 20. Armário 21. Cadeira de balanço 22. Cadeira de balanço austríaca (século XIX) 23. Armário

O mobiliário das salas de visitas e de jantar estão descritos no trabalho "A casa da dna. Maria" de Ney Caldato



1

2002



2

2002



3

2002



4

2002



5

2002



6

2002



2002

7



2002

8



2002

9



2002

10



2002

11



2002

12



2002

13



2002

14



15

16

2002



17

2002



18

2002



19

2002



20

2002



21

2002



22

2002



23

2002



acervo particular sr. Nelson Zorovich

Imagem antiga com vista do palacete antes da substituição do gradil de madeira do fechamento frontal. Notar a relação com a construção vizinha



fachada principal
esc. 1:250



fachada lateral direita
esc. 1:250



corte longitudinal
esc. 1:250



corte transversal
esc. 1:250

Os desenhos foram feitos a partir de original do acervo particular do sr. Nelson Zorovich



planta pav. térreo
esc. 1:250



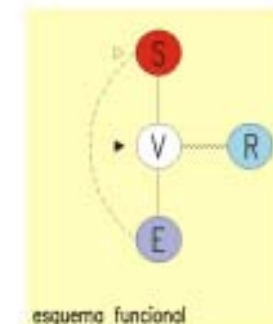
planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA ORIGINAL

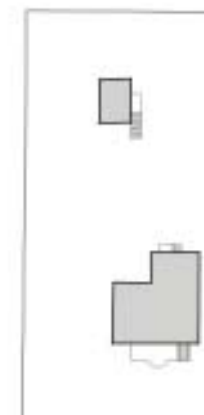
1. Cozinha
2. W. C.
3. Serviços
4. Despensa
5. Sala de jantar
6. Vestíbulo
7. Sala de visitas
8. Escritório
9. Alpendre
10. Quarto
11. Banho
12. Toucador

Pé-direito

porão: 1.50 m
térreo: 3.00 m
superior: 3.50 m



esquema funcional



implantação
esc. 1:1000

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 680

Imóvel tombado



2003

Fachada principal



2003

Acesso à edificação através do alpendre lateral



2003

Vista aérea da fachada lateral



2003

Vista da provável sala de visitas - forro tipo paulistinha e esquadrias com varanda ao fundo



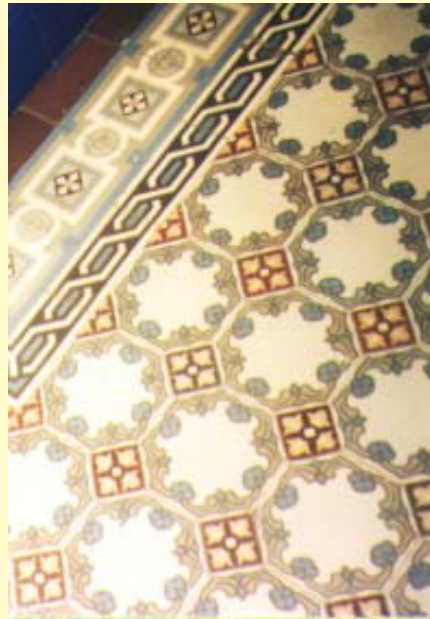
2003

Alpendre - piso em pastilha de porcelana e balastrada do guarda-corpo



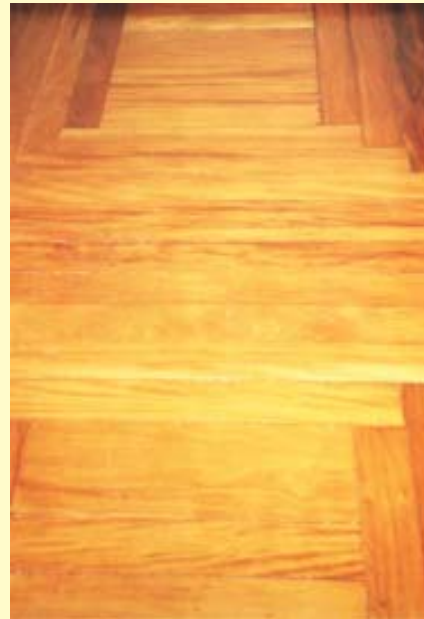
2003

Porão - piso em ladrilho hidráulico



2003

Circulação de serviços do pavimento superior - piso em ladrilho hidráulico octavado entremeado por ladrilho quadrado



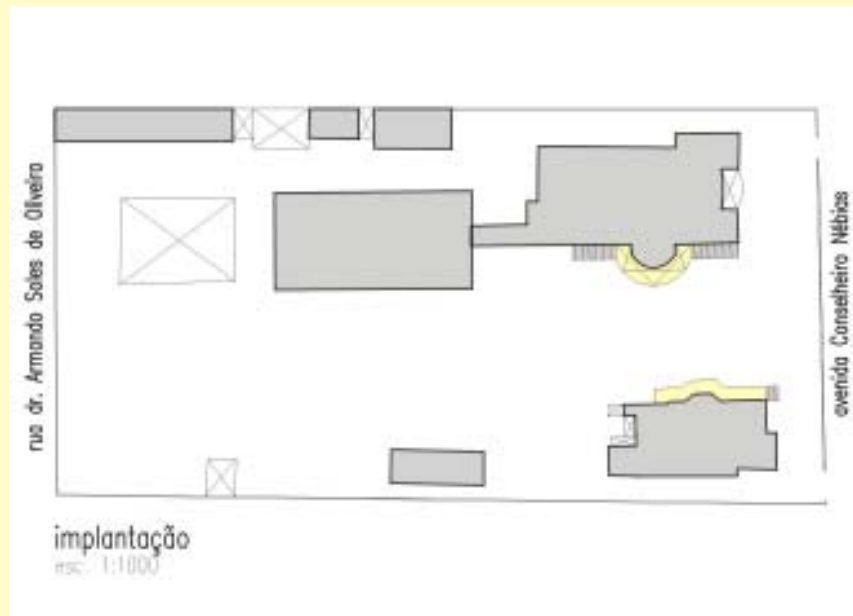
2003

Circulação social do pavimento superior - piso em madeira com tabeira e régua dispostas no sentido transversal



2003

Sala de jantar - forro em madeira , tipo paulistinha com tabeira, aba , cordão e régua dispostas em vários sentidos formando desenhos. Detalhe dos aeríferos para ventilação e da iluminação embutida



Vale enfatizar a harmônica relação do alpendre dessa construção, com o alpendre da edificação vizinha (n° 686) construída para a filha do casal no mesmo lote. Na década de 20, a propriedade que ocupava até a rua dr. Armando Sales de Oliveira foi doada pela sra. Joana Monte Bastos e loteada, prejudicando a relação entre as duas residências. O imóvel deixou de ser moradia passando a abrigar uma instituição em regime de internato e semi-internato³.

³ Informações baseadas em depoimento da sra. Darcy de Souza, coordenadora do Educandário Santista, instituição que funciona atualmente no local.



2003

Implantação das duas edificações, n°s 686 e 680, respectivamente



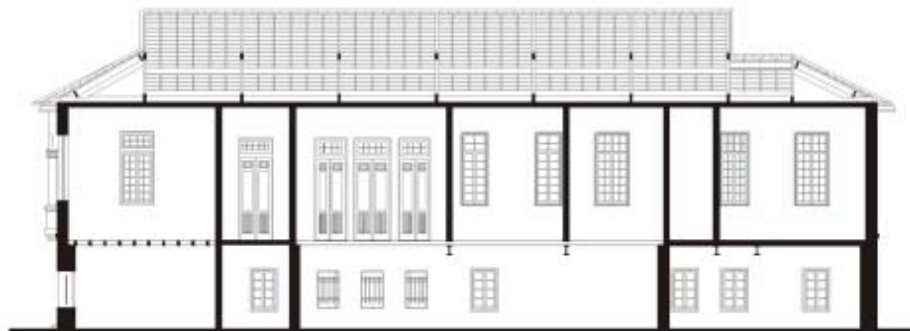
fachada principal
esc. 1:250



fachada lateral direita
esc. 1:250



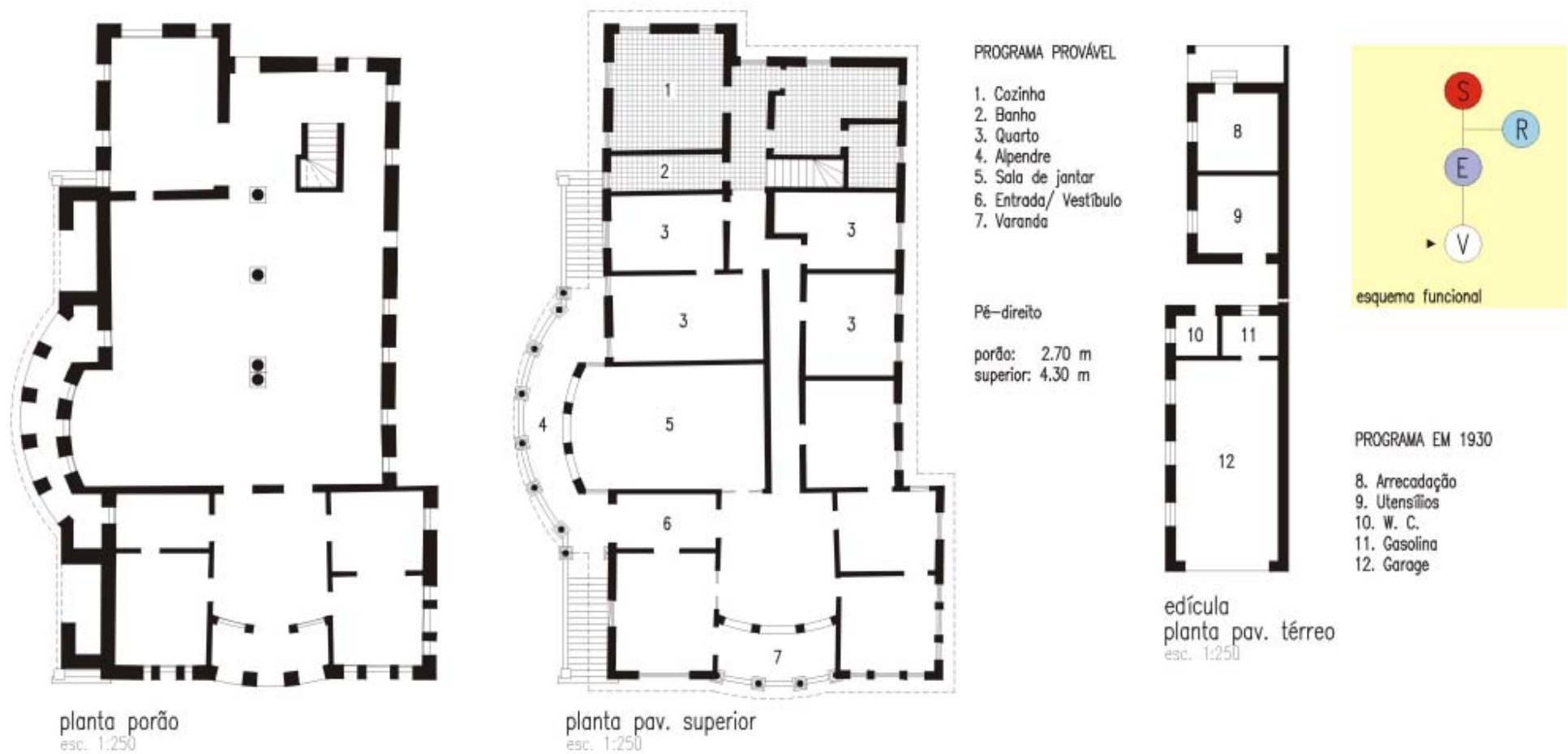
corte transversal
esc. 1:250



corte longitudinal
esc. 1:250

Os desenhos foram feitos a partir de levantamento métrico elaborado em 2003. Dimensões aproximadas.

A planta apresentada se refere a uma hipótese arquitetônica baseada nos vestígios da construção, tais como elementos das alvenarias, pisos e forros



AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 462



Fachada principal



Fachada dos fundos com vista do terraço no pavimento superior



2007

Azulejo que revestia externa e parcialmente a alvenaria frontal



2007

Pisos em ladrilho hidráulico - alpendre e terraço



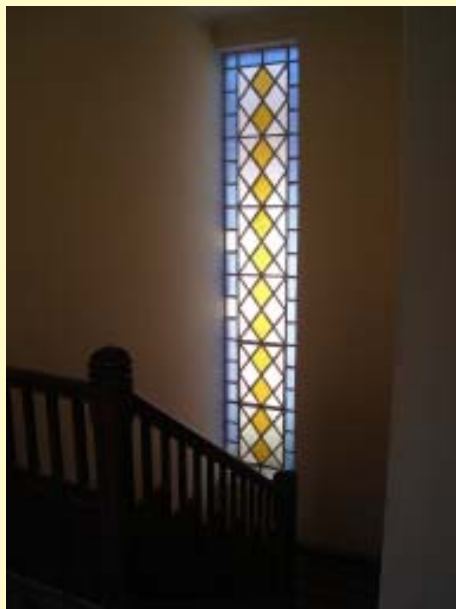
2007

Ambiente de serviços



2007

Piso em madeira com tabeira e régua dispostas à 45° - pavimento superior



2007

Vitral que ilumina a escada



2007

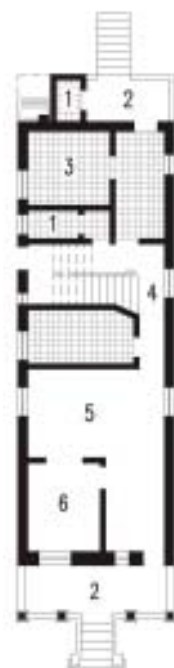
Forro de estuque em alto-relevo - pavimento térreo



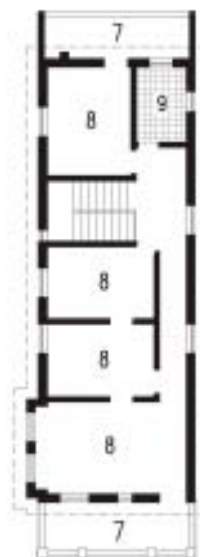
2007

Forro original em madeira com tabeira, aba e régua dispostas à 45° revelado com a retirada do forro de gesso - pavimento superior

A planta foi feita através de levantamento métrico elaborado em 2007. Dimensões aproximadas. A escada da fachada posterior foi demolida , sendo desenhada conforme a documentação de 1944



planta pav. térreo
esc. 1:250



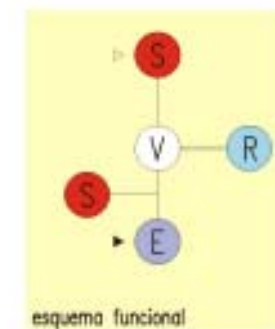
planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA PROVÁVEL

1. W. C.
2. Alpendre
3. Cozinha
4. Vestíbulo
5. Sala de jantar
6. Sala de visitas
7. Terraço
8. Quarto
9. Banho

Pé-direito

- parão: 1.00 m
térreo: 3.00 m
superior: 3.50 m



implantação
esc. 1:1000

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 584



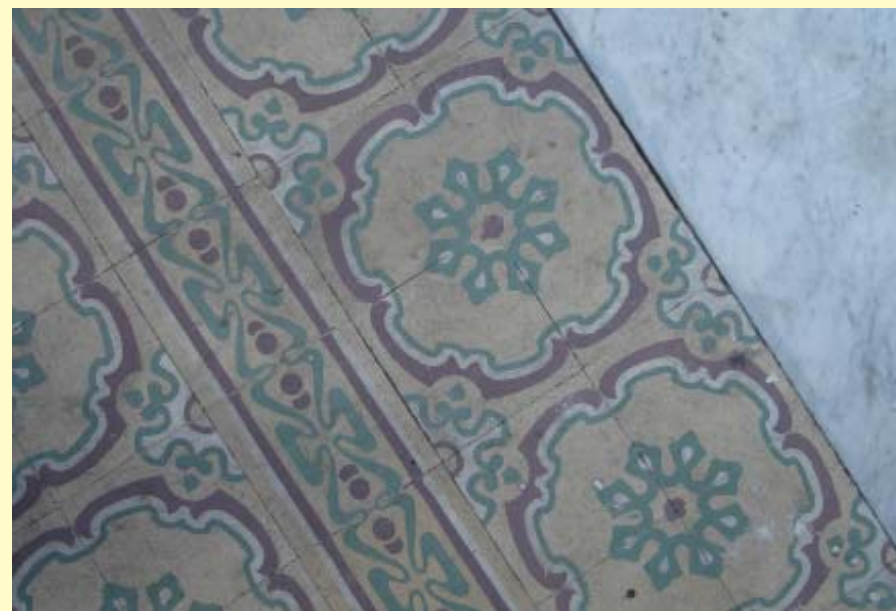
Fachada principal



Acesso principal através do alpendre



Alpendre com vista da rua lateral e da porta de acesso à suposta sala de jantar



Alpendre - piso em ladrilho hidráulico



2007

Pisos em ladrilho hidráulico - ambientes de serviços



2007

Banho



2007

Patamar da escada posterior



2007

Piso em madeira com tabeira e régua dispostas à 45° - ambientes sociais



2007

Alpendre - forro em madeira, tipo paulistinha com tabeira, aba e régua dispostas em várias direções formando desenho de losango



2007

Cozinha - forro em madeira, tipo paulistinha com tabeira, aba e régua dispostas á 45°. Detalhe do "ripamento em xadrez" para ventilação



2007

Sala de jantar - forro em madeira, tipo paulistinha com tabeira, aba e régua formando desenhos de quadrados e losangos



2007

Cozinha - caixilho com vidros coloridos, comum na década de 20



2007

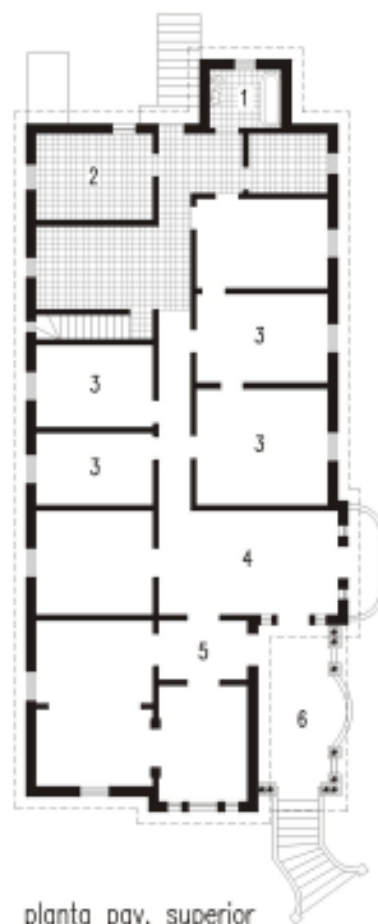
Emparedamento dos arcos que separavam os dois ambientes de estar localizados na parte frontal da construção



2007

Detalhe do capitel

A planta foi feita através de levantamento métrico elaborado em 2007. Dimensões aproximadas. A escada da fachada posterior e o telheiro foram demolidos, sendo desenhados conforme a documentação de 1944



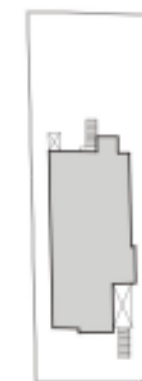
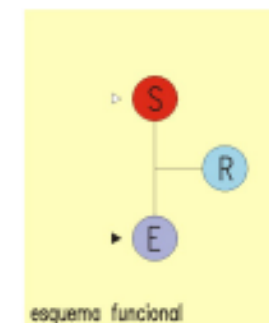
planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA PROVÁVEL

1. Banho
2. Cozinha
3. Quarto
4. Sala de jantar
5. Entrada
6. Alpendre

Pé-direito

porão: 2.05 m
superior: 4.00 m



implantação
esc. 1:1000

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 586

Imóvel tombado



Fachada principal

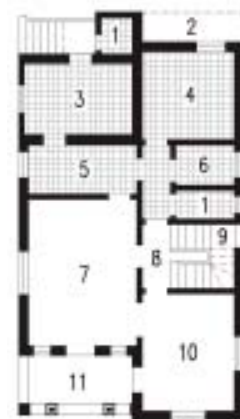


Fachada lateral direita com vista parcial do alpendre frontal, da varanda na parte posterior e dos elementos decorativos na alvenaria

2007

2007

A planta foi feita através de original anexado ao processo administrativo nº 392/ 42 da Prefeitura Municipal de Santos. A escada frontal não foi desenhada por ter sido construída posteriormente. Essa informação foi obtida através do depoimento da atual proprietária, a sra. Edna de Souza. Não foi permitida a entrada na residência



planta pav. térreo
esc. 1:250



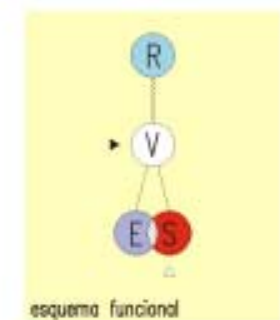
planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA PROVÁVEL

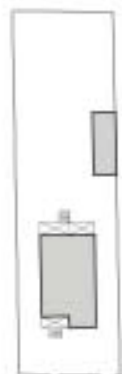
1. W. C.
2. Serviços
3. Cozinha
4. Quarto de costura
5. Copa
6. Banho
7. Sala de jantar
8. Vestíbulo
9. Entrada
10. Sala de visitas
11. Alpendre
12. Varanda
13. Quarto
14. Toucador

Pé-direito

porão: 1,00 m
térreo: 3,00 m
superior: 3,00 m



esquema funcional



implantação
esc. 1:1000

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 686

Imóvel tombado



2003

Vista aérea do imóvel



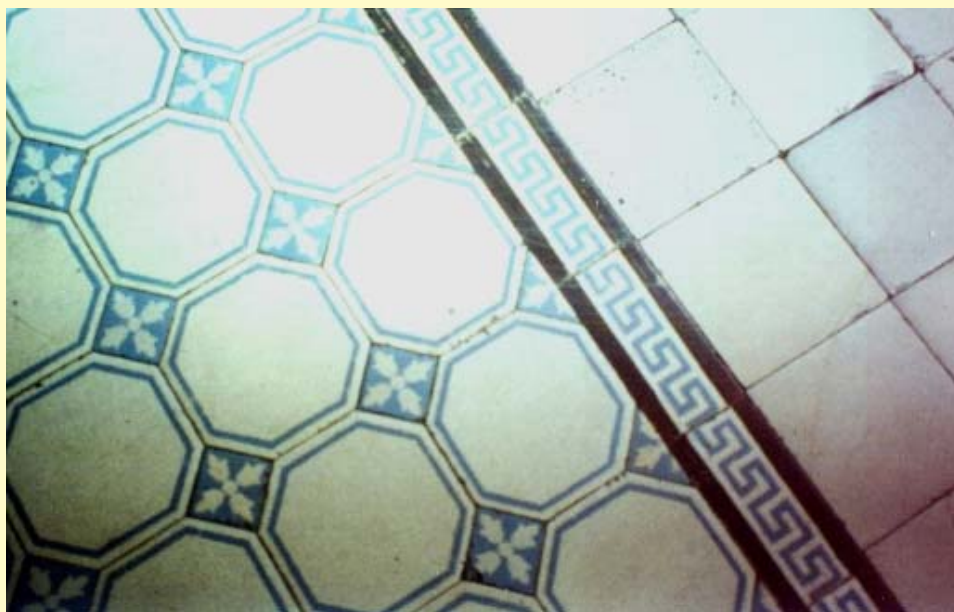
2003

Acesso principal através do alpendre lateral



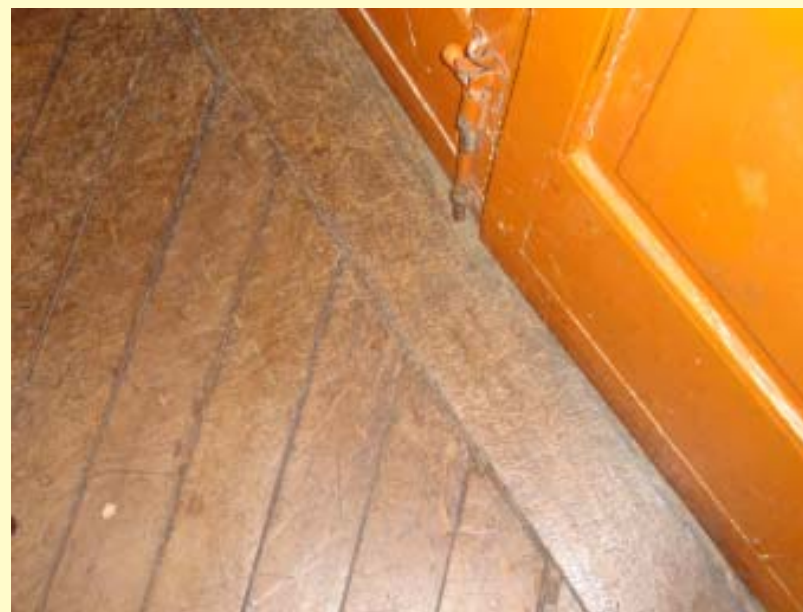
2003

Fachada frontal com vista das esquadrias, cachorros e elementos decorativos



2003

Piso em ladrilho hidráulico octavado entremeado por ladrilho quadrado - acesso



2003

Piso em madeira com tabeira e régua dispostas à 45° - quartos da frente



2003

Forro em madeira, tipo paulistinha com tabela e régua dispostas no sentido transversal em primeiro plano e longitudinal ao fundo, evidenciando que anteriormente se tratavam de dois ambientes distintos



2003

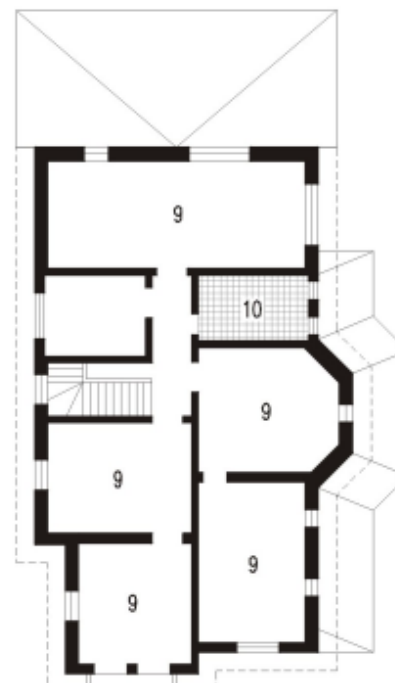
Forro em madeira, tipo paulistinha com tabela, aba e régua dispostas à 45°. Detalhe dos aeríferos para ventilação

Os desenhos foram feitos a partir de levantamento métrico elaborado em 2003. Dimensões aproximadas.

A planta apresentada se refere a uma hipótese arquitetônica baseada nos originais anexados aos processos administrativos n° 14260/ 47 e 52829/ 1995-2 da Prefeitura e Municipal de Santos e nos vestígios da construção, tais como elementos das alvenarias, pisos e forros



planta pav. térreo
esc. 1:250



planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA ORIGINAL

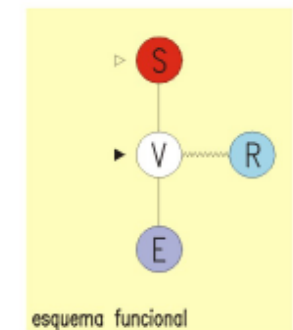
1. Despejo
2. Serviços
3. W. C.
4. Despensa
5. Cozinha
6. Vestíbulo
7. Alpendre

PROGRAMA PROVÁVEL

8. Sala de jantar
9. Quarto
10. Banho

Pé-direito

porão: 1.00 m
térreo: 3.50 m
superior: 4.00 m



esquema funcional

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 443



2007

Fachada principal



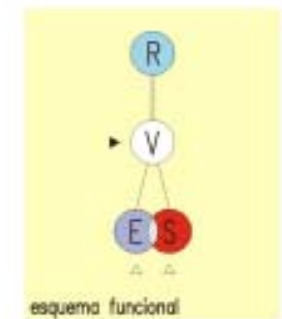
2007

Fachada lateral esquerda

A planta foi feita através de original anexado ao processo administrativo nº 1645/ 22-67 da Prefeitura Municipal de Santos.



Fachada original do palacete dr. Samuel Ribeiro



PROGRAMA EM 1922

1. W. C.
2. Cozinha
3. Sala de jantar
4. Copa
5. W. C.
6. Vestiário
7. Vestíbulo
8. Escripório
9. Sala de visitas
10. Alpendre
11. Quarto
12. Toilette
13. Banho/ W. C.

Pé-direito

- parla: 1.80 m
térreo: 3.00 m
superior: 3.70 m

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 488

Imóvel tombado



Fachada principal



Fachada posterior com vista do acesso de serviços



Acesso principal



2007

Vestíbulo social com pé-direito duplo e vitrais coloridos ao fundo



2007

Detalhe dos vitrais



2007

Vestíbulo visto no sentido inverso com porta de entrada principal



2007

Pisos em mosaico com pastilhas coloridas - varanda de acesso principal



2007

Vestíbulo social



2007

Pisos em madeira com régua dispostas em vários sentidos formando diversos desenhos - gabinete



2007

Sala de jantar



2007

Forros trabalhados em estuque - vestibulo social



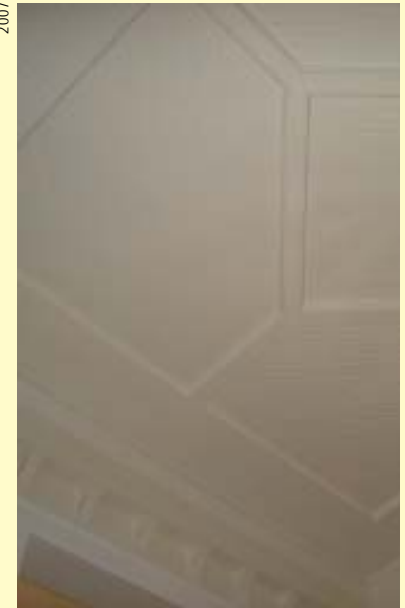
2007

Vestíbulo social - pavimento superior



2007

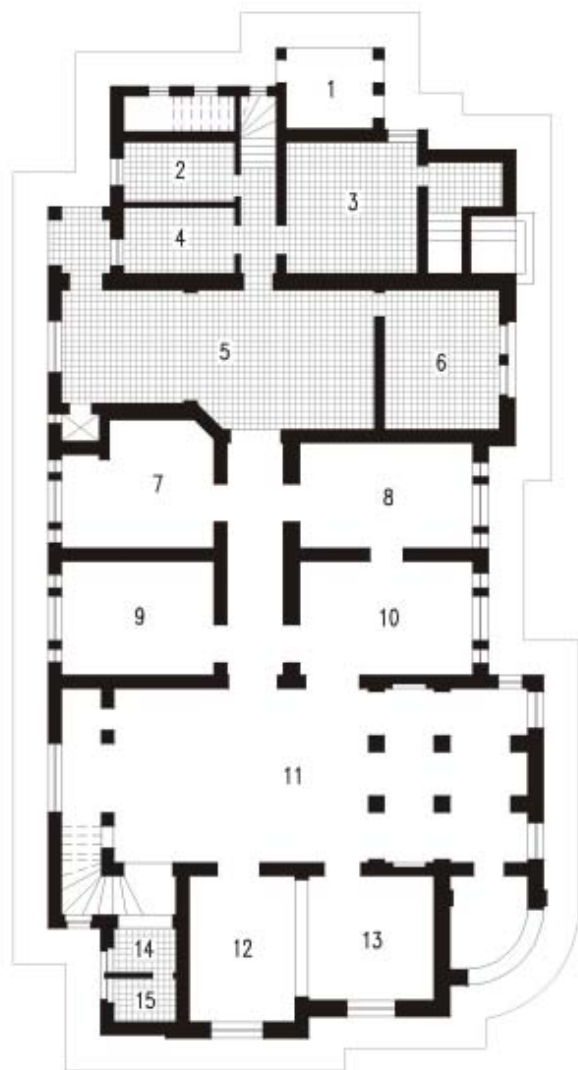
Sala de jantar



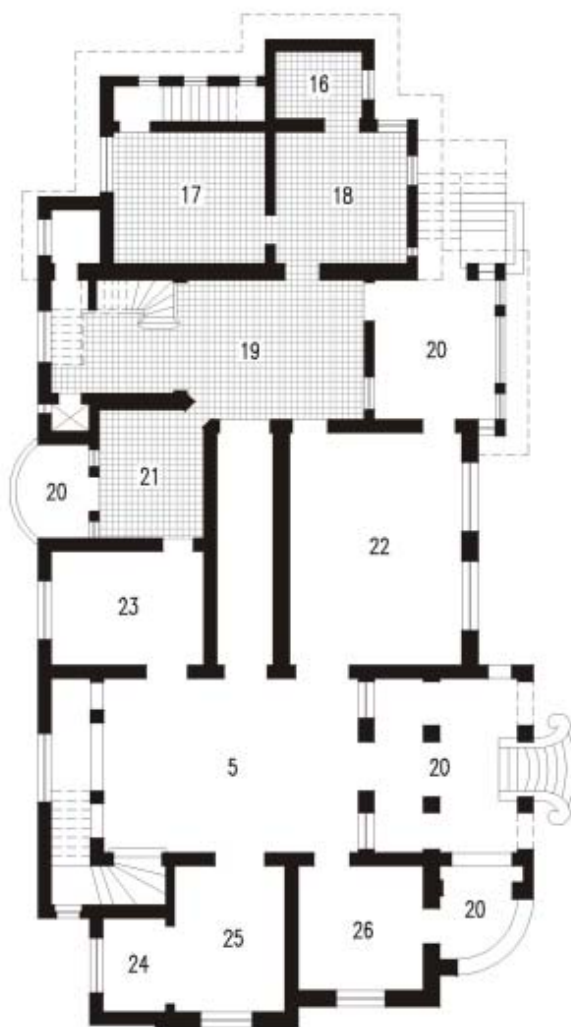
2007

Forro em madeira, tipo paulistinha com tabeira, aba, cordão e régua dispostas nas diagonais - gabinete

Palacete construído para o dr. Alberto Baccarat, comissário de café em Santos



planta pav. térreo
esc. 1:250

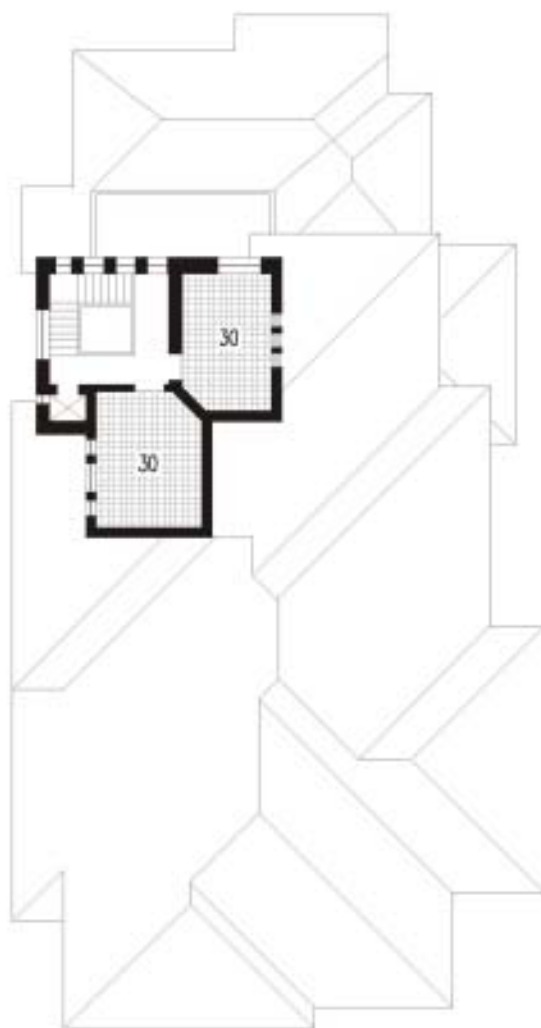


planta 1º pav.
esc. 1:250



planta 2º pav.
esc. 1:250

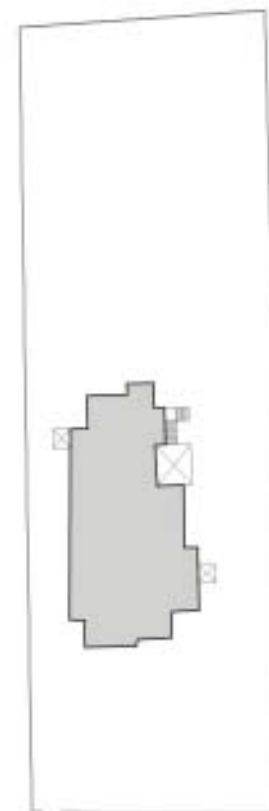
A planta foi feita através de original anexado aos processos administrativos nºs 13879/ 47 e 11985/ 47 da Prefeitura Municipal de Santos.



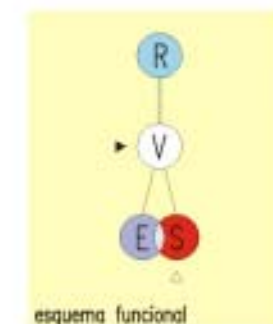
planta 3º pav.
esc. 1:250

PROGRAMA EM 1924

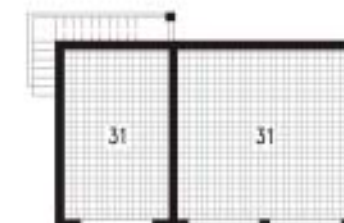
1. Serviços
2. Toilete
3. Adega
4. Fotografia
5. Vestibulo
6. Utensílios de jardim
7. Sala de costura
8. Sala de guardados
9. Sala de pintura
10. Sala de bilhares
11. Salão de jogos
12. Sala de estudos
13. Escritório
14. Lavatório
15. W. C.
16. Despensa
17. Cozinha
18. Copa
19. Sala de almoço
20. Varanda
21. Governança
22. Sala de jantar
23. Saleta
24. Sala de piano
25. Sala de visitas
26. Gabinete
27. Banho/ Toilete
28. Quarto
29. Toucador
30. Quarto criada
31. Garagem
32. Banho



implantação
esc. 1:1000



esquema funcional



edícula
planta pav. térreo
esc. 1:250



planta pav. superior
esc. 1:250

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 258

Imóvel em estudo de tombamento



2003

Fachada principal



2003

Local onde existia um caramanchão para apreciação da avenida, construído em 1930, do qual só sobrou o piso elevado e o banco



2003

Terraço - pavimento superior



2003

Vitrail produzido na Casa Conrado - entrada principal.

Informação baseada em depoimento do sr. José Marques Carriço, filho do proprietário



2003

Piso em granilite - entrada principal



2003

Piso em madeira com tabeira e régua dispostas à 45° - sala de jantar



2003

Forro em madeira com tabeira, aba e recortado em caixotes - sala de visitas



2003

Forro em madeira tipo paulistinha com tabeira, aba e régua dispostas nas diagonais - circulação



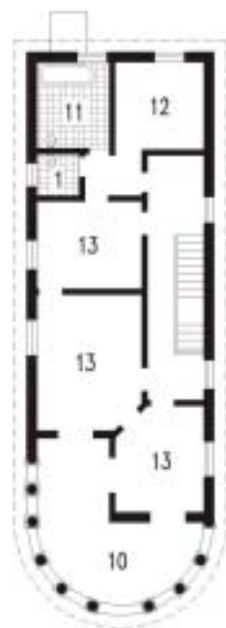
Corte longitudinal e detalhes do projeto original da residência do sr. José Marques Carriço

Segundo o sr. José Marques Carriço, o avô, de mesmo nome, comprou o terreno de um cafeicultor que havia falido com a queda da Bolsa. O proprietário, português e bananicultor mudou-se do bairro da Vila Nova para a avenida Conselheiro Nébias, local valorizado e requisitado pelas famílias de posse. A aquisição do lote foi feita juntamente com o projeto e com os materiais importados destinados à residência.

A planta foi feita através de original anexado ao processo administrativo nº 13295/ 29 da Prefeitura Municipal de Santos



planta pav. térreo
esc. 1:250



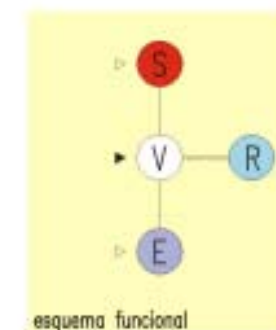
planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA EM 1929

1. W. C.
2. Cozinha
3. Quarto criada
4. Despejo
5. Copa
6. Vestíbulo
7. Sala de jantar
8. Entrada
9. Sala de visitas
10. Alpendre
11. Banho/ W. C.
12. Toucador
13. Quarto

Pé-direito

porão: 1.00 m
térreo: 3.00 m
superior: 3.00 m



esquema funcional



implantação
esc. 1:1000

AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, nº 613



Vista da fachada principal ...



... com destaque da caixa de circulação
ressaltada volumetricamente



... em detalhe com a presença de azulejos
decorados característicos da década de 20



Entrada lateral - acesso ao
vestíbulo



Alpendre da entrada principal



Base do pilar decorada com azulejo



Porão com revestimento de pedras miúdas (canjiquinhas) entremeadas por pedras maiores



Caixa de circulação a partir do terraço posterior



Sótão com vista das caixas d'água e da porta de acesso ao terraço



Detalhe da estrutura de sustentação da cobertura



2007

Vestibulo de acesso ao sótão - piso em madeira e caixilhos com vidros coloridos típicos da época da construção



2007

Alpendre frontal do pavimento térreo com piso em ladrilho hidráulico decorado - entrada principal



2007

Detalhe do piso do alpendre



2007

Piso em ladrilho hidráulico decorado - balcão do sótão



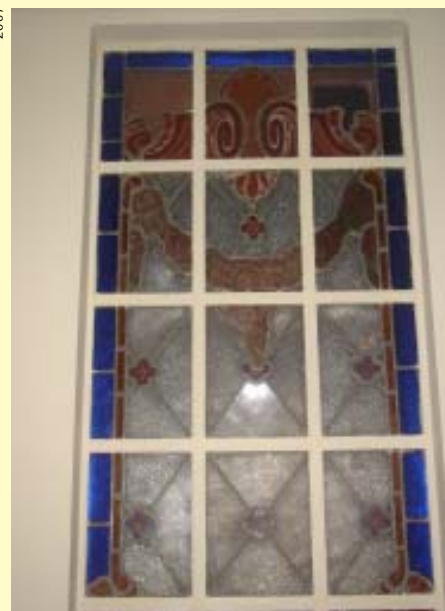
2007

Forro decorado provavelmente em estuque - vestibulo do sótão



2007

Vitrais produzidos na Casa Conrado - sala de jantar



2007

Detalhe da parte superior

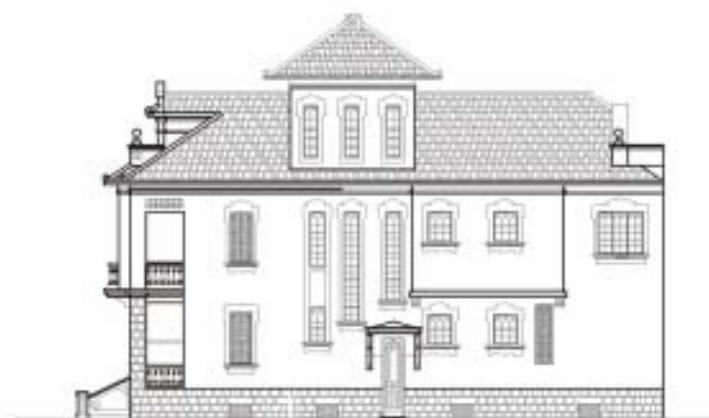


2007

Detalhe da parte inferior



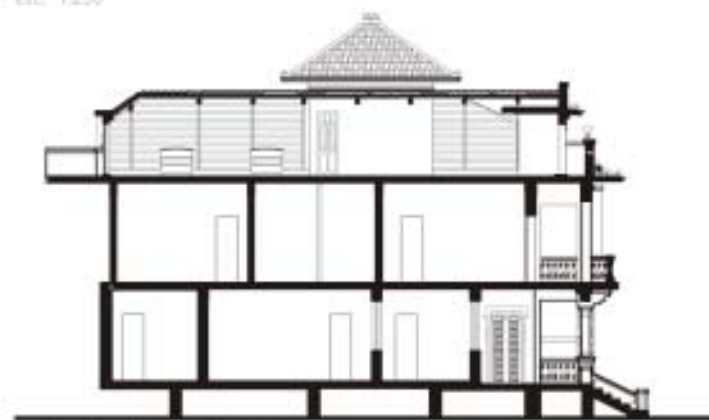
fachada principal
esc. 1:250



fachada lateral esquerda
esc. 1:250



corte transversal
esc. 1:250

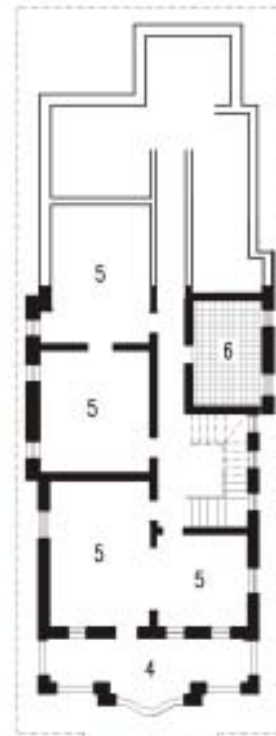


corte longitudinal
esc. 1:250

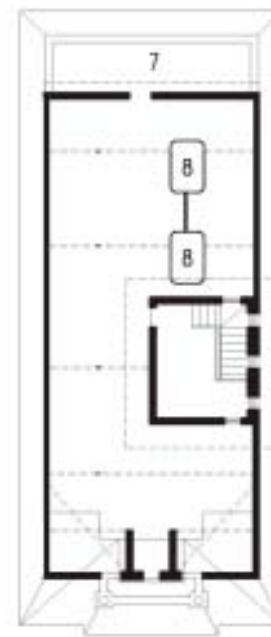
Os desenhos foram feitos a partir de informações do projeto de legalização do imóvel cedido pelo escritório Casa do arquiteto. A porção posterior da edificação não foi possível de ser identificada devido às modificações propostas



planta pav. térreo
esc. 1:250



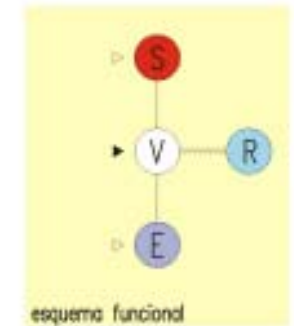
planta pav. superior
esc. 1:250



planta sótão
esc. 1:250

PROGRAMA PROVÁVEL

1. W. C.
2. Sala de jantar
3. Vestibulo
4. Alpendre
5. Quarto
6. Banho/ W. C.
7. Terraço
- B. Caixa d'água



Pé-direito

- porão: 1.13 m
térreo: 2.95 m
superior: 3.30 m
sótão: 3.25 m



implantação
esc. 1:1000



2004

Fachada principal antes da intervenção no "bow window" e da execução da rampa de acesso às pessoas com dificuldade de locomoção



2007

Fachada lateral direita com vista da estrutura emparedada da antiga varanda, no pavimento superior



2007

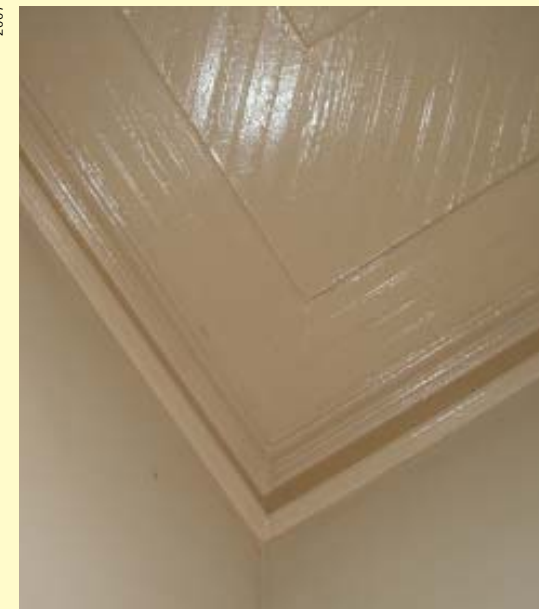
Fachada posterior



Vestíbulo



Piso em madeira com tabeira e régua dispostas à 45° - sala de piano

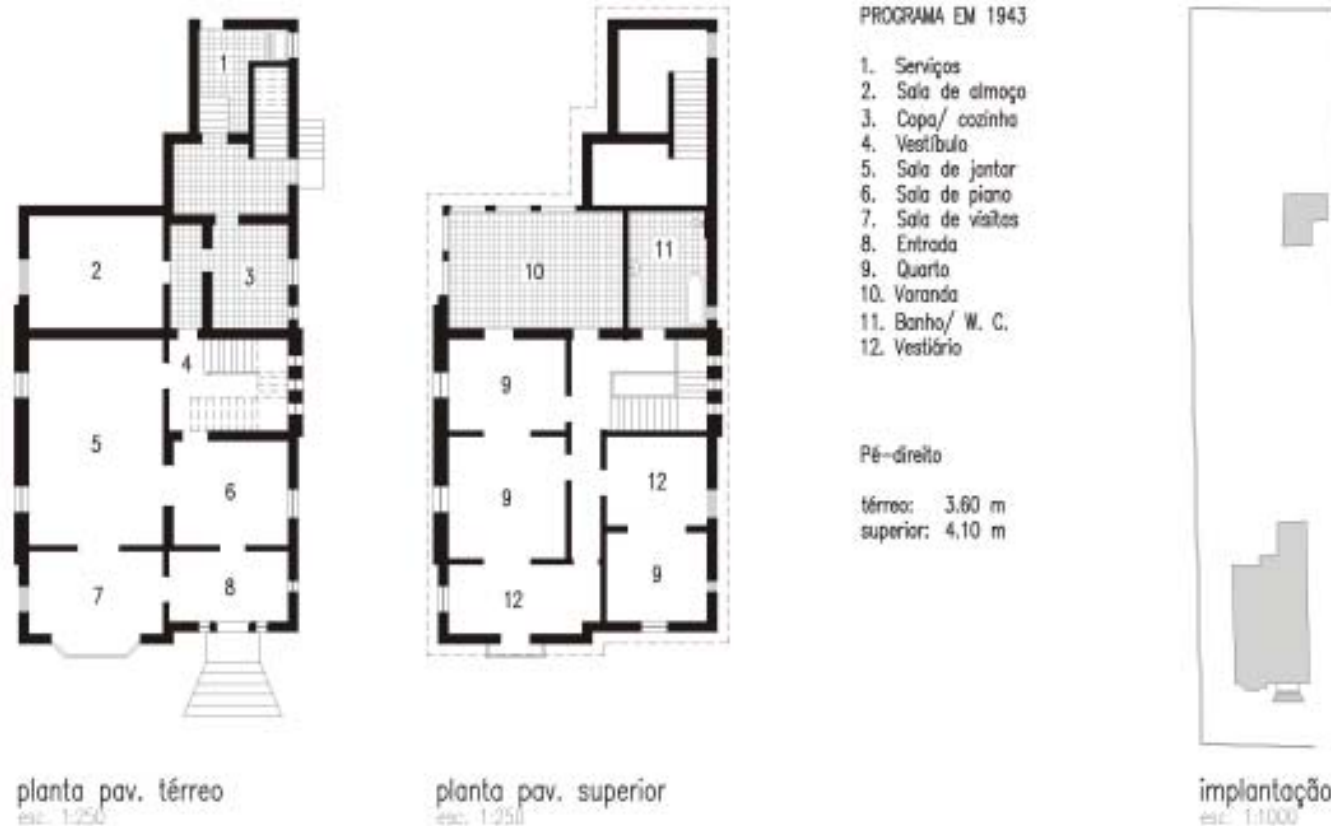


Forro em madeira, tipo paulistinha com tabeira, aba, cordão e régua dispostas à 45° - vestibulo



Mobiliário pertencente ao palacete e que hoje se encontra na residência da sra. Maria de Lourdes Ozores, uma das herdeiras do imóvel

O material pesquisado (documentação de 1944, levantamento métrico elaborado em 2003 e entrevista com antigos moradores) não permite afirmar que as plantas elaboradas correspondam à situação original. Persistem dúvidas em relação ao ambiente copa/ cozinha, à varanda, ao espaço localizado ao fundo da edificação e ao seu acesso



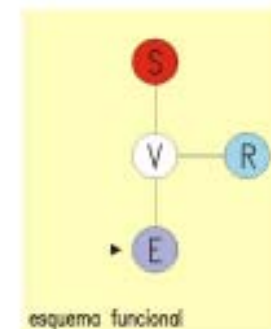


Fachada principal



Vista aérea, evidenciando a implantação

A planta apresentada se refere a uma hipótese arquitetônica baseada nas informações do projeto modificativo cedido pelo escritório Proença Arquitetos



planta pav. térreo
esc. 1:250



planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA PROVÁVEL

- 1. Cozinha
- 2. W. C.
- 3. Sala de jantar
- 4. Vestíbulo
- 5. Sala de visitas
- 6. Entrada
- 7. Banho
- 8. Quarto

Pé-direito

térreo: 3.10 m
superior: 3.65 m



elevação principal
esc. 1:250



implantação
esc. 1:1000



Fachada principal

2004



Fachada lateral esquerda. Notar a presença de elementos originais tais como o volume do telhado e o arco que marca o acesso principal

2004

A planta foi feita a partir de original anexado ao processo administrativo nº 22337/ 62 da Prefeitura Municipal de Santos. A desenho do térreo não apresentava a porção posterior referente às zonas de serviços e não foram encontradas referências sobre o pavimento superior



Nestor Reis Filho: 1997

Residência Adalberto Alves projetada por Victor Dubugras

O imóvel, assim como na residência Saturnino de Brito, é arrematado por cinta, ao alto e possui arco com pequeno telheiro na entrada lateral. Apresenta ainda alpendre fronteiro, elemento repetido em vários projetos do arquiteto e que cria um amplo espaço de recepção e de proteção.



Desenho original da fachada

Fundação Arquivo e Memória de Santos



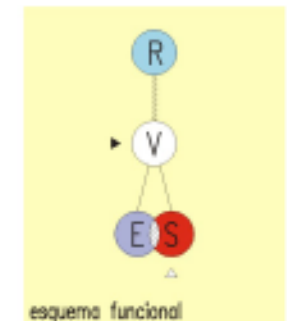
planta pav. térreo
esc. 1:250

PROGRAMA EM 1943

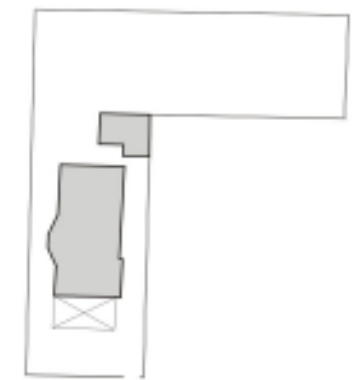
- 1. Roupa
- 2. Copa
- 3. Sala de jantar
- 4. Vestíbulo
- 5. Sala de visitas
- 6. Entrada
- 7. Alpendre

Pé-direito

térreo: 4.00 m
superior: 3.60 m



esquema funcional



implantação
esc. 1:1000

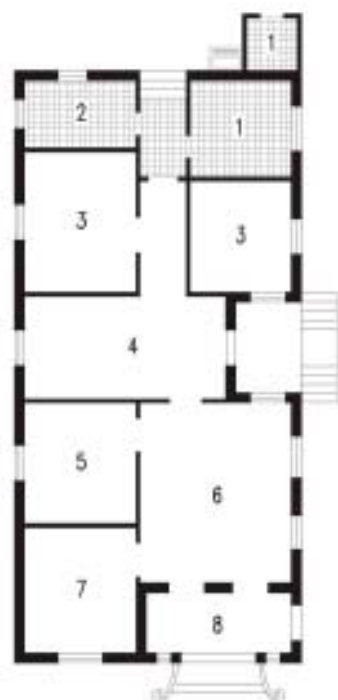


Fachada principal

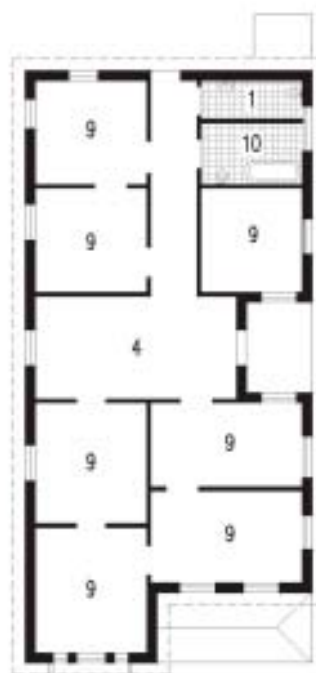


Vista que mostra a reentrância onde se localiza a entrada lateral

A planta foi feita a partir de original anexado ao processos administrativos nºs 1007/ 45 e 5713/ 48 da Prefeitura Municipal de Santos. O material pesquisado não permite elucidar o desenho e a localização exata da escada de acesso ao repouso.



planta pav. térreo
esc. 1:250



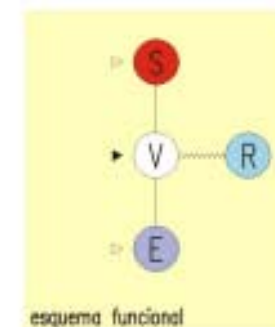
planta pav. superior
esc. 1:250

PROGRAMA EM 1943

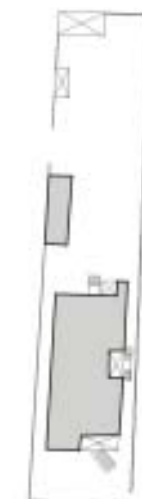
1. W. C.
2. Cozinha
3. Não identificado
4. Vestibulo
5. Escritorio
6. Sala de jantar
7. Sala de visitas
8. Alpendre
9. Quarto
10. Banho

Pé-direito

térreo: 3.70 m
superior: 3.00 m



esquema funcional



implantação
esc. 1:1000

O novo programa

A passagem do século XIX para o XX corresponde ao momento em que o sistema econômico, herdeiro das relações legadas do trabalho escravo, vai dar lugar à economia exportadora do café, produto que escoava do interior para o porto, através de uma inédita e extensa rede ferroviária. Um capitalismo moderno que redesenha a cidade de Santos e altera substancialmente o modo de vida urbano. Novos hábitos e formas de morar que se espelhavam na cultura européia, agora mais acessível pelas viagens da burguesia, através dos profissionais formados no estrangeiro e da própria presença dos imigrantes. A cidade se expande valorizando áreas até então esquecidas e vazias, que vão receber construções produzidas a partir de novos parâmetros:

“A modificação operada poderia ser caracterizada, ao mesmo tempo, como uma passagem de uma fase de artesanato - com o aprendizado e a evolução se processando no próprio canteiro e formas de organização de trabalho quase individuais - para uma etapa de manufatura, com aprendizado sistemático em escolas de nível superior e com organização de canteiro mais complexa, quando surgem empresas construtoras de maior envergadura, centralizando os instrumentos de trabalho. É a época em que aparecem as primeiras escolas de engenharia, com o objetivo de transmitir a tecnologia européia do tempo, sobretudo no setor das construções e dos serviços urbanos em geral”. (REIS FILHO 1970, p. 180)

As novidades se espalhavam pelo interior em grande parte levadas pela ferrovia, tanto através dos passageiros com suas novas idéias, como pela possibilidade de transporte dos novos materiais de construção. Dessa maneira houve uma natural tendência à homogeneização da linguagem e dos partidos arquitetônicos - o Eclétismo vai se impor como a representação da visão do progresso e conforto, muito valorizados nesse momento. As construções vão se diferenciar e se destacar por suas qualidades específicas e não mais somente por suas dimensões, como ocorria no momento anterior - qualidade e

não mais quantidade.

Dentre as maiores preocupações estava a salubridade da habitação. Tentava-se esquecer das péssimas condições das moradias do passado. O cuidado com a ventilação, iluminação e insolação levaram ao desaparecimento gradativo das alcovas e a uma valorização do jardim. Este, separado das culturas, tornou-se área de lazer e importante elemento de intermediação e de integração da rua com a construção. O porão é introduzido a fim de evitar a umidade no piso e nas paredes, já que o solo santista é bastante úmido e de fácil alagamento. As aberturas propostas facilitavam a ventilação e a iluminação desse ambiente que às vezes abrigava empregados. Essas transformações produziram um novo jeito de morar com comodidade e conforto, respondendo aos anseios de uma nova classe social enriquecida com o café. Visava assim, melhorar a qualidade de vida dos moradores e a erradicação das doenças.

A transformação começa de dentro para fora. A casa se torna mais elaborada com novas soluções técnicas já impostas pelo Código de Posturas do Município (1897). Essas moradias começam a desfrutar de água encanada, de instalações sanitárias internas (contíguas às cozinhas por economia da tubulação importada), de novos programas e hábitos.

O uso do tijolo começa a se popularizar primeiramente nas reformas, permitindo a adaptação das fachadas à moda da época. São eliminados postigos, cancelas, rótulas, treliças, balcões e muxarabis e os escuros são substituídos pelo vidro, que mais tarde serão fosqueados e lapidados e até pelo cristal "bisoté". Outros materiais, principalmente importados vindos como lastro de navio, tais como tijolo, pinho de riga, barras de ferro, ferragens, tinta à óleo, também foram introduzidos. Esse processo foi facilitado graças ao trabalho de técnicos e profissionais liberais estrangeiros e dos imigrantes que constituíram a mão-de-obra livre e assalariada. Houve um aumento do consumo em função da intensificação dessas importações e da abertura de outros pontos de comércio e principalmente devido aos novos anseios que estavam colocados. Esses hábitos evidenciavam-se no crescente número de objetos e utensílios domésticos expostos nas residências.

As alterações do espaços estavam intrinsicamente ligadas à introdução de novas técnicas construtivas. O uso de calhas, condutores e águas furtadas permitiu a adoção de corredores laterais descobertos e de telhados recortados até de grandes inclinações com mansardas (ver casa da avenida

Ana Costa, nº 164 - página 137) - às vezes, cômodos para os empregados - possibilitando nova disposição das construções.

Em fins do século XIX, começa-se a buscar o isolamento e a privacidade, que se tornaram os pré-requisitos mais importantes da moradia. O gosto pela leitura, a oração e a meditação, as regras de higiene e o culto dos estados de espírito com o Romantismo, reforçaram o conceito de privacidade. Foram valorizadas as soluções arquitetônicas que garantissem o menor número possível de contato com os empregados. O professor Carlos Lemos aponta que *“Os hábitos e costumes do pessoal da classe média em geral também se alteraram, até mesmo os horários, a moda, o cardápio e a própria religiosidade”*. (LEMOS 1999, p. 70). Com a elite não foi diferente. As mudanças iam portanto desde os aspectos do cotidiano mais imediato até as questões complexas dos valores e costumes.

É nesse contexto de profundas transformações onde os ideais da República prevaleciam, que o palacete se afirma em contraposição à casa operária e ao cortiço das classes populares, numa reprodução de modelos europeus.

Sua conformação se deu com as características francesas de implantação, de esquema funcional e de noção de intimidade associada à de conforto.

“... formaram-se no palacete pequenas cortes e salões onde se cultivaram o luxo, a moda, a etiqueta, as formas de cortesia e as atividades artísticas como o teatro e a música, abrindo caminho para as vanguardas artísticas da década de 1920.” (HOMEM 1996, p. 18)

A edificação passa a ser isolada no lote. É nesse momento que a construção vai do bidimensional, casa geminada, onde somente se via somente a fachada principal, para o tridimensional. Houve uma valorização da volumetria da construção que passou a ser observada como um todo e não como planos, o da frente e o dos fundos. esse afastamento facilitou ainda a insolação, a ventilação dos cômodos e o isolamento dos moradores, preservando a intimidade familiar, eliminando a alvenaria comum, que separava os vizinhos, dificultando a percepção de ruídos e odores. Os porões foram importantes para a ventilação da edificação evitando que a umidade chegasse ao piso de madeira. *“Ao mesmo tempo, a elevação do imóvel desestimulava os olhares indiscretos e fornecia perspectiva para que se apreciasse, da rua, o jogo dos telhados.”* (HOMEM 1996, p. 25)

Tais costumes alteraram o espaço da habitação. A planta se modifica: o longo corredor passa a ser evitado, talvez por ser considerado um espaço desperdiçado ou demasiadamente segregador, sendo substituído pelo vestíbulo numa melhora da circulação interna. É o “morar à francesa”. Alguns imóveis apresentam a importante ligação entre a sala de jantar e a cozinha (ver edifício da avenida Conselheiro Nébias, nº 361 - página 162), outros, possuíam com superposição de funções expressos em seus organogramas (ver imóvel da avenida Conselheiro Nébias, nº 443 - página 194). Foi recorrente o acesso direto à esse novo espaço agenciador através de entrada íntima lateral, passagem do automóvel à garagem (ver construção da avenida Conselheiro Nébias, nº 586 - página 188). O saguão, também como era designado, devido a sua importância, era um espaço valorizado. Com seu pé-direito duplo e quase sempre escala monumental apresentava a escadaria principal de acesso à área íntima. Os detalhes ficavam por conta dos materiais, elementos decorativos, acabamentos e dos enormes vitrais que ocupavam dois pavimentos (ver casa da avenida Conselheiro Nébias, nº 488 - página 196). Nesse esquema funcional não se tolerava mais ambientes como zonas de circulação obrigatória. O pavimento superior era destinado às áreas íntimas, dormitórios, tocadores, vestiários e “toilettes” (ver edifício da avenida Conselheiro Nébias, nº 443 - página 194), além das áreas de asseio. Ainda poderiam se apresentar de forma separada, à moda francesa, como no caso do imóvel nº 402/ 404 da avenida Conselheiro Nébias (página 98) com separação do W. C., do banho e do lavatório, do nº 361 da mesma avenida (página 162) e da avenida Ana Costa, nº 369 (página 115) e nº 129 (página 222).

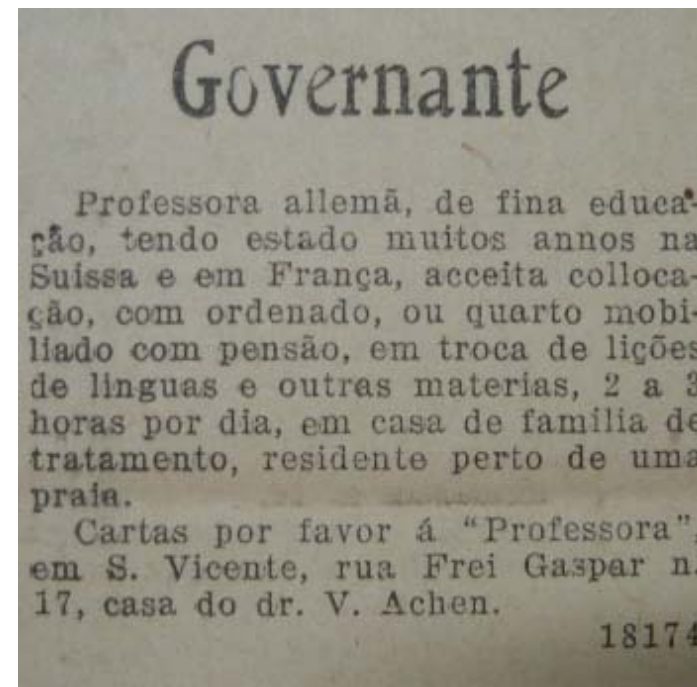
Nessa época, os papéis masculinos e femininos eram claramente diferenciados. À mulher cabia as funções de reprodutora e consumidora e ao homem, as de produção e as relativas às atividades intelectuais. Essa divisão se expressava muito bem na nova organização dos ambientes. Surgiram a sala da senhora ou de costura, referente a trabalhos leves, geralmente próxima à zona de serviços e o “fumoir”, o gabinete, a biblioteca e o bilhar, destinados ao convívio masculino e ao desenvolvimento intelectual.

Nas plantas, os ambientes eram muitas vezes designados por terminologia de origem francesa: “fumoir”, “office”, cabinet, toilette, “service” reforçando a inspiração estrangeira. Mais tarde, devido também às influências de filmes americanos, a nomenclatura francesa foi abandonada, dando

lugar aos termos ingleses, tais como “hall”, “living”, “W. C.”, “lunch”, entre outros. A casa da avenida Conselheiro Nébias, nº 402/ 404 - página 98, já demolida, apresentava programa bastante diversificado e complexo. No porão apareciam novos ambientes tais como o depósito de lenha, utilizada como combustível para o fogão, a câmara fotográfica e o “nursery”, espécie de quarto de brinquedos, demonstrando novos hábitos. No pavimento superior, a “loggia”, varanda que acessava um dos quartos e a sala de jantar. Reuniam ainda, “bibliotheca”, gabinete e ambiente de estudos, demonstrando a importância da cultura e várias salas específicas para cada atividade: salas de visitas e de jantar, saleta e living room. A residência nº 488 da avenida Conselheiro Nébias (página 196) também apresenta programa extenso e variado. Na planta as novidades ficam por conta da adega, espaços para fotografia e utensílios de jardim, salas de guardados, de pintura, de bilhares, salão de jogos, sala de almoço e sala de piano. Aparece ainda um quarto para a governança que curiosamente localiza-se em área privilegiada com pequena varanda, próximo à sala de jantar. Os dormitórios para os empregados, totalizavam quatro, sendo dois no sótão e dois na edícula, dentro e fora da casa.

Apesar dessa nova organização espacial, persistiram (até a Guerra de 1914, segundo o professor Carlos Lemos em “A República ensina a morar melhor”) ainda alguns traços do período anterior, tal como a designação da sala de jantar, aglutinadora, destacada pelas suas grandes dimensões e pela posição central, junto à cozinha. Na residência nº 310 da avenida Conselheiro Nébias (página 148), a sala de jantar apresenta essa conformação. Com esquema funcional antigo, as áreas de repouso se encontram entre as zonas de estar, semelhante à casa colonial, separadas pelo longo corredor que será posteriormente evitado. As edificações nºs 584 e 680 da avenida Conselheiro Nébias (páginas 182 e 172, respectivamente) também apresentam esquema funcional organizado a partir de extensa circulação.

As áreas de estar eram bastante elaboradas no que diz respeito aos aspectos arquitetônico e decorativo, sugerindo o poder econômico dos proprietários. Muitas vezes a sala de jantar se destacava volumetricamente evidenciando seu uso através de corpos que se projetavam (ver imóvel da avenida Conselheiro Nébias, nº 443 - página 194). Era onde se evidenciava a riqueza. Era o centro, onde a família e os convidados se reuniam em ambientes claros e alegres, especialmente aos domingos à noite, ao som do piano, numa demonstração de cultura e de hábitos refinados. O mobiliário do início do ciclo





Jornal A. Tribuna: 17.09.1915

cafeeiro foi mudado. As peças Luís Felipe foram substituídas por móveis com predominância do ângulo reto, tal como as cadeiras austríacas, bastante requisitadas.

Muitas das residências apresentavam alpendres, varandas e terraços, áreas destinadas à intermediação entre o público e o privado e à moderação de temperatura, além de propiciarem o vislumbamento das belas e novas avenidas onde estavam implantadas, assim como os mirantes. A casa nº 184 da avenida Conselheiro Nébias (página 158) por exemplo, apresenta todas essas intermediações: o alpendre, no pavimento térreo, a varanda e o terraço, no primeiro pavimento e o mirante no segundo pavimento. No imóvel nº 613 da avenida Conselheiro Nébias (página 206) o sótão possui um terraço e um balcão para a visualização do entorno. Geralmente nos palacetes, esses espaços juntamente com as áreas úmidas eram revestidos por ladrilhos hidráulicos importados da Europa e sustentadas por abobadilhas de arcos abatidos de tijolos e trilhos de ferro.

Nas construções anteriores à Primeira Guerra, era comum o quarto de hóspedes, próximo à uma instalação sanitária, no térreo, evitando o acesso às áreas íntimas de repouso. Nas residências Miguel Presgrave (página 104) e Luís Franco do Amaral (página 105), projetadas por Dubugras, o quarto de hóspedes aparece no pavimento superior. Em ambos os casos, o banheiro à americana é compartilhado com o proprietário, contrariando a organização usual. Posteriormente com a facilitação dos transportes coletivos e a melhoria da rede hoteleira, esse ambiente foi desaparecendo dos programas residenciais.

Surge também a copa, termo até então usado para designar o grande armário que guardava utensílios e guarnecimento de mesa. Às vezes, as cozinhas se localizavam no porão e eram interligadas à sala de jantar no térreo, por uma escada que chegava a um pequeno cômodo intermediário chamado "service". O monta-carga fazia o transporte dos utensílios e refeições (ver construção da avenida Conselheiro Nébias, nº310 - página 148). Essa organização era reproduzida a partir de modelos parisienses apresentados nos desenhos de César Daly.

Na última década do século XIX, aparece o quarto da criada, próximo à cozinha (ver casa na avenida Conselheiro Nébias, nº 258 - página 202 e Ana Costa, nº 486 - página 114). Esse novo ambiente juntamente com a despensa e o quarto de engomar, afirmam a presença constante de

empregadas, fossem brancas, imigrantes européias ou mucamas, do tempo da escravidão.

Mais tarde, com o advento do automóvel, as cavalariças dão lugar às garagens. É criada a edícula para abrigar a instalação utilizada para lavagem de roupa e o carro, seu centro de interesse principal. Poderia ainda possuir cômodos para guardar gasolina, óleos lubrificantes e ferramentas, além de instalação sanitária. No caso do projeto do imóvel n° 402/ 404 da avenida Conselheiro Nébias (página 98), a garagem e o depósito de gasolina e ferramentas estavam localizados dentro da edificação, no porão. No pavimento superior da edícula, quando fosse o caso, ficavam os dormitórios dos empregados.

Considerações finais

Após o término do trabalho, têm-se uma visão mais clara da dimensão dessa pesquisa. O primeiro passo foi a localização de um extenso material que estava nos arquivos, em publicações, fisicamente nos edifícios remanescentes e na memória de algumas pessoas. Depois a seleção, o refazimento das plantas antigas, a escolha das fotografias, os levantamentos e principalmente a organização de todo esse material referente às moradias burguesas e o desvendamento de plantas de trechos da cidade, para com isso, revelar um pedaço da história urbana de Santos que estava oculto aos nossos olhos. Um grande impecilho foi o fechamento para consulta pública do principal acervo de documentos de interesse - o Arquivo Permanente da Fundação Arquivo e Memória de Santos esteve inacessível desde de dezembro de 2005 até novembro de 2006, período que em grande parte coincide com o da pesquisa. A maior parte do tempo foi portanto dispendido nesse levantamento e na organização do material estudado. Por isso se teve pouco tempo para um olhar mais tranquilo e minucioso que permitisse comparações e reflexões, formulação de hipóteses e sínteses e a descoberta de novos significados. Por outro lado ter realizado tudo isso, talvez fosse nesse momento excessivamente pretencioso e o material esta agora aí, à disposição, para essa futura discussão.

Ainda assim, conseguiu-se verificar, principalmente as questões relativas aos programas dos palacetes, suas características construtivas e um modo peculiar de morar. Num balanço rápido, Considerando a Planta cadastral de 1944, as avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias possuíam 834 edificações, das quais 370 eram palacetes. O estudo reconheceu aproximadamente 14,05 % (52) dessas construções, sendo 12,70 % (47) remanescentes.

Pessoalmente a maior descoberta talvez tenha sido poder comprovar o interesse por essa temática e perceber e reafirmar o fascínio pela atividade de pesquisa. Esse resultado final com características de um trabalho inconcluso, anima e levanta a expectativa de continuidade e aprofundamento dessas abordagens em um momento posterior. Poder de novo usufruir do prazer de olhar o passado sem nostalgia e buscar possibilidades do saber, para organizar as formas de pensar a cidade atual.

Bibliografia

Impressos

"A Baixada Santista: aspectos geográficos" vol. 4. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965.

"Almanaque de Santos 1961"

"Almanaque de Santos 1963"

"Almanaque de Santos 1969"

"Almanaque de Santos 1970"

"Almanaque de Santos 1971"

"Almanaque de Santos 1972"

"Almanaque da Baixada Santista 1973"

"Almanaque da Baixada Santista 1974"

"Almanaque da Baixada Santista 1975"

"Almanaque da Baixada Santista 1976"

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes – *"Presença da engenharia e arquitetura – Baixada Santista"*, Nobel, São Paulo, 2001.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de – *"De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito"* in: Camillo Sitte – *"A construção das cidades segundo seus princípios artísticos"*. Ática, São Paulo, 1992.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de - *"Urbanismo na época do café"* in: Franco Pereira, Maria A. et. Al. – *"Santos, Café & História"*. Leopoldianum-UNISANTOS, Santos, 1995.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro – “*A expansão urbana de Santos*” in: Baixada Santista vol. 03 – “*Santos e as cidades balneárias*”. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965.

_____ - “*Santos: o porto do café*”. IBGE, Rio de Janeiro, 1969.

ARGAN, Giulio Carlo – “*História da arte como história da cidade*”. Martins Fontes, Trad. São Paulo, 1992.

AZEVEDO, Aroldo (coord.) – “*A Baixada Santista*”. Edusp, São Paulo, 1965.

BARBOSA, Gino Caldato – “*Santos e seus Arrabaldes – Álbum de Militão Augusto de Azevedo*”, Magma Editora Cultura, São Paulo, 2004.

BARBOSA, Maria Valéria – “*Santos na formação do Brasil: 500 anos de história*”, PMS, Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos, 2000.

BERNARDINI, Sidney Piochi – “*Os planos da cidade: as políticas de intervenção urbana em Santos – de Estevan Fuertes a Saturnino de Brito (1892 – 1910)*”. FAPESP, São Carlos: RiMa 2006.

BRAGA, Cincinato – “*A questão dos Pilões. Verdades contra Calumnias*”. Weiszflog Irmãos, São Paulo, 1910.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues - “*A planta de Santos*” vol. XXI in: “*Obras completas de Saturnino de Brito*”. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

_____ - “*Notes sur le Tracè Sanitaire des Villes – Technique Sanitaire Urbaine*”. Imprimerie Chaix, Paris, 1916.

_____ - “*Projetos e relatórios – Saneamento de Santos*” vol. VII in: “*Obras completas de Saturnino de Brito*”. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

_____ - “*Publicações preliminares*” vol. I in: “*Obras completas de Saturnino de Brito*”. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

CARRAZZONI, Maria Elisa – “*Guia dos bens tombados*”, Expressão e Cultura, IPHAN, Rio de Janeiro, 1980.

Caminhos do Mar – Memórias do Comércio da Baixada Santista. Editor Marcus Aurelius Pimenta, São Paulo, 2002.

- CARVALHO**, Vicente de; **LIMA**, Adauto entre outros (org.) - *"Indicador Santista"*. Typographia a Vapor do Diário de Santos, Santos, 1887.
- Comissão de Saneamento de Santos - *"Álbum de canaes de drenagem superficial 1906-7"*. Typographia Brazil de Rothchild & Cia., São Paulo, 1908.
- Comissão de Saneamento do Estado de S. Paulo - *"Saneamento da cidade e Porto de Santos por E. A. Fuertes e Rudolf Hering, J. H. Fuertes engenheiros consultores"*. Estabelecimento Gráfico V. Steidel S. C., São Paulo, 1895.
- COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO** - *"São Paulo antigo: plantas da cidade"*, São Paulo, 1954.
- COMPANHIA DOCAS DE SANTOS** - *"O Porto de Santos"*. Gráfica Editora Primor S. A., Rio de Janeiro, 1974.
- _____ - *"Relatórios apresentados pela directoria em Assembléia Geral Ordinária"*. Relatórios de 1894 a 1930. Typ. do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro.
- CONCEIÇÃO**, Júlio - *"Monographia. Instituto D. Escholastica Rosa"*. Santos, 1900 - 1908.
- DIAS**, Nelson Santos - *"Memória da arquitetura de Santos no papel I: 1888-1900"*. Fundação Arquivo e Memória de Santos, Santos, 1997.
- ESTADO DE SÃO PAULO/ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS** - *"Recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de dezembro de 1913"*. Santos, 1914.
- FABRIS**, Annateresa (org.) - *"Ecletismo na arquitetura brasileira"*. Nobel, São Paulo, 1987.
- FERREZ**, Gilberto - *"O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825/1829"*, Fundação João Moreira Salles e Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1981.
- FONTES**, Antônio Martins; **SILVA**, Francisco Alves da (org.) - *"Almanaque da cidade de Santos 1871"*. Tipographia Comercial de Santos, Santos, s.d..
- FUERTES**, E. A. - *"Saneamento da Cidade e Porto de Santos"*. Typ. Do Diário Oficial, São Paulo, 1895.
- GIRAUD**, Laire José; **CALDAS**, Jaime Mesquita; **CARRERA**, Nelson Antonio; **ROSSINI**, José Carlos - *"Fotografias & fotografias do Porto de Santos"*. Instituto Oceanum, Santos, 1996.

GIRAUD, Laire José; **GOMES**, Helena Maria; **PEREIRA**, Viviane – *“Memórias da Hotelaria Santista”*. Páginas & Letras Editora e Gráfica, São Paulo, 1997.

GIRAUD, Laire José – *“Santos e a Cia. Das Docas, 1904”*. Gráfica Guarani, Santos, 2000.

GITHAY, Maria Lúcia C. – *“Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultural urbano em Santos (1889-1914)”*. Editora da UNESPI Prefeitura Municipal de Santos, São Paulo-Santos, 1992.

HOMEM, Maria Cecília Naclério – *“O Palacete Paulistano”*. Martins Fontes, São Paulo, 1996.

“Inauguração dos trabalhos de Saneamento de Santos, Estado de S. Paulo (Brasil)”. Typographia Brasil de Rothschild & Co., São Paulo, 1913.

“Indicador Santense”. Anuário. Typ. da Casa Rembrandt, Santos, 1912.

“Indicador Santista 1912”. Editado por Laércio Trindade, Santos, 1912.

KAMIDE, Edna H. M. e **EDITÁCIO**, Terza C. R. – *“Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT, bens tombados 1968 – 1998”*.

LANNA, Ana Lúcia Duarte – *“Uma cidade na transição. Santos: 1870 – 1913”*. Editora Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos, São Paulo – Santos, 1996.

LEMONS, Carlos A. C. - *“Alvenaria Burguesa”*. Nobel, São Paulo, 1985.

_____ - *“A república ensina a morar (melhor)”*. Editora Hucitec, São Paulo, 1999.

_____ - *“Cozinhas, Etc.”*. Perspectiva, São Paulo, 1978.

_____ - *“Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café”*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____ - *“História da Casa Brasileira – a casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa”*. Contexto, São Paulo, 1996.

LICHTI, Fernando Martins – *“Poliantéia Santista”*. Fernando Martins Lichti, São Vicente, 1996.

LOBO, Hélio – *“Docas de Santos”*. Typ. Jornal do Comércio, São Paulo, 1936.

LOPES, Álvaro Augusto; **CARVALHO**, Clóvis Pereira de; **PAINO**, Francisco – *“Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos”* vol. VI. Instituto Histórico de Santos, Santos, 1959.

LUNÉ, Antônio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da – *“Almanak da Província de São Paulo para 1873”*. Typographia Americana, São Paulo, 1873.

MONTEIRO, Victorino – *“Discursos pronunciados no Senado Federal pelo senador Dr. Victorino Monteiro relativos a Companhia Docas de Santos”*. Typographia do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., Rio de Janeiro, 1907.

MORI, Victor Hugo – *“Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos”*, Imprensa Oficial do Estado e Fundação Cultural Exército Brasileiro, São Paulo, 2003.

“O centenário do Porto de Santos - edição histórica”. Tona Editora e Artes Gráficas Ltda, São Paulo, 1992.

MOURA, Francisco Inácio Xavier de Assis (org.) – *“Almanaque administrativo, comercial e industrial 1884”*. Edição de Jorge Seckler & cia., São Paulo, s.d..

PATUSCA, Sisino; GUIMARÃES, Benedicto; PINTO, Alfredo (org.) – *“Almanach Santista. Repositório, Charadístico, Commercial, Litterario, Humorístico, etc.”*. Typographia a Vapor Riedel & Lemmi, São Paulo, 1898.

“PDDI 72 – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”. Prodesan/ Prefeitura Municipal de Santos, 1972.

“PDDI 79 – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”. Prodesan/ Prefeitura Municipal de Santos, 1979.

PETRONE, Pasquale – *“Na Baixada Santista: a porta e o porto do planalto”* in: Geografia urbana, São Paulo, 1969.

“Pôrto de Santos”. Prefeitura Municipal de Santos, 1965.

PRATA, Ranulpho – *“Navios iluminados”*. O Cruzeiro, 3ª ed. Rio de Janeiro, 1959.

PROMESSA, João - *“Reminiscências de Santos 1543 - 1870”*. Estabelecimento Graphico Santista, Santos, 1930.

REIS FILHO, Nestor Goulart – *“Imagens de Villas e cidades do Brasil colonial”*. Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, São Paulo, 2000.

_____ - *“Quadro da arquitetura no Brasil”*. Perspectiva, São Paulo, 1970.

_____ - *"Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras"*. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo, 1997.

RODRIGUES, Olao – *"Cartilha da história de Santos"*. Prefeitura Municipal de Santos, Santos, 1980.

_____ - *"Dicionário de curiosidades"*. Instituto Histórico e Geográfico de Santos, Santos, 1973.

_____ - *"História da imprensa de Santos"*. Gráfica A Tribuna, Santos, 1979.

_____ - *"Nos tempos de nossos avós"*. Gráfica A Tribuna, Santos, 1976.

_____ (coord.) - *"Santos em números"*. Conselho Municipal de Turismo, Santos, 1965.

_____ - *"Veja Santos!"*. Prefeitura Municipal Administrativa/ General Clovis Bandeira Brasil, 1975.

SAIA, Luís – *"Morada Paulista"*. Perspectiva, São Paulo, 1972.

"SANTOS: Cidade marítima". Idealização e legendas de Jaime Mesquita Caldas. Realização de José Carlos Rossini e Laire José Giraud. Instituto Oceanum, Santos, 1999.

SANTOS, Francisco Martins dos – *"História de Santos"* vol. 1 e 2. Caudex, São Vicente, 1986.

"Santos, Jurado: a ilha e o novo". Prefeitura Municipal de Santos/ Prodesan, 1996.

SIMONSEN, Roberto C. – *"Aspectos da história econômica do café"*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.

_____ – *Problemas de administração* in: *"À margem da profissão. Discursos. Conferências. Publicações"*. São Paulo Editora Limitada, São Paulo, 1932.

SOARES, Marcilio Braghetta – *"Introdução à formação econômica da Baixada Santista"*. ASSECOB, Santos, 1984.

SOBRINHO, Costa e Silva - *"Santos noutros tempos"*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Instituto Histórico e Geográfico de Santos, São Paulo, 1953.

_____ - *"O melhor da nossa história"*. Auge Cultura e Desenvolvimento/ Ltda, Santos, 1995.

SOUZA, Alberto - *"A municipalidade de Santos perante a comissão de saneamento – polêmica com o Dr. Saturnino de Brito"*. Oficinas graphicas do Bureau Central, Santos, 1914.

TELLES, F. T. da Silva – *"Projecto de Código de Posturas"*. Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Santos, 1917.

Monografias, Dissertações e Teses

ALAMBERT, Clara Correia d' – *“O tijolo nas construções paulistanas do século XIX”*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo, 1993.

_____ - *“Manifestações da arquitetura residencial paulistana entre as Grandes Guerras”*. Tese de Doutorado, FAU-USP, São Paulo, 2003.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de - *“A peste e o plano: o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito”*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo, 1992.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de - *“O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos 1870 – 1930”*. Tese de Doutorado, História, FFLCH-USP, São Paulo, 1989.

BARBOSA, Luiz Vieira (direção) – *“Álbum do Clube de Arte de Santos”*. Santos, 1966.

BARBOSA, Gino Caldato – *“Chalé de madeira. A moradia popular de Santos”*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo, 1998.

BARBOSA, Ney Caldato – *“A casa da dna. Maria”*. FAU-USP, São Paulo, 1994.

CANILE, Alceu Roberto, **MOTTA**, Jussara, **MOURÃO**, Lucia Helena - *“Os processos de planejamento e de projeto urbano”*. FAU-USP, São Paulo, 1988.

CARRIÇO, José Marques – *“Legislação urbanística e segregação espacial nos municípios Centrais da Região Metropolitana da Baixada Santista”*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo, 1999.

“Casas térreas”. Fotografias do acervo de Agenor Guerra Corrêa. Relação 19. Centro de Documentação da Baixada Santista.

MOTTA, Maria R. da – *“A Casa de Meu Pai, Minha Casa: Reflexo de uma Época (1919 – 1985)”*. Monografia, Departamento de História, UNISANTOS, Santos, 1985.

SALES, Pedro Manuel Rivaben de – *“Santos – a relação entre o porto e a cidade e sua (re)valorização no território macrometropolitano de São Paulo”*. Tese de Doutorado, FAU-USP, São Paulo, 1999.

SANTOS, Cynthia R. de A. E. dos - *“Arquitetura do café em Santos”*, FAU-USP, São Paulo, 2001.

_____ - *“Avenida Conselheiro Nébias: casas antigas e uma nova cidade”*, Trabalho de Especialização, FAUS-Unisantos, Santos, 2003.

"Sobrados". Fotografias do acervo de Agenor Guerra Corrêa. Relação 19. Centro de Documentação da Baixada Santista.

Artigos e Periódicos

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de – *"A evolução do Centro de Santos através de Mapas"* in: *"Revista AB Arquitetura do Brasil – Patrimônio 1 – 1998/ 1992"*, n° 19.

BARBOSA, Gino Caldato – *"A Igreja e o Colégio de São Miguel da Vila de Santos (1585-1759)"* in Revista Leopoldianum n° 64, Santos, 1997.

COSTA, Lúcio – *"Documentação necessária"*. Revista do SPHAN, pp. 31-9, Rio de Janeiro, 1937.

ESTADO DE SÃO PAULO/ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS – *"Recenseamento da cidade e Município de Stos em 31 de dezembro de 1913"*. Santos, 1914.

GAMBETA, Wilson – *"Desacumular a pobreza: Santos, limiar do século"* in: *"Espaço e Debates"* vol. II, pp.17-27. São Paulo, 1984.

Jornal *"A Tribuna"*. Santos, 01.1914.

_____ Santos, 08.1915.

_____ Santos, 09.1915.

_____ Santos, 03.1916.

_____ Santos, 05.1916.

_____ Santos, 01.1917.

_____ Santos, 03.1917.

_____ Santos, 04.1917.

_____ Santos, 08.11.2003.

Revista *"A Fita"*. Anno I, n° 03. Santos, 15.05.1911.

_____ Anno III, nºs 30 (13.11.1913), 32 (27.11.1913), 34 (11.12.1913), 35 (18.12.1913), 42 (05.02.1914), 43 (12.02.1914).

- "Revista das Docas de Santos"*. Ano V, nº 15. Santos, janeiro – fevereiro – março 1964.
- Revista *"Flamma"*. Ano V, nº 67. Santos, 08.12.1924.
- _____ Anno VII, nº 05. Santos, 08.1926.
- _____ Anno VIII, nºs 02 (03.1927), 04 (05.1927), 07 (08.1927), 10 (11.1927), 11 (12.1927).
- _____ Anno IX, nºs 04 (05.1928), 07 (07.1928), 11 (12.1928).
- _____ Anno X, nº 12. Santos, 05.1929.
- SABESP** - *"Francisco Saturnino Rodrigues de Brito"*. Santos, s.d..
- _____ - *"Histórico do sistema de esgotos de Santos e São Vicente"*. Santos, s.d..
- _____ - *"Saneamento básico – Sistema integrado Santos/ São Vicente"*. Santos, s.d..
- "Santos: ruas e avenidas - história"*. Pasta do acervo da Hemeroteca Municipal "Roldão Mendes Rosa"
- SIMONSEN**, Roberto C. – *"Relatórios da Companhia Constructora de Santos"*. Santos, s.d..
- _____ - *"Relatórios de 1921 e 1922 apresentados a Assembléia Geral dos Accionistas da Companhia Constructora de Santos pelo seu Roberto Simonsen"*.
- VAUTIER**, L. L. – *"Casas de Residência no Brasil" in: "Arquitetura Civil I"*. FAU-USP, 1979.

Sites

- <www.arquivo.nacional.gov.br> acessado em 12.05.2006.
- <www.arcoweb.com.br/debate19.as> acessado em 19.05.2007.
- <www.novomilenio.inf.br/santos> acessado em março de 2005.
- <www.pt.wikipedia.org/wiki/gregori_warchavichik> acessado em 19.05.2007.
- <www.santos.gov.br> acessado em março de 2005.

Processos administrativos da Prefeitura Municipal de Santos

Avenida Ana Costa

n° 70

6302/1939, 11942/1939, 10839/1943, 11981/1943, 13163/1943, 4903/1946, 23610/1956, 3017/1960, 22122/1971, 26354/1979

n° 77

4813/1942, 720/1944, 8308/1951, 3918/1973

n° 103

2906/1912, 4146/1912, 13479/1940, 13700/1940, 14046/1940, 1539/1942, 11459/1942, 25164/1967, 16593/1972, 33069/1987, 33355/1987, 37955/1997, 90613-9/2004

n° 123

4117/1913, 4941/1943, 15868/1943, Com. 372/1944

n° 129

CH 197/1962, 16463/1939, 11054/1943, 1007/1945, 5713/1948, 3336/1954, 15317/1954, 4351/1957, R 22097/1957, 14137/1958, 22078/1958, 22214/1960, 27256/1961, 27284/1963, 6720/1964, 14257/1964, 21242/1964, 25443/1964, 3121/1966, 12753/1966, 18198/1971, 25836/1971, 18330/1973, 30305/1978, 10714/1979, 01797/1982, 30867/1983, 34451/1985, 10821/1986, 09922/1987, 11374/1987, 11743/1987, 17473/1988, 22018/1988

n° 146/ 148

15896/1957, 3138/1961, 5552/1963, 7000/1964, 2983/1967, 5978/1967, 2040/1984, 5646/1984, 74695/1997, 71860/2004

n° 164

9350/1939, 4107/1942, 9427/1947, 12674/1947, 13772/1947, 30201/1964, 23478/1968, 25885/1968, 23479/1969, 10888/1971, 13312/1971, 31425/1971, 1478/1972, 12895/1973, 17612/1973, 21707/1973, 13419/1974, 18947/1981, 31468/1981, 34460/1988, 34453/1988, 31067/1989, 28953/1997

n° 185

10955/1912, 4210/1939, 15598/1941, 23450/1956, 24801/1958, 19715/1983, 36432/1988, 5558/1989, 5558A/1989, 5558B/1990, 5558C/1990, 5558/1990, 2731/2002, 4627/2002

n° 187

4475/1914, 21552/1941, 5602/1955, F 288/1956, 12473/1960, FOR: 280/1961, 869/1963, 2590/1963, 7423/1963, 10409/1963, 13757/1964

n° 189/ 193

7504/1940, 25442/1966, 28004/1966, 32403/1966, 433/1967, 5258/1967, 13022/1967, 13023/1967, 2682/1974, 8926/1975, 04550/1976, 09639/1976, 10625/1976, 14828/1976, 24681/1982, 27908/1982, 18717/1983, 19147/1983, 24063/1989, 34274/1989, 35973/1989, 55020/2002

n° 190

43943/2000, 67998/2001, 51074/2004

n° 257

09046/1948, 16651/1953, 28364/1986, 29251/1986, 31578/1986, 12799/1987, 7075/1988, 24844/1990, 26205/1990, 31516/1990, 45832/1990

n° 307

12932/1942, 6836/1943, 8210/1947

n° 322/ 388

952/1939, 18440/1940, 9423/1943, 7726/1945, 11059/1946, 1475/1949, 4789/1950, 12807/1951, 5569/1958, 1694/1962, 3909/1963, 2311/1964, 8973/1965, 2530/1966, 2771/1966, 1256/1967, 13663/1967, 1155/1968, 752/1969, 5183/1969, 17584/1969, 630/1970, 4106/1971, 12172/1971, 12197/1971, 12882/1971, 19803/1971, 19804/1971, 20721/1971, 21855/1971, 22500/1971, 1626/1972, 3768/1973, 4951/1973, 16223/1973, 2722/1974, 31370/1974, 1351/1975, 02162/1975, 17217/1975, 01014/1976, 10946/1976, 28737/1976, 36832/1976, 02371/1977, 1324/1978, 1372/1978, 02443/1981, 10478/1985, 00605/1986, 894/1987, 63257/1997, 79566/1997, 14796/1998, 27845/1998, 36046/1998, 4772/1999

n° 363

3192/1944, 1248/1945, 28750/1972, 24597/1981, 30018/1981, 333/1982, 20578/1983, 24817/1983, 24839/1983, Com. 198/1984

n° 366

11327/1940, 13695/1941, 6917/1947, 8697/1947, 11663/1948, 13866/1948

n° 368/ 370

C 214/1945, 12523/1957, 25101-(368/ 370)/1972, 26727/1972, 28669/1972

n° 372

8372/1930, 14925/1940, 7625/1941, 16070/1941, 4631/1944, Com. 437/1944, C.1195/1946, 32716/1964, 4381/1965, 25099/1972, 25985/1972, 10630/1974, 07127/1975, Com. 443/1982, 42353/2003

n° 389

8420/1942, 11218/1942, 14689/1942, 21245/1986

n° 430

15589/1952, 677/1954, 14982/1964, 15808/1964, 17529/1964, 23929/1964, 4436/1971, 9019/1971, 37056/1989, 28191/1990, 391/1991, 13402/1997, 31010/1999

n° 433

32695/1989, 22247/1990, 79263/1997, 88163/1999, 116571/2002

n° 449

7000/1940, 22337/1962, 38615/1962, 38596/1962, 1540/1963, 4794/1963, 16163/1963, 16178/1963, 12464/1963, 17667/1963, 22238/1963, 24878/1963, 31895/1963, 32426/1963, 33638/1963, 33517/1963, 35090/1963, 29812/1964, 4640/1964, 19005/1964, 34660/1964, 14201/1965, 23271/1966, 29679/1969, 5000/1970, 503/1971, 1243/1971, 40/1973, 928/1973, 2981/1973, 12123/1973, 17627/1976, 17321/1976, 22830/1979, 8255/1987, 34647/1989, 34649/1989

n° 468

3175/1914, 12058/1948, 10786/1953, 12978/1957, 11262/1958, 3106/1971, 2454/1974, 13038/2004

n° 486

3094/1915

Avenida Conselheiro Nébias

n° 184

4603/1912, 1483/1912, 4905/1914, 4630/1914, 3268/1937, 5013/1930, 6310/1943, 7576/1943, 9095/1950, 11910/1971, 36669/1977

n° 258

13295/1929, 4896/1930, 9503/1946

n° 270

1265/1916

n° 310

239/1939, 2919/1941, Form. 756/1957, 32011/1972, 118374/2003

n° 361

12103/1939, Com. 1212/1943, 15192/1943, 16811/1958, 28187/1964, 5775/1965, 15298/1971, 9935/1973

n° 397

15970/1953, 9706/1979

n° 399

340/1909, 3717/1909, 7794/1948, 29623/1977, 31523/1979

n° 424

3802/1947, 13331/1947, 11716/1948, 13820/1948, 16732/1953, 11893/1955

n° 443

1645/1922, 11975/1953, 4822/1959, 32244/1975, 431/1976, 20433/1976, 26841/1976, 51177/1995

n° 450

6162/1920, 451/1941, 9118/1949, 9627/1949, 3808/1955, 31518/1962, 6972/1967, 27155/1971, 15761/1972, 15786/1972, 4126/1974, 14129/1974, 21112/1975, 28437/1975, 28438/1975, 28439/1975, 28440/1975, 29143/1975, 29144/1975, 8349/1987, 8496/1987, 10586/1987, 10587/1987, 31482/1988, 10064/1989

n° 452

9752/1939, 20049/1940, 9676/1947, F690/1956, 23282/1962, 30984/1962, 35525/1977, 23187/1998, 31323/1998

n° 462

17196/1952, 10110/1976, 10357/1976, 18762/1985, 73446-14/2004

n° 488

5333/1994-61

n° 508

4833/1921, 1129/1922, 12463/1951, 23408/1975, 8275/1976, 28516/1976, 31097/1976, Com. 663, 33403/1987, 45788-71/2005

n° 519

5971/1939, 7576/1940, Com. 890/1944, 7441/1945, 6283/1948, 16739/1951, 16922/1951, 5881/1952, 6696/1952, 17228/1952, 9576/1953, 8835/1954, 3639/1958, 12166/1958, 12242/1958, 12243/1958, 26319/1969, 5769/1970, 21275/1974, 12118/1979, 7378/1980, 25724/1980

n° 520

16530/1953, 382/1954, 21733/1966, 93704/2000, 99086-26/2004

n° 584

9913/1942, 6189/1954, 2180519/61, 28414/1963, 22195/1969, 11041/1973, 15470/1977, 24681/1987

n° 586

392/1942, 10110/1950, 93/1958, 21980/1973

n° 613

7841/1930, 4582/1946, 4076/1954, 19136/1967, 25342/1967, 31571/1985, 12706/1989, 80181/2002, 77499-11/2005

n° 621

9259/1944, Com. 742/1944, 11392/1971, 40107/1998

n° 623

9439/1942, 240/1976, 6546/1976, 7930/1976, 8858/1976, 15050/1976, 19107/1976, 25899/1989, 21880/2001

n° 652

16714/1992-02, 25661/1972, 23006/1993-55

n° 679

33457/1965, 26309/1985, 24813/1985, 11401/1988, 22130/1988

n° 680

5283/1920, 5684/1930, 11492/1939, 13889/1939, 17091/1939, 13415/1940, 12401/1942, 2243/1943, 3541/1945, 13129/1946, 21420/1956, 3617/1960, 4747/1964, 6588/1964, 15779/1964, 11392/1971, 26896/1971, 2429/1972, 9338/1982, 38033/1988, 7306/1989, 52829-22/1995, 105691-42/2005, 106073-2920/05

n° 686

6989/1942, 7772/1943, 8251/1944, 13129/1946, 14260/1947, 38033/1988, 7306/1989, 52829/1995-22

n° 703

14053/1939, F117/1957, 10165/1973, Com. 397/1982, Com. 774/1982, 103233/2003, 41599/2004

n° 766

12935/1953, 19354/1970, 27058/1970, 9066/1971, 3541/1971, 11392/1971, 22045/1971, 30910/1971, 10465/1972, 3541/1972, 10466/1972, 20152/1972, 15343/1974, 23463/1976, 12197/1990, 24862/1990, 26204/1990, 26203/1990

n° 771

71350/1997-19, 31865/1998

n° 772

8478/1971, 14595/1971, 18731/1971, 22357/1971, 12212/1972, 25174/1972, 24330/1977, 24331/1977, 3389/1978, 14819/1978, 15028/1978, 18060/1978, 16682/1978, 19209/1978, 27381/1978, 18208/1979, 20118/1979, 24877/1979, 24883/1979, Com. 417/1983, 37369/1988, 4021/1989, 37369/1989, 7664/1989, 27480/1989, 27839/1989, 27849/1989, 24638/1990, 24591/1990, 25892/1990, 41469/1990, 3964/1991, 46765-19/2005

n° 778

11157/1939, 10386/1950, 10759/1950, 12009/1950, 13597/1950, 6288/1970, 17560/1970, 23558/1970, 23696/1970, 25365/1970, 14710/1971, 21138/1971, 21139/1971, 28515/1977, 16659/1981, 3216/1986 (A), 52239-33/2006

n° 788

2799/1947, 12866/1947, 8394/1948, 8395/1948, 7006/1950, 8229/1950, 10387/1950, F775/1957, 1548/1956, 2415/1965, 2668/1965, 7402/1965, 21449/1966, 58438-58/1995, 61068/1997

Instituições

Biblioteca Municipal Alberto Sousa

Centro de Documentação da Baixada Santista

Colégio “Stella Maris”

Companhia Docas de Santos

CONDEPASA - Conselho de defesa do patrimônio cultural de Santos

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNISANTOS

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Escola Politécnica da USP

Fundação Arquivo e Memória de Santos

Hemeroteca Municipal “Roldão Mendes Rosa”

Instituto Histórico e Geográfico de Santos

Museu do Porto

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - DEOP

SABESP – Departamento Administrativo e Financeiro

Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio

Créditos

As fotografias e desenhos não especificados são da autora.

Produção

Tradução para o inglês (Abstract):

Juliana de Moraes Davi

Desenhos em CAD:

Eveline Masaro dos Santos - Planta cadastral da cidade de Santos - 1903 (capa e páginas 49 e 112) e planta cadastral da cidade de Santos - 1944 (páginas 113, 116, 117, 132 e 133)